



**A “redescoberta” da Baixada Fluminense:**  
Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico

*El “redescubrimiento” de la Baixada Fluminense:*  
*Reflexiones sobre las construcciones narrativas mediáticas y las concepciones acerca de un territorio físico y simbólico*

ANA LUCIA ENNE

**Por que (,) Suzane?**  
10 anos depois

*¿Por qué (,) Suzane?*  
*10 años después*

DANIELLE BRASILIENSE

**Desprezando a riqueza aproveitando as respostas:**  
Diálogos entre cidade, território e cultura

*Despreciar la riqueza aprovechando las respuestas:*  
*Diálogos entre ciudad, territorio y cultura*

JOSÉ MAURÍCIO SALDANHA ALVAREZ

**Trânsitos, trajetos e circulação dos jovens na cidade**

*Tráficos, trayectos y circulación de los jóvenes en la ciudad*

LIVIA DE TOMMASI

**O lugar da cultura.**  
A cultura do lugar

*El lugar de la cultura.*  
*La cultura del lugar*

LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES

**A Televisão e a Música Popular Brasileira:**  
Histórias que se entrelaçam

*La Televisión y la Música Popular Brasileña:*  
*Historias que se estrelazan*

MARILDO JOSÉ NERCOLINI

**A persistente inscrição da fala da periferia  
no Movimento Literário Brasileiro**

*La persistente inscripción de la habla de la periferia en el Movimiento Literario Brasileño*

RÔSSI ALVES GONÇALVES

# PragMATIZES

Revista Latino Americana de Estudos em Cultura

Ano III nº 4 - março 2013

## EDITORES

1. Flávia Lages, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
2. Luiz Augusto Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
3. João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
4. Ana Enne, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil

## EDITORA DE TEXTOS (espanhol e inglês)

Mariana Darsie

## CONSELHO EDITORIAL

1. Adriana Facina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Brasil
2. Christina Vital, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Sociologia, Brasil
3. Danielle Brasiense, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Comunicação, Brasil
4. José Maurício Saldanha Alvarez, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil
5. Leandro Riodades, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
6. Leonardo Guelman, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
7. Lívia de Tommasi, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Sociologia, Brasil
8. Lygia Segala, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Fundamentos Pedagógicos, Brasil
9. Marildo Nercolini, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Estudos de Mídia, Brasil
10. Paulo Carrano, Universidade Federal Fluminense, Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento, Brasil
11. Rossi Alves, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
12. Wallace de Deus Barbosa, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil

## COMITÊ EDITORIAL

1. Adair Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, Brasil
2. Alberto Fesser, Socio Director de La Fabrica em Ingenieria Cultural / Director de La Fundación Contemporánea, Espanha
3. Alessandra Meleiro, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
4. Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará, PPG Cultura e Sociedade, Brasil
5. Allan Rocha de Souza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Direito / UFRJ/PPG em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Brasil
6. Angel Mestres Vila, Universitat de Barcelona, Master en Gestión Cultural / Director geral de Transit projectes, Espanha
7. Antônio Albino Canela Rubin, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências / Pesquisador do CNPq, Brasil
8. Carlos Henrique Marcondes, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Brasil
9. Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Administração / Pesquisadora do CNPq, Brasil
10. Daniel Mato, Universidade Nacional Tres de Febrero, Instituto Interdisciplinario de Estudios Avanzados/CONICET: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina
11. Eduardo Paiva, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Multimeios, Mídia e Comunicação, Brasil
12. Edwin Juno-Delgado, Université de Bourgogne / ESC Dijon, campus de Paris, Facultad Gestión, Derecho y Finanzas, França
13. Fernando Arias, Observatorio de Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina
14. Gizlene Neder, Universidade Federal Fluminense, PPG em História, Brasil
15. Guilherme Werlang, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
16. Guillermo Mastrini, Universidad Nacional de Quilmes, Maestría en Industrias Culturales, Argentina
17. Hugo Achugar, Universidad de la Republica, Uruguai
18. Ítalo Bruno Alves, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Artes, Brasil

19. Jeferson Francisco Selbach, Universidade Federal do Pampa, curso de Produção e Política Cultural, Brasil
20. José Luis Mariscal Orozco, Universidad de Guadalajara, Instituto de Gestion del conocimiento y del aprendizaje en ambientes virtuales, México
21. José Márcio Barros, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PPG em Comunicação, Brasil
22. Julio Seoane Pinilla, Universidad de Alcalá, Master Estudios Culturales, Espanha
23. Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil
24. Lilian Fessler Vaz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG em Urbanismo, Brasil
25. Lívia Reis, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Brasil
26. Luiz Guilherme Vergara, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, Brasil
27. Manoel Marcondes Machado Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Administrativas, Brasil
28. Márcia Ferran, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Artes e Estudos Culturais, Brasil
29. Maria Adelaida Jaramillo Gonzalez, Universidad de Antioquia, Colômbia
30. Maria Manoel Baptista, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, Portugal
31. Mariaíval Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Pesquisadora do CNPq, Brasil
32. Marta Elena Bravo, Universidad Nacional de Colombia – sede Medellín, Profesora jubilada y honoraria da Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Colombia
33. Martín A. Becerra, Universidad Nacional de Quilmes / CONICET: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina
34. Mónica Bernabé, Universidad Nacional de Rosario, Maestría en Estudios Culturales, Argentina
35. Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Pesquisador do CNPq, Brasil
36. Orlando Alves dos Santos Jr., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Brasil
37. Patricio Rivas, Escuela de Gobierno de la Universidad de Chile, Chile
38. Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Brasil
39. Ricardo Gomes Lima, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Cultura Popular, Brasil
40. Stefano Cristante, Università del Salento, Professore associato in Sociologia dei processi culturali, Italia
41. Teresa Muñoz Gutiérrez, Universidad de La Habana, Profesora Titular del Departamento de Sociología, Cuba
42. Tunico Amâncio, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Cinema, Brasil
43. Valmor Rhoden, Universidade Federal do Pampa, curso de Relações Públicas [com ênfase em Produção Cultural], Brasil
44. Victor Miguel Vich Flórez, Pontifícia Universidad Católica del Perú, Maestría de Estudios Culturales, Peru
45. Zandra Pedraza Gomez, Universidad de Los Andes / Maestría em Estudios Culturales, Colômbia

## EDITORES ASSOCIADOS JUNIOR:

1. Bárbara Duarte, doutoranda em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba
2. Deborah Rebello Lima, mestranda em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC, Fundação Getúlio Vargas / pesquisadora pela Fundação Casa de Rui Barbosa
3. Gabriel Cid, doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
4. Leandro de Paula Santos, doutorando em Comunicação pela ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro
5. Marine Lila Corde, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
6. Sávio Tadeu Guimarães, doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro
7. Virginia Totti Guimarães, doutoranda em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / professora de Direito Ambiental (PUC-Rio)

## CRIADOR DA MARCA:

Laert Andrade

## DIAGRAMAÇÃO:

Ubirajara Leal

## REALIZAÇÃO:

**LABAC - Uff**  
Laboratório de Ações Culturais



## APOIO:



PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura.

Ano III nº 4, (MARÇO 2013). – Niterói, RJ: [s. N.], 2013.

(Universidade Federal Fluminense / Laboratório de Ações Culturais - LABAC)

Semestral

ISSN 2237-1508 (versão on line)

1. Estudos culturais. 2. Planejamento e gestão cultural.  
3. Teorias da Arte e da Cultura. 4. Linguagens e expressões artísticas. I. Título.

CDD 306

# Sumário

---

*EDITORIAL* ..... 05

## *ARTIGOS*

### **A “redescoberta” da Baixada Fluminense:**

Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas  
e as concepções acerca de um território físico e simbólico

ANA LUCIA ENNE ..... 06

### **Por que (,) Suzane? 10 anos depois**

DANIELLE BRASILIENSE ..... 28

### **Desprezando a riqueza aproveitando as respostas:**

Diálogos entre cidade, território e cultura

JOSÉ MURÍCIO SALDANHA ALVAREZ ..... 47

### **Trânsitos, trajetos e circulação dos jovens na cidade**

LIVIA DE TOMMASI ..... 61

### **O lugar da cultura.**

A cultura do lugar

LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES ..... 76

### **A Televisão e a Música Popular Brasileira:**

Histórias que se entrelaçam

MARILDO JOSÉ NERCOLINI ..... 92

### **A persistente inscrição da fala da periferia no Movimento Literário Brasileiro**

RÔSSI ALVES GONÇALVES ..... 108

## Editorial

Chegando ao quarto número de PragMATIZES, sabemos que estamos no caminho certo e que vamos avançar ainda mais para existir como um meio de tornar público os debates acerca da cultura em geral.

Se entendemos que a cultura é parte constitutiva de toda prática social e que na contemporaneidade essa dimensão ocupa cada vez mais um lugar central, acreditamos que olhar para a questão da cultura é hoje fundamental para mapearmos formas de atuação política. Há, neste sentido, uma dupla imbricação entre cultura e política: em primeiro lugar, a produção de significado é dimensão fundante da luta política, ou seja, é preciso entender as formas de ação política em sua relação com as práticas culturais; em segundo lugar, e cada vez mais, essa associação se externaliza e se assume, levando à constituição de políticas culturais expressivas, em que o sentido da cultura desliza entre forma de ação política, no sentido de intervenção no mundo, forma de construção de subjetividades e identidades pessoais e grupais e forma de mercadoria, dentro de uma lógica de produtividade, distribuição, consumo, fruição e descarte.

Esperamos, com este número especial, apresentar as possibilidades que se delineiam cada vez mais amplamente, de se pensar a Cultura

e todos os caminhos que engendram a formação, fruição, produção, criação desta inclusive através do recém montado Programa de Pós Graduação – Mestrado em Cultura e Territorialidades na Universidade Federal Fluminense.

Pretendendo-se, assim, demonstrar a forte interseção entre o campo da cultura e suas múltiplas dimensões espaciais, tanto em termos materiais quanto simbólicos, pressupondo relações processuais com os territórios em que se dão tais relações.

Neste sentido, convidamos o leitor a participar das reflexões de alguns dos docentes que integram este Programa e que apresentam suas ponderações na nossa revista de forma a compor uma amostra da qualidade e do compromisso acadêmico do Mestrado Cultura e Territorialidades – UFF com as reflexões científicas possíveis da Cultura e seu Lugar, debate primordial ao nosso tempo.

*Flávia Lages*  
*Editora*

**A “redescoberta” da Baixada Fluminense:  
Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas  
e as concepções acerca de um território físico e simbólico**

**El “redescubrimiento” de la Baixada Fluminense:  
Reflexiones sobre las construcciones narrativas mediáticas  
y las concepciones acerca de un territorio físico y simbólico**

**The “rediscovery” of the Baixada Fluminense:  
Reflections about the narrative constructions of the media  
and the conceptions of a physical and symbolic territory**

Ana Lucia Enne<sup>1</sup>

**Palavras chave:**

Cultura

Baixada Fluminense

Discurso

Identidade

Disputa

**Resumo:**

Neste artigo, busca-se pensar a relação entre as concepções acerca de um território urbano – no caso, a Baixada Fluminense – e as construções discursivas produzidas na imprensa carioca e brasileira no decorrer da década de 1990. Analisando matérias jornalísticas que têm como objeto a Baixada, é possível perceber um deslocamento de sentidos acerca da mesma, através dos quais os jornais atuam como agentes legitimadores tanto da memória/passado quanto do projeto/futuro acerca da região. Neste sentido, entendemos que a conformação das identidades está fortemente atravessada pela dimensão da cultura, fazendo com que haja um embaralhamento entre as condições físicas e materiais de um espaço e suas apropriações simbólicas, gerando uma luta permanente em torno do imaginário acerca desse espaço enquanto lugar significado.

**Resumen:**

En este artículo, se busca pensar la relación entre las concepciones acerca de un territorio urbano – en este caso, la Baixada Fluminense – y las construcciones discursivas producidas en la prensa carioca y brasileña con el transcurrir de la década de 1990. Analizando artículos periodísticos que tienen como objeto la Baixada, es posible percibir un desplazamiento de sentidos acerca de la misma, a través de los cuales los periódicos actúan como agentes legitimadores tanto de la memoria/pasado como del proyecto/futuro acerca de la región. En este sentido, comprendemos que la conformación de las identidades está fuertemente atravesada por la dimensión de la cultura, haciendo con que haya una mezcla entre las condiciones físicas y materiales de un espacio y sus apropiaciones simbólicas, generando una disputa permanente alrededor del imaginario acerca de ese espacio como lugar significado.

**Palabras clave:**

Cultura  
Baixada Fluminense  
Discurso  
Identidad  
Disputa

**Keywords:**

Culture  
Baixada Fluminense  
Discourse  
Identity  
Dispute

**Abstract:**

The aim of this article is to reflect on the relationship between the conceptions of an urban territory – in this case, the Baixada Fluminense – and the discursive constructions produced in the Carioca and Brazilian press throughout the 1990s. By analyzing journalistic articles that have as an object the Baixada Fluminense, it is possible to notice a shift of meanings about it, by which the newspapers act as legitimizing agents of both memory/past and project/future of the region. In this sense, we understand that the conformation of identities is heavily crossed by the cultural dimension, so that there is a shuffle between the physical and material conditions of a space and its symbolic appropriations, generating a constant dispute around the imagery of this space as a signified place.

## **A “redescoberta” da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico**

Em 30 de abril de 1992, foi inaugurada a primeira etapa da chamada Linha Vermelha, via expressa que liga a Baixada Fluminense à cidade do Rio de Janeiro.<sup>2</sup> Em 1994, a obra foi finalmente apresentada de forma completa aos moradores dessa região, fazendo a conexão direta com diversas outras vias expressas de grande importância, como a Avenida Brasil e as Rodovias Washington Luiz e Presidente Dutra. Com esta intervenção urbana, o tempo de percurso entre determinados municípios da Baixada e o Centro do Rio de Janeiro reduziu-se consideravelmente, fazendo com que muitas vezes a distância entre a Baixada e a capital do Estado fosse percorrida em menos de vinte minutos. No entanto, para além de ser uma evidente transformação no tecido urbano e sua malha de transporte, a criação da Linha Vermelha significou um importante marco na reconstrução simbólica do que se entendia por Baixada Fluminense e de sua distância não só física como simbólica do Rio de Janeiro.

Entendemos que as concepções acerca do urbano não são estáticas e sofrem variações a partir da construção e disputa de múltiplos discursos. Neste processo, os discursos midiáticos ocupam lugar central. Como afirma Eduardo Duarte, “o acúmulo de temporalidades na urbe ganha uma dimensão ainda mais complexa quando sobre essa perspectiva conceitual acrescentamos a dimensão dos meios de comunicação de massa” (2006, p.107). São agentes fundamentais na constituição de imaginários na e sobre a cidade. Mas, segundo Eduardo Duarte, é fundamental definir o que se entende por “imagens”:

Não se trata aqui de uma informação visual apenas, mas de uma informação conceitual, uma construção imaginária complexa montada a partir de fragmentos de realidade midiática que apontam para um sentido. O conjunto de referências visuais, sonoras, impressas, de expressões culturais das mais diversas: críticas, elogios, escândalos, belezas naturais, noções de cidadania que geram imagens de aspectos da cidade. As múltiplas imagens também condensam impressões, referências, sentidos, que por sua vez, no seu conjunto, geram uma imagem de toda a cidade. (2006, p.107)

Da mesma forma, Atília Arantes nos lembra que o estudo do urbano “virou sobretudo matéria de discurso”, pois “se trata de atos de fala performativos, pois a cidade também passou a ser aquilo que se diz dela” (2001, p.137). É neste sentido que temos pretendido, em nossas análises sobre a construção de identidades para a Baixada Fluminense, refletir sobre o papel dos múltiplos discursos e seus efeitos de sentido nesse processo.

Como demonstrei em outros trabalhos,<sup>3</sup> é possível perceber uma série de deslocamentos semânticos acerca da categoria *Baixada Fluminense* na grande imprensa carioca, indicando como, historicamente, as representações acerca da região são transformadas, diluídas, negociadas pela narrativa midiática, com consequências claras não só nas concepções do senso comum sobre a Baixada, mas na própria experiência vivida pelos moradores da região. Assim, podemos detectar, no decorrer dos últimos cinquenta anos do século XX, um deslocamento na percepção acerca da região, que, de um lugar ermo, até então agrário e que vinha sendo basicamente ocupado por sistemas de loteamento para migrantes que trabalhavam na capital, viria a ser representada na grande imprensa como um lugar mar-



cado por diversos problemas, destacando-se, principalmente, a questão da violência e do abandono pelo poder público.

Neste sentido, em especial no decorrer das décadas de 1970 e 1980, a Baixada Fluminense foi regularmente caracterizada, na grande imprensa carioca, como um “outro” exótico e perigoso, “terra sem lei”, “terra de ninguém”, lugar da falta de ação política e policial, um espaço de desmandos, pobreza, insegurança, valas negras, falta de cultura e atraso, dentre algumas das muitas concepções negativadoras que encontramos no decorrer de nossos levantamentos em pesquisas.<sup>4</sup> Mais ainda: esse “outro”, temido e desvalorizado, se encontrava fisicamente distanciado, vivendo em lugares distantes da zona Sul, do centro do Rio de Janeiro, de suas “belezas”, valores e pessoas. Tratava-se, de acordo com esse sistema representacional hegemônico, de uma periferia no sentido territorial e cultural, tanto física quanto simbolicamente um “outro” a ser temido, evitado, desprezado, ridicularizado, diminuído.

Mostrei em minha tese de Doutorado<sup>5</sup> o quanto essa imagem negativa suscitou dolorosos e traumáticos estigmas, que irão reverberar em uma série de respostas discursivas e práticas daqueles que a sentiam mais fortemente, em especial os que viviam na Baixada e precisavam manter um contato permanente com o “centro”, o Rio de Janeiro.

Sabemos, no entanto, que as atribuições “centro” x “periferia”, bem como a lista de valores que permitem classificar um objeto – seja ele uma pessoa, uma coisa, um lugar etc. – como melhor ou pior, são historicamente construídas, e, portanto, encontram-se permanentemente em processos de transformação. Neste artigo, enfocarei especialmente um contexto histórico específico, a década de 1990, quando uma conjunção de fatores irá permitir que essa configuração narra-

tiva novamente se desloque, gerando representações positivadas para a região.

Alguns fatores, a meu ver, se destacam quando pensamos neste processo de transformação do olhar acerca da Baixada Fluminense. Entendo, a partir de observação no decorrer das pesquisas e, principalmente, das falas sobre esse ponto que apareceram em diversas das entrevistas que realizei com moradores da Baixada em fins dos anos 1990, que a Linha Vermelha, cuja inauguração abordei no início desse artigo, seja um marco fundamental neste processo de deslocamento semântico acerca da Baixada. Mas, para além desse aspecto, podemos perceber também que a Baixada passou a ser alvo de investimentos públicos e privados, como abordaremos neste artigo, que lhes forneceram signos simbolicamente associados, via visão da grande mídia e suas posições políticas, aos ideais de modernização e progresso: remodelação de suas vias urbanas, chegada de novas fábricas e empresas, surgimento de shoppings centers e disponibilidade de ofertas em termos de consumo relacionadas a um crescimento no poder aquisitivo e cultural de seus moradores, dentre outros fatores. Para trabalharmos esses aspectos, iremos analisar uma série de construções discursivas apresentadas em reportagens da grande imprensa carioca no decorrer dos anos 1990 e início da década de 2000. Antes, porém, precisamos tecer algumas considerações sobre as relações entre a produção discursiva e a semantização dos espaços físicos.

### **1. Discursos e produção de sentido: a transformação do espaço em lugar significado**

Sendo uma expressão socialmente construída, múltiplos agentes e agências se apropriam desta categoria de “Baixada Fluminense” para emprestar-lhe os mais diversos significados através de múltiplas

construções discursivas. Todo discurso seria constituído de processos parafrásticos e processos polissêmicos. A paráfrase relaciona-se aos processos “pelos quais em todo o dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer.” Ela estaria, portanto, ligada à continuidade do discurso. Já a polissemia estaria ligada ao “deslocamento”, à “ruptura dos processos de significação.”<sup>6</sup>

Quando pensamos nas mais diversas formas com que os muitos agentes que lidam com a categoria “Baixada Fluminense” irão utilizá-la, podemos perceber a presença de tais processos relativos à paráfrase e à polissemia. Tal categoria terá sentidos partilhados, especialmente quando relacionados a um contexto geográfico ou como referência espacial. Mas, ao mesmo tempo, são muitos os significados associados à mesma expressão, ultrapassando os sentidos partilhados e propondo novas interpretações para a mesma categoria. Portanto, embora os sujeitos estejam falando de uma “Baixada Fluminense” de forma geral – relacionada a um condicionante geográfico -, ao examinarmos de forma mais apurada as construções discursivas apresentadas veremos que não se trata de uma “Baixada Fluminense”, mas de diversas “Baixadas Fluminenses”.

Podemos pensar, neste sentido, a própria concepção de “baixada”. Geograficamente, esta seria definida, como “planície entre montanhas”.<sup>7</sup> Dalva Lazaroni, por exemplo, afirma que “as planícies, aqui, receberam o nome de Baixada Fluminense.”<sup>8</sup> Já a categoria “fluminense” costuma ter a seguinte interpretação: a palavra seria derivada de “flumen”, ou “rio” em latim.<sup>9</sup> Assim, a região da “Baixada Fluminense” seria aquela em que terras baixas, planas, seriam recortadas por rios e em boa parte alagadas, o que caracterizaria a área que iria do pé da serra e se estenderia por uma grande parte do Estado do Rio. Dessa forma, os

rios que atravessariam tais regiões baixas exerceriam papéis fundamentais na configuração econômica e social das mesmas, tanto de forma positiva quanto negativa.

As construções discursivas que apontam para a importância da rede fluvial dentro da BF aparecem com frequência nos trabalhos produzidos acerca da Baixada Fluminense, os quais examinei em minha tese (2002). Em alguns momentos, os rios são vistos como fator de progresso, permitindo a navegação e, conseqüentemente, que a Baixada exercesse a função de “caminho” para a circulação de diversas produções, como o açúcar, os metais e o café, embora para este já se utilizasse, de forma mais sistemática, as ferrovias como principal via de escoamento. Para exemplificar, podemos citar a seguinte passagem: “a vasta bacia hidrográfica que (hoje) compõe a chamada “Baixada Fluminense”, no Estado do Rio de Janeiro, muito contribuiu para a fixação do homem à terra.”<sup>10</sup>

Já em outros textos, são os rios – ou melhor, as conseqüências de um processo de “abandono” das terras produtivas após a abolição da Escravidão e o surgimento das ferrovias, que teria resultado em assoreamento das redes fluviais e alagamento das terras baixas, criando charcos que ajudaram a proliferar as doenças endêmicas, como muitos defendem – os responsáveis pela “decadência” da região, após sua “fase de opulência” no século XIX.

Portanto, a concepção da “Baixada Fluminense” como um conjunto de “terras baixas cortadas por rios” já traz embutida uma concepção polissêmica acerca do sentido do segundo termo da expressão, já que a ideia de que fluminense está associada aos rios pode ser pensada de forma positiva ou negativa, dependendo do enfoque. Da mesma forma, como demonstrarei adiante, a concepção de “baixada” também será objeto de múltiplas apropriações.

A maior parte dos agentes sociais que lidam com memória e história na Baixada opta por esta concepção geográfica e esta denominação – “Baixada Fluminense” - para definir o que seria a região estudada ou descrita por eles, embora alguns autores defendam a denominação de “Recôncavo da Guanabara”, “Recôncavo da Baía”, “Recôncavo guanabarinó”, “Recôncavo fluminense” ou ainda “Baixada da Guanabara”. Em termos gerais, no entanto, a classificação “Baixada Fluminense” é a mais utilizada. Mas mesmo onde aparentemente se percebe um consenso, é possível perceber apropriações diversas, que emprestam significados distintos a essa mesma noção.

Em primeiro lugar, há uma proliferação de critérios para designar, a partir da aceitação da denominação de que aquela seria uma “baixada”, quais os municípios que compõem este espaço. Podemos perceber, na análise do material jornalístico selecionado para este artigo, variações acerca desta composição, como demonstram os grifos que assinalaí nas matérias. Essa variedade de critérios, como demonstreí em minha tese, pode ser encontrada também nos diversos textos acadêmicos que buscam refletir sobre a região. A partir do mapeamento que realizeí, detecteí, no que tange ao estabelecimento de regras para definir quantos e quais municípios iriam compor a região, alguns critérios diferenciados e, inclusive, antagônicos.

Mas, para além da diversidade em termos de referências geográficas, a categoria “Baixada Fluminense” vai assumir também uma série de outros significados, se apresentando como um signo em permanente construção semiológica, a partir dos contextos e das interações. Ou seja, se em primeiro lugar é possível perceber as divergências em termos da própria definição territorial do que seria a “região da Baixada Fluminense”, no seu sentido mais fiel à própria origem dos termos “baixada”

e “fluminense”, ambos de matriz geográfica, não podemos perder de vista que esse é somente um dos campos de sentidos com que nos defrontamos. A categoria “Baixada Fluminense” vai ser apropriada a partir de muitas outras referências, e em muitos casos associada a valores positivos e negativos. Só para citarmos um exemplo explícito de que os termos podem ser carregados de significados conotativos, a própria palavra “baixada”, que de forma genérica designa geograficamente uma “região de terras baixas”, tomando como referência o nível do mar, para alguns está diretamente associada a uma idéia estigmatizante: a região teria sido denominada de “baixada” para indicá-la como inferior, como “algo que está abaixo”. Neste sentido, podemos citar a declaração de um dos entrevistados em minha tese: “a palavra baixa também se refere a baixo, na realidade não tem nada a ver, é uma riqueza cultural muito grande.” Assim, “baixada”, nesta acepção, seria associada diretamente à idéia de “rebaixada”, algo que está hierarquicamente abaixo. Ou ainda a observação outro entrevistado de que a partir do momento que o “Recôncavo da Guanabara” – para ele o nome correto para a região – passou a ser chamado de “Baixada Fluminense”, ele passou a receber um “tratamento pejorativo”. Tal posição é compartilhada por um terceiro entrevistado, que vai declarar que “Baixada Fluminense passou a toponímia pejorativa, não rara soando como sinônimo de crime, corrupção e contravenção” (2002).

Assim, muito mais do que nos depararmos com uma região geograficamente delimitada, temos incidindo sobre o conceito de região referências outras que não a dessa ciência. Por isso, a BF vai ser pensada tanto como uma “terra da violência” quanto um “local de importância histórica para o Brasil”; ou como um “local distante e temido” ou, inversamente, um “bom lugar para se viver”; tanto quanto uma “região de problemas sociais crôni-

cos” como uma “região com valores escondidos que precisam ser descobertos”, entre outras conotações possíveis. As características que são associadas à categoria de “Baixada Fluminense” não são estáticas, ao contrário, são fluidas, e estão sendo construídas em fluxos e interações dos mais diversos.

Portanto, há um nítido processo polissêmico na produção da categoria “Baixada Fluminense”, ou seja, há uma produção múltipla de sentidos para uma mesma unidade (ou diversas) verbal ou não-verbal. Partindo do pressuposto de que todo discurso é uma construção social, em que os sujeitos, a partir de enunciados que lhes são anteriores e posteriores, vão produzir significados para as palavras e imagens, podemos entender que estas sempre são resultado de uma produção social de sentidos.<sup>11</sup> Ou, como define M. Bakhtin, “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una.”<sup>12</sup>

Assim, são muitas as apropriações, em termos de significados, da expressão “Baixada Fluminense”. Mas, sem dúvida, as referências de pertinência mais imediata ao pensarmos a BF são as de cunho geográfico, explicitamente pela referência direta da categoria a marcos típicos desta disciplina, como as próprias noções de “baixada” e “fluminense”, além de pensar os limites associados à sua composição, em especial na escolha dos municípios que a integram. Entender a construção dos discursos polifônicos sobre a Baixada tem, necessariamente, de partir deste campo geográfico para a percepção das diferentes apropriações que serão feitas pelos agentes e agências sociais estudados.

Porém, antes de explicarmos quais as concepções associadas a estes termos, é preciso lembrar alguns pontos fundamen-

tais: em primeiro lugar, a classificação do que seria essa tal “Baixada Fluminense”, em termos espaciais, está longe de ser uma unanimidade, ao contrário, é um ponto de dispersão constante de interpretações que ora se complementam, ora se chocam, podendo ser percebida como uma categoria objeto de conflito mais do que de consenso; em segundo lugar, não podemos perder de vista que os espaços geográficos são, antes de tudo, espaços sociais, resultantes de intervenções e interpretações, motivadas muitas vezes por preocupações externas à própria lógica da Geografia.

Sobre este segundo ponto, alguns conceitos se apresentam como fundamentais, entre eles os de região, lugar, espaço e território. Antes de tudo, precisamos pensar de que forma uma mesma área pode ser construída de forma múltipla a partir das diferentes referências dos agentes sociais. Uma cidade, ambiente urbano complexo, deve ser pensada a partir da construção social que se faz dela. Da mesma forma que pensamos as identidades como construídas em perspectivas interrelacionais, as noções de região, lugar e território devem permitir um debate com os conceitos mais estritamente ligados à Geografia e às noções que se estabelecem em outras ciências, especialmente na Antropologia.<sup>13</sup>

O conceito de região passou, historicamente, por diversas transformações no domínio da Geografia. De uma concepção clássica, relacionada com os primórdios da disciplina, até as abordagens atualizadas, o conceito foi alterado de maneira significativa. Assim, autores como Paulo Cesar Gomes e Marcel Roncayolo<sup>14</sup> apontam para estas distinções e indicam um desenvolvimento histórico para o conceito.

De acordo com a geografia clássica, especialmente aquela defendida por nomes como Vidal de La Blache, região remeteria primordialmente à noção de região natural, onde o ambiente teria total

influência sobre o padrão de vida que se estabelecerá nas diversas áreas. Neste sentido, a natureza seria o aspecto dominante a definir de que se entenderia por região, classificada de acordo com uma série de atributos distintivos que definiria os diversos tipos de região (região da montanha, região das planícies, etc.).<sup>15</sup>

O conceito de região funcional, como aquela que abriga os movimentos e trocas que se organizam em um espaço estrutural, paulatinamente vai substituindo as primeiras explicações onde a natureza desempenha papel fundamental. No entanto, esta concepção será criticada por aquela que ficou conhecida como geografia radical, que entra em voga a partir da década de 70. De inspiração marcadamente marxista, esta vertente aponta para as concepções anteriores de região como modelos impregnados de ideologia dominante, onde a diferenciação do espaço é pensada de forma naturalizada e não como fruto da “divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos”.<sup>16</sup>

Em meados da década de 70, surge uma nova corrente, de base humanista. Autores diversos vão chamar a atenção para o papel do homem como constituidor do espaço. Noções como “consciência regional”, “sentimento de pertencimento” e “mentalidades regionais” passam a ser fundamentais. Sobre esta corrente, afirma Gomes: “Neste sentido, a região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial”.<sup>17</sup>

Esta última corrente, que passa a considerar a região como fruto da interação e definida a partir das relações culturais e sociais que a envolvem, me

parece pertinente para pensar a situação da “Baixada Fluminense”, cuja definição espacial, no entanto, se dá a partir de critérios naturais em um primeiro momento. Mas o importante é pensar, a meu ver, como um conceito comporta tantas possibilidades na maneira como será definido. Os atores sociais constroem o espaço que configura a Baixada de múltiplas formas, inclusive a partir de referências geográficas no sentido mais literal do termo. Mas as fronteiras e os limites da Baixada são operados a partir de práticas e interações cotidianas, sendo reconstruídos na experiência diária de seus moradores, em situações de contato com outros moradores ou com pessoas de fora e a partir do discurso oficial (especificamente das autoridades municipais e estaduais), da mídia e das manifestações culturais.

De certa maneira, estamos lidando com operações de negociação onde os agentes sociais estão buscando se apoderar de determinada noção que corresponde à região. Neste sentido, podemos nos remeter à raiz etimológica de região, que tem em *regio* sua sustentação.<sup>18</sup> É importante reparar que o radical *reg* também funda palavras como regente, regina (rainha) e regência, todas palavras que remetem à domínio e a poder. De certa forma, a luta pela apropriação do conceito de Baixada e de região, como demonstrei adiante, remete ao sentido etimológico da palavra. Trata-se de se apoderar de um domínio, de um território a ser construído cotidianamente, de ter uma base espacial para a organização da ação política.

Aqui, o conceito de território também merece uma avaliação. Marcelo José de Souza nos aponta um caminho a ser traçado:

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realida-

de, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, (...) mas o verdadeiro Leimotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?<sup>19</sup>

Portanto, a questão central, no que se refere à noção de território, é sua associação com a esfera do poder. Neste sentido, o conceito de território, tanto quanto o de região, afasta-se do sentido geográfico e aproxima-se mais de uma noção política e administrativa. Assim, o controle sobre o território é fundamental para o estabelecimento do que Max Weber vai chamar de comunidade política.<sup>20</sup> Se, como Michel Foucault, entenderemos que “existe uma administração do saber, uma política do saber, relações do poder que passam pelo saber”, poderemos pensar que elas remetem a “noções como campo, posição, região, território” e que o “termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discursos.”<sup>21</sup>

Novamente, Souza, de maneira similar a Gomes e Roncayolo, procura demonstrar de que forma o conceito de território – à maneira de região – sofreu transformações em seu desenvolvimento histórico. Assim, território primeiramente era pensado como “espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social”.<sup>22</sup> Para o autor, o senso comum – reiterado por alguns pensadores, especialmente os ligados à Geografia Política – tende a relacionar território com Estado, o que empobreceria o conceito. Para Souza,

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) (...), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo.<sup>23</sup>

Esta noção de território aponta para “territorialidades flexíveis”<sup>24</sup>, flutuantes e móveis. Para o autor, é impossível pensar a noção de território em sociedades urbanas complexas sem pensar, conjuntamente, a noção de redes sociais.<sup>25</sup> O autor propõe que se trabalhe com territorialidades superpostas, que permitam perceber como os atores em suas redes sociais constroem e desconstróem seus territórios, estabelecendo relações de poder e domínio que de fato implicam em significados diversos.

Uma interpretação proposta por Asa Briggs nos permite trabalhar com a possibilidade da construção social da categoria de lugar. Para o autor, é preciso distinguir espaço de lugar,<sup>26</sup> pois é através de processos de definição e significação que o espaço é transformado em lugar. Assim, o lugar é sempre resultado da experiência sobre o espaço. Ele considera essencial reiterar que as cidades seriam coleções de lugares tanto quanto a vivência do lugar em si. Acredito que esta seja a concepção fundamental a ser pensada aqui. Para além de ser um espaço geograficamente demarcado, ou nos termos do autor, um lugar em si mesmo, a “Baixada Fluminense” é uma coleção de lugares, todos resultantes dos contextos de interação e das experiências dos mais diversos agentes sociais. Portan-

to, um lugar não é uma categoria estática, mas o resultado de fluxos e interpretações diversas. Assim, ao analisar algumas representações verbais e imagéticas acerca de lugares, Asa Briggs aponta para o caráter polissêmico das mesmas: lugares são carregados de interpretação, sendo portanto construídos socialmente, e não somente espaços geograficamente dados. A semantização do espaço, dessa forma, cria os múltiplos sentidos para o que o autor chama de lugar, e, exatamente por isso, Briggs nos lembra que aos falarmos de lugares, na verdade estamos falando sobre a vida.

Partilhando das concepções desse autor, podemos partir do princípio de que o espaço no qual a BF está sendo pensada não é, portanto, somente um espaço físico, mas antes de tudo um espaço social, um lugar socialmente experimentado pelos diversos agentes que com ele interagem.<sup>27</sup> Portanto, é preciso desnaturalizar as idéias de região, território, lugar e espaço, que comumente aparecem relacionadas com a “Baixada Fluminense”, para perceber como através de fluxos constantes esses conceitos vêm sendo apropriados e reconstruídos.

O discurso produzido acerca da concepção geográfica do que seria “Baixada Fluminense” é, portanto, multivocal e conflitante, lócus nítido de uma relação de apropriação do significado e evocação de um poder de fala. Neste sentido, podemos pensar a indicação de Marcel de Certeau de que são os relatos que dão sentido aos espaços, transformando-os em lugares.<sup>28</sup>

A partir dessas reflexões mais teóricas, buscaremos agora mapear e analisar, ainda que forma breve de acordo com o cabível em um artigo, algumas das representações acerca da Baixada Fluminense narradas no discurso da imprensa a partir dos anos 1990, para entendermos como este lugar foi sendo resignificado, a nosso ver de forma estratégica, dentro de um projeto econômico e político.

## 2. Deslocando os sentidos acerca do que se entende por Baixada Fluminense

“Terra sem lei”, “Terra de ninguém”, “câncer vizinho”, lugar em que “a lei do gati-lho é tão natural quanto a lei da gravidade”. Estes são alguns dos termos que encontramos em jornais do Rio de Janeiro, no decorrer dos anos 70 e 80, para se referir à Baixada Fluminense. No levantamento que realizamos, detalhado em trabalhos anteriores, o volume de referências negativas sobre a Baixada é quantitativa e qualitativamente maior do que as referências positivas.

No entanto, em fins dos anos 1980, dois grandes jornais do Rio de Janeiro, *O Globo* e *O Dia*, criaram cadernos especiais para cobrir a Baixada Fluminense. Nestes cadernos, a ênfase das matérias jornalísticas, embora sem desconsiderar os problemas locais, deveria recair mais sobre boas notícias, aspectos positivos na vida dos moradores da região. Como repórter por cerca de dois anos de um desses cadernos, *O Globo Baixada*, lembro-me que invariavelmente ficávamos entusiasmados com a quantidade de coisas interessantes e positivas que “descobríamos” em nossas reportagens. Claramente, estávamos imbuídos do senso comum midiático acerca da Baixada Fluminense e nosso contato com aquele “outro” até então perigoso, só violência e pobreza, era sempre surpreendente.

Esse mesmo tom aparece na reportagem de capa do *Jornal do Brasil* na Revista de Domingo de 22 de julho de 1990. O título é evidência do que apontamos: “O outro lado da Baixada”, com o subtítulo esclarecedor: “A região mais pobre do estado derrota as estatísticas negativas com beleza e trabalho” (grifos nossos). A partir disso, a matéria toda gira em torno do deslumbramento do repórter com essa surpreendente Baixada Fluminense capaz de ter lugares bonitos, recantos pacíficos, quase interioranos, gente vivendo normalmente, não querendo sair de lá, com locais para se divertir

e atividades tidas como exclusivas da zona Sul acontecendo na região, como a moda e o funcionamento empresarial. Podemos destacar, para ilustrar, o seguinte trecho da reportagem (os grifos são nossos):

Jaceruba, com sua paz e sua surpreendente beleza natural, serve bem para mostrar que a Baixada Fluminense não vive só de manchetes policiais, das estatísticas da miséria e da realidade das valas negras. A região, que já atravessou o ciclo do ouro, teve grandes fazendas de café, abrigou extensos laranjais e hoje é sinônimo de violência e subdesenvolvimento, tem um lado desconhecido e fascinante, que vai do reggae e da poesia das favelas à água cristalina de rios e ao verde de matas intocadas". (...) "A pracinha de Jaceruba, na realidade um largo com chão de terra, algumas árvores nos cantos e casinhas simples ao redor, não sugere um clima de banguê-banguê. Ao contrário. No armazém da esquina até parece que o tempo parou.

Neste trecho, encontramos termos-chave desta relação com o outro desconhecido, mas já cristalizado em uma natureza negativada. O "lado bom" da Baixada é um "outro lado", "desconhecido e fascinante". Porque ela já tem um lado consolidado, "hoje sinônimo de violência e subdesenvolvimento". Neste sentido, a dimensão negativa não é pensada como representação, mas como natureza dada e constituída. A representação é o esforço simbólico do repórter, de oferecer mais um sentido àquele já consagrado. Assim, o repórter confessa que: "o visitante toma um susto quando chega a Jaceruba. Afinal, vai levando na bagagem informações nada otimistas". A realidade desmente, em parte, as construções discursivas do senso comum, mas não têm o poder de apagá-las. Elas permanecem, como a referência de fundo, de base, sobre a qual se constrói a ideia de que se está frente a um outro surpreenden-

te e inesperado. Por isso, após extensas sete páginas de reportagem, com textos e imagens, mostrando esse "outro lado da Baixada" através de referências à beleza natural, calma, tranquilidade, "jeito de roça", passado histórico, música, poesia, empresas de porte e espaços para a diversão, o repórter conclui que "tudo isso na Baixada Fluminense, a 40 minutos do Rio. Um pedaço de mundo que se aprendeu a chamar de feio e violento". O caráter pedagógico da representação é admitido pelo repórter, mas não de forma suficiente a fazê-lo questionar a possibilidade da não naturalização da Baixada e seu lado natural, ou seja, degradada, violenta e abandonada.

Essas sete páginas em 1900, mostrando que a Baixada tem "um outro lado", ainda não são capazes de cortar o espanto de outros jornalistas com aspectos positivos encontrados em municípios da região. Em 24 de março de 1996, o *Jornal do Brasil* publicou uma extensa reportagem sobre o ranking de qualidade de vida na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro feito pelo IBGE, onde o município de Nilópolis, localizado na Baixada Fluminense, aparece em 3º lugar, só sendo superado por Niterói e pelo Rio de Janeiro, respectivamente primeiro e segundo lugar. O estranhamento que tal colocação causou pode ser medido pela própria caracterização dada pelo *JB* à informação, pois na chamada superior da página destinada a Nilópolis podíamos ler: "a cidade-surpresa".

Em 20 de dezembro de 2001, uma nova matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* apresentava os dados levantados pelo IBGE no Censo 2000 acerca das condições de vida nas cidades do Estado do Rio, em que Nilópolis e Niterói aparecem nos primeiros lugares nos índices de saneamento e alfabetização, superando o Rio de Janeiro. O título "Rio é lindo, mas Nilópolis é melhor", embora presente a classificação da segunda tomando a capital como referência, não



parece apresentar, de forma explícita e à primeira vista, uma possível surpresa com o lugar obtido pelo município da Baixada. No entanto, no segundo parágrafo da matéria, o tom de surpresa se revela novamente: “Na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio, o município de Nilópolis surpreende”. Cinco anos depois, o próprio jornal desconsidera matéria divulgada nele mesmo em que a qualidade de vida do município já era atestada pelo IBGE e continua se “surpreendendo” com a colocação obtida por Nilópolis.

Podemos ver, com estes exemplos, o quanto é difícil desconstruir estigmas e preconceitos cristalizados discursivamente. No entanto, mesmo com as surpresas acima demonstradas, é possível perceber, no decorrer dos anos 1990, um esforço via grande imprensa carioca e nacional de apresentar a Baixada como um lugar em transformação, prestes a perder suas características negativas e se transformar no “novo ABC”, em um lugar de promissoras investimentos e condições de mercado, como veremos nos exemplos a seguir, que se sucedem no decorrer da década de 90 (grifos nossos).

**Exemplo 1** – Matéria da Revista Isto É, de 16/8/1995 (duas páginas)

Título: “Baixada em alta”

Subtítulo: “Famosa pelos índices de criminalidade, a Baixada Fluminense dá meia-volta rumo ao desenvolvimento”

Trechos em destaque:

- “A Baixada Fluminense está preparando uma surpresa para aqueles que guardam da região a imagem de um cenário de banguê-banguê – lugar empoeirado, sem infra-estrutura e com tiros zunindo por todos os lados. Embalados por investimentos públicos e privados, **os sete municípios** onde habitam cerca de quatro milhões de pessoas experimentam um surto de desenvolvimento e otimismo nunca visto. Aos poucos, a carência abre espaço para uma classe média cada vez

mais exigente, com hábitos modernos e preferência por griffes típicas dos consumidores da zona sul do Rio de Janeiro. Existe até uma high society emergente, que frequenta os points mais badalados da Cidade Maravilhosa e viaja frequentemente ao Exterior, mas não abandona a Baixada por nada deste mundo. Para esses, o lugar está mais para Miami do que para o Velho Oeste”.

- “A rigor, o grosso dos investimentos ainda está por vir. Mas a progressiva melhora dos serviços disponíveis já é suficiente para resgatar a auto-estima da Baixada. “A única diferença entre Nova Iguaçu e Ipanema é a praia”, **exagera** Carlos Emílio Targueta, 34 anos, frequentador do aeroclube local”.

- “Esse orgulho de viver na Baixada bate de frente com a ideia ainda arraigada na maioria dos cariocas sobre a região”.

- “Na verdade, quando se fala em poder aquisitivo, Nova Iguaçu, a “capital” da Baixada, já chega perto da badalada Barra da Tijuca”.

- “Nova Iguaçu está levantando um moderno shopping Center à beira da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio a São Paulo, em uma área de 103 mil metros quadrados. (...) Mais três shoppings estão sendo construídos em Duque de Caxias e são João de Meriti. Um deles, o Grande Rio, **chega a requintes de sofisticação** (...)”.

“Esse lado chique da Baixada não surgiu do dia para a noite. Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro afirmam que o fenômeno é resultado da migração da classe média, insatisfeita com a decadência da metrópole carioca”.

“**Até mesmo** no fechado círculo da moda, o conceito de Baixada Fluminense mudou. Há alguns anos, seria impensável que um estilista da região conseguis-

se sucesso nas luxuosas passarelas da zona sul do Rio”

Temos, nesse exemplo, interessantes marcos discursivos para analisar. A palavra “surpresa” está lá, mas não é mais o repórter que se confessa surpreso, mas sim será o leitor a ser surpreendido com as mudanças que estão se operando na região, e o repórter sabe o porquê: um enorme investimento público e privado, uma classe média emergente, hábitos de consumo modernos etc. Mas o repórter tem dúvidas: estão lá as pistas discursivas que nos permitem que ele considera “exagerado” comparar Nova Iguaçu com Ipanema e o uso da palavra “até” nos mostra o quão impensável é a existência de uma “high society” local e o fato dessa descoberta atingir “até mesmo” o mundo da moda, signos incontestes, na visão de mundo do autor da matéria, de modernidade e sofisticação. E o shopping chega até a “requintes de sofisticação” porque tem “a comunicação visual a cargo da Suzman Perejza – empresa que trabalha para a Walt Disney Corporation -, iluminação planejada pela Teo Konduis, uma das companhias mais famosas do mundo, e desenho paisagístico dos criadores de parques e jardins de San Francisco, nos Estados Unidos”. Convenhamos, parece nos dizer o repórter, é mais do que poderíamos esperar para uma região que sempre se pareceu com o “Velho Oeste”.

**Exemplo 2** – Caderno Economia de O Globo, de 26/01/1995

Título: “Investimentos de US\$ 920 milhões fazem da Baixada o ABC fluminense”.

Trechos em destaque:

- “O mais novo polo de desenvolvimento do Estado do Rio, quem diria, não fica na área da capital nem no Vale do Paraíba. Mais conhecida pela violência e a pobreza, a Baixada Fluminense vai receber nada menos do que US\$ 920 milhões em investimentos industriais em 1996. Ainda mais significativo é o percentual dos

investimentos de empresas privadas, em todo o Estado, que foi destinado para a região: os onze municípios da Baixada ficarão com um terço do total”.

- “Uma das principais vantagens que a Baixada oferece às indústrias em fase de instalação é o preço relativamente baixo dos terrenos (...). A proximidade do município do Rio de Janeiro – segundo maior mercado do país – e a confluência na região de vias de transportes para os outros grandes mercados são atrativos fortes o suficiente para segurar muitas empresas na Baixada”.

Mais uma vez, o uso de expressões estratégicas como “quem diria” e “nada menos” denuncia a falta de credibilidade e o espanto do jornalista com o fato dos investimentos estarem indo para a região da Baixada Fluminense. De “mais conhecida pela violência e a pobreza” à “ABC Fluminense” é a transformação digna de nota, ainda que anteriormente já existissem, na região, como demonstram matérias que se preocuparam, como indicamos, de mostrar “o outro lado”, investimentos industriais e empresariais. Mas agora é outro contexto: trata-se de uma virada, de uma transformação expressiva, facilitada porque a Baixada tem “vantagens” a oferecer. Além da localização estratégica em termos espaciais, como via de escoamento da produção do Rio de Janeiro, é preciso levar em consideração também o “preço relativamente baixo dos terrenos”, que, obviamente, não pode ser pensado sem levar em consideração o quanto a valorização/desvalorização dos mesmos esteve atrelada a construções imaginárias acerca da região. O que nos leva a refletir sobre um ponto-chave: a quem interessou, durante décadas, a afirmação de uma imagem negativa sobre a Baixada Fluminense, atrelada a ideias como violência e pobreza, quando em sua história a região sempre se mostrou muito mais complexa e diversa? Neste sentido, a mídia cumpre aí um duplo papel bastante

significativo: sua retórica narrativa acerca das condições insalubres da Baixada, tanto material quanto socialmente, ajudaram a desvalorizar as terras na região; e em meados dessa mesma década, essa mesma mídia, através da construção de uma representação que visa positivar a Baixada, irá ajudar a fermentar os negócios e investimentos nas localidades que a compõem. Essa relação entre a ação midiática e a prática mercadológica fica mais evidente quando analisamos o exemplo a seguir.

**Exemplo 3** – matéria de O Globo, de 27 de agosto de 1996

Título: “Potencial de investimentos da Baixada é tema de seminário”

Subtítulo: “Evento do jornal O Globo-Baixada visa a promover a região”

Trecho em destaque:

-“Para mostrar a investidores, empresários e entidades representativas da Baixada Fluminense que a região, apesar dos problemas sociais, é uma excelente área de negócios, o GLOBO-Baixada, jornal de bairro do GLOBO, promove amanhã o seminário “As novas perspectivas econômicas da Baixada”.

O jornal O Globo, neste caso, mais do que um narrador da realidade, é o promotor da mesma, em especial em uma dimensão projetiva, visando “mostrar a investidores, empresários e entidades” que a região “é uma excelente área de negócios”, “apesar dos problemas sociais”, que a não ser como referência de um passado/presente em superação ou a ser superado, não recebem maiores atenções em nenhum dos exemplos jornalísticos analisados neste artigo. O tom agora é ufanista e celebratório. Trata-se de uma região em desenvolvimento, pronta a prosperar, sobre a qual não cabem análises que a desvalorizem, ainda que este agora um “outro lado”, um “apesar de”, ainda sejam problemas sociais que deveriam merecer, por parte do jornalismo, um olhar atento. A pergunta prossegue, embora seja impossível

uma resposta concreta: qual o interesse específico de O Globo nas ações empresariais na Baixada Fluminense em meados da década de 1990 a ponto do jornal explicitamente promover um Seminário de estímulos a investimentos na localidade?

O apoio às ações do governo federal e do governo estadual, ambos naquele contexto nas mãos de políticos do PSDB (Fernando Henrique Cardoso e Marcello Alencar, respectivamente) é explícito e engajado. As palavras que encerram a matéria, por exemplo, são de José Carlos Lacerda, secretário estadual de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e de Municípios Adjacentes, que declara: “Eventos como estes só vêm confirmar o que tem se verificado nos últimos anos: o interesse na Baixada aumenta a cada dia. A região ainda vai dar o que falar”. Se entendemos que a construção da identidade, neste caso no que tange à região, é uma narrativa que envolve uma tríplice mimese, podemos perceber tanto a dimensão retrospectiva, associada à paulatina construção de uma memória negativa acerca da Baixada, quanto uma dimensão prospectiva, uma configuração projetiva em que o que se espera em termos de reconfiguração (os investimentos e uma “nova” Baixada Fluminense) já foram antecipados no texto.

**Exemplo 4** - matéria no Caderno Finanças da Folha de São Paulo, 15/10/1995

Título: “Rio redescobre a Baixada Fluminense”

Subtítulo: “A região, antes identificada com crimes de grande repercussão, deverá receber investimentos de mais de R\$ 3 bilhões até 1999”

Trecho em destaque:

- “Na busca de alternativas para a recuperação econômica do Estado, empresários, investidores e governo **estão apostando** em uma das regiões mais problemáticas e conturbadas do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense. Depois

de passar anos identificada apenas com crimes que tiveram repercussão nacional e internacional, como os extermínios do Esquadrão da Morte, o conjunto de dez municípios que forma a Baixada se prepara ara receber investimentos de mais de R\$ 3 bilhões até 1999”.

“Redescoberta” é uma boa palavra para pensarmos as ações midiáticas em torno deste “novo momento” da Baixada Fluminense. É como se a grande imprensa também “redescobrisse” esse objeto narrativo, que quase sempre, nas décadas anteriores, somente aparecia nas páginas policiais e excepcionalmente em uma matéria especial acerca de algum “outro lado”, como vimos, “apenas” identificada com crimes, em uma evidente confissão, via texto jornalístico, da simplificação da realidade social. Em meados de 1990, o jornalismo econômico “redescobre” a Baixada, que passa ser matéria em cadernos de finanças e negócios. Mas o “estão apostando” nos lembra, discursivamente, que se trata de uma ação de risco por parte dos empresários, já que a região é uma das mais “problemáticas e conturbadas” do Rio de Janeiro. Mas aparece, na matéria, novamente a referência a um item tranquilizador para atestar a modernidade: os shoppings (“O primeiro deve ser inaugurado ainda neste mês e os outros dois, em 1996”). Há ainda um box com a trajetória do empresário e morador da Baixada Carlos Duarte, que de motorista de ônibus estava, naquele contexto, construindo um dos 3 shoppings da Baixada, o Nova Shopping (os outros dois são o Shopping Grande Rio e o Iguazu Top Shopping), e que, “nascido em Nilópolis, critica quem deixa a região”. Em outro box, a trajetória de Ana Paula Nardelli, que trabalha na fábrica do refrigerante RC Cola, sendo filha do dono, mostra que a “herdeira se sente segura na região”, afastando narrativamente o medo da violência, e detalha que “ela gasta R\$1.200 em vestido de festa”, indicando claramente seu alto poder aquisitivo e sua vivência de consumidora moderna.

No entanto, a *Folha de São Paulo* é um pouco mais parcimoniosa acerca da transformação da Baixada Fluminense e teme que o processo de empoderamento de sua classe média esteja aumentando o fosso social entre novos-ricos e pobres na região. Para explicar esse fenômeno, busca apoio nas declarações do professor Luiz Cezar Queiróz Andrade, do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal da UFRJ, que diagnostica que “os shoppings (...) e alguns condomínios fechados começam a explicitar a separação entre ricos e pobres na Baixada”. Mas termina a matéria com a fala do mesmo professor, dizendo que “Queiróz, no entanto, relativiza o risco de exacerbação da violência a partir desses guetos em gestação. “O Brasil não tem a cultura da segregação, como os Estados Unidos”, tranquiliza”. Tranquilizada, portanto, pelo especialista de que não há problemas em um aumento entre ricos e pobres com esse boom de investimentos na Baixada porque os pobres não ficarão mais violentos se segregados, a *Folha* procura tranquilizar também investidores e o leitor. E na retranscrição que se segue a essa matéria aborda diretamente a questão dos investimentos, mostrando que “o polo gás-químico de Duque de Caxias é a “menina dos olhos” do governo do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento da Baixada Fluminense”. Nesta matéria, mais uma vez chamando atenção para a questão das vias de acesso e escoamento na região, o repórter nos informa que “na área de transportes, o governo tem um projeto conhecido como Faixa Light”, que, assim como a Linha Vermelha, será outro marco espacial e simbólico importante na mudança acerca do imaginário sobre a Baixada.<sup>29</sup>

**Exemplo 5** - O Globo, Rio, 7/05/1995  
Título: “Baixada deixa a periferia para trás”

Trechos em destaque:

“A Baixada Fluminense começa a despertar de um sono de muitas mazelas e pouco dinheiro. Tal qual a bela adormecida,

que volta à vida após um beijo apaixonado, as conhecidas cidades-dormitórios estão sendo seduzidas pelo governador Marcello Alencar.(...) A Baixada começa a dar a volta por cima com a implantação de fábricas, shopping centers e casas noturnas.”

O tom do texto pode ser mais lírico, mas a mensagem é a mesma dos demais exemplos que aqui estamos analisando: a Baixada estaria deixando seu passado para trás. E fábricas, shoppings e casas noturnas seriam seu salvo conduto para a modernidade e para a inserção no estilo de vida metropolitano do Rio de Janeiro. A periferia, ao menos simbolicamente, “fica para trás”. Mas é preciso um príncipe encantado para despertar essa donzela adormecida em meio a “muitas mazelas e pouco dinheiro”. E para a repórter que assina a matéria, o grande sedutor seria o governador Marcello Alencar, que teria dado “longos passeios” na região na campanha eleitoral realizada no ano anterior e depois enviado, já eleito, emissários semanalmente, culminando no fato de que “o Governo **aposta** todos os trunfos nos **11 municípios** que são lembrados mais como redutos de notícias policiais ou doenças contagiosas”. Para a repórter, trata-se também de uma aposta, o que implica em riscos. Mas se “se a economia e a cultura prometem, o poder político é evidente na Assembleia Legislativa, onde 25.5% dos 70 parlamentares são da Baixada. Um bloco de 18 deputados de fazer inveja com seus 500.772 votos”. Ou seja, no campo da política não se tem mais dúvidas: a Baixada já deixou “a periferia para trás” e está, nas palavras do deputado federal e Secretário Estadual da Baixada, Nelson Burnier, “decolando”, inclusive, como nos informa o box da matéria, com ampliação do aeroporto de Nova Iguaçu.<sup>30</sup> Somados a isso, outros investimentos e atitudes políticas (“as prefeituras adotam um novo estilo de governo”) fazem com que “para o subsecretário da Baixada, Vicente Loureiro, a região está deixando de ser terra de ninguém e tem um potencial

de crescimento expressivo”. Interessante pensar que a ideia de que a Baixada não pertencia, em termos de imobiliários, a “ninguém”, de certa forma favorece a não apuração, por exemplo, acerca de quem teria se beneficiado com a valorização dos terrenos locais. O baixo preço das terras aparece, no entanto, nas palavras finais do sub-secretário (indicando, ao contrário, de que tratava de “terra de alguém”), que faz também, mais uma vez, a remissão às vias de transporte, nos lembrando o papel central da criação da Linha Vermelha: “Ele também aponta outras vantagens para atrair novos investimentos: o preço da terra mais barato que em outros lugares, como a Zona Oeste, por exemplo; facilidade de acesso pelas Rodovias Presidente Dutra e Washington Luiz, além da Linha Vermelha, e mão-de-obra perto do local de trabalho”.

Fechando a matéria, uma retranca com o título “Diversão é o mais novo filão da Baixada” e um box com o perfil de um “estilista que conquistou a Zona Sul”, mais uma vez associando a questão da moda ao modelo consumista de ascensão e modernidade.

**Exemplo 6** - Jornal do Brasil, caderno Especial no domingo, dia 11/05/1996 (12 páginas)

Especial “Baixada, um novo olhar”

Título da matéria principal: “Baixada sacode a poeira e dá a volta por cima”

Trechos em destaque:

- “A Baixada Fluminense sempre foi um emblema da indigência brasileira. Ora lembrada por suas carências, ora por seus índices de violência ou pela condição de região-dormitório de uma massa de trabalhadores que todo dia sai de casa ainda no escuro para dar duro no Rio. Mas **já não pode ser apresentada apenas assim**. A Baixada da poeira e da lama foi à luta e, hoje, à custa de um rio de investimentos privados – shoppings, indústrias, serviços... -, já e o quarto maior polo de consumo do país.”

“Durante seis semanas, o JORNAL DO BRASIL conviveu com a realidade dos **sete municípios** que compõem a Baixada Fluminense (...). Constatou que a demanda social é praticamente a mesma de dez anos atrás – só 5% das ruas, por exemplo, são asfaltadas -, mas descobriu um processo silencioso, e vertiginoso, de desenvolvimento econômico”.

“Some-se a isso a localização privilegiada – bem no eixo Rio-São Paulo-, o aumento do poder de consumo das classes C e D; a fartura de terrenos vazios, as melhorias na Via Dutra e a consolidação da Linha Vermelha, e aí está uma receita que explica as transformações que a região experimenta.”

Em suas doze páginas especialmente dedicadas às transformações ocorridas na Baixada Fluminense, o caderno editado pelo *Jornal do Brasil*, por si só, mereceria uma análise detalhada que extrapola o proposto neste artigo. Estão lá todos os pontos que temos destacado. Mas focaremos nossas observações na matéria principal e em uma retranca dedicada aos jovens da Baixada, porque trazem elementos que nos parecem importantes aqui. Na matéria que abre o caderno, a expressão “um novo olhar” sugere um ângulo bem diferente da expressão “um outro lado”, fazendo a conexão com outro especial sobre a Baixada editado pelo mesmo JB seis anos antes, como mostramos aqui. As referências ao passado negativo estão lá: a Baixada ora é “lembrada” por suas “carências”, “seus índices de violência” ou sua “condição de região-dormitório”. Não há como fazer com que esse imaginário desapareça de uma hora para outra, parecem nos dizer os dois repórteres que assinam a edição, fruto de seis semanas de mergulho jornalístico, como se preocupam em esclarecer (trata-se, portanto, de um produto do conhecimento, um “novo olhar” construído pela vivência, e não somente a fala de um sujeito de “fora” so-

bre o que ele não conhece), já que este imaginário é “emblemático” da “indigência brasileira”. Mas há algo de novo no que tange à Baixada Fluminense: ela “já não pode ser apresentada apenas assim”. O texto jornalístico facilita nossa interpretação e não deixa dúvidas: trata-se de uma disputa em torno da representação do que se entende por Baixada, e esse jogo se reconfigurou. Um indicativo forte, neste sentido, que aponta claramente para a necessidade dessa nova representação, em dimensão projetiva, é a retranca “Jovens esperanças”, com um retrato da juventude na Baixada, cujo título “Para eles, tudo vai dar pé”, juntamente com o subtítulo “Juventude da Baixada acredita no futuro, gosta do lugar onde mora e curta a vida no ‘Baixo Iguaçu’” são exemplos claros de um esforço narrativo de dissociar a fórmula lembrança/passado = negativo da fórmula projeto/futuro = positivo.

A violência e os problemas sociais, que evidentemente não haviam desaparecido enquanto realidade social na Baixada em meados dos anos 1990, não deixam de ser retratados no Caderno Especial do JB, ainda que de forma tímida e quantitativamente bem menor do que os pontos valorizados positivamente. Mas nada que próximo ao que sugere, por exemplo, o quadro descrito na reportagem que se segue, publicada um ano depois pelo mesmo JB, em que a lembrança dos dias de passado estigmatizado pela violência na região aparece ainda muito fortemente como presença.

**Exemplo 7** - Jornal do Brasil, Cidade, 8/11/1998

Título; “Baixada conta os seus mortos”.

Selo: “Terra sem lei”

Subtítulo: “Entre 1994 e 1997, o número de homicídios na região manteve uma média superior a dois mil casos por ano”.

Trechos em destaque:

“Enquanto no município do Rio o número de homicídios vem diminuindo,

a Baixada se mantém firme como região mais violenta do Estado".

"A Baixada Fluminense é a coroa de espinhos na cabeça da Cidade Maravilhosa" – compara Dom Mauro Morelli, bispo da Igreja Católica de São João de Meriti e de Nova Iguaçu".

"Apesar do discurso de que a região está crescendo, a Baixada continua a ser um lugar invisível, que só aparece em época de eleição", sustenta José Claudio".<sup>31</sup>

O que podemos perceber, analisando os exemplos mapeados, é um esforço de apagamento desses traços desabonadores. Assim, o sociólogo José Claudio Alves, entrevistado na matéria, identifica uma continuidade entre a prática discursiva ("de que a região está crescendo") e a invisibilidade no olhar sobre a Baixada, gerando representações reducionistas e simplificadoras de qualquer forma. Só que, como vimos, o esforço no decorrer da década de 1990 é de apagamento dos indícios negativos, que só devem ser percebidos como lembrança e passado, embora permaneçam na prática. Neste sentido, troca-se um estereótipo por outro.

Os dois exemplos que se seguem e encerram o nosso artigo são evidência clara neste sentido. Neles, vemos um espaço resignificado, gerando uma nova compreensão, via jornalismo, do que se entende por Baixada. Já praticamente não há necessidade de remissão às lembranças de um passado de desditas. A Baixada já "decolou", já se modernizou, "deixou a periferia para trás", já entrou definitivamente na ordem do consumo e da sociedade emergente, na percepção dos jornalistas. Vejamos:

**Exemplo 8:** Caderno de Economia de *O Dia*, 21/05/2000

Título: "Baixada emergente e sofisticada"

Subtítulo: "Perfil do consumidor muda e cada vez mais aumenta a exigência por qualidade de produtos e serviços"

Trechos em destaque:

- "É bom os empresários que pensam em investir na Baixada Fluminense ficarem atentos. A população de 3,5 milhões de habitantes está cada vez mais exigente em relação aos produtos que consome. A qualidade vem em primeiro lugar. **Pelo menos, é isso que apontam** pesquisas que estudam a região".

"O perfil das pessoas que moram na Baixada está mudando gradativamente. "A mudança pode ser sentida com mais intensidade de uns 20 anos para cá. Aconteceu uma migração da classe média que não tinha condições de pagar aluguel em outros locais e que encontrou na Baixada uma área apropriada", afirma Orlando Junior, sociólogo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Ele aponta também a Linha Vermelha como um fator importante para essa mudança na Baixada".

"Apesar do avanço, o sociólogo Orlando Junior lembra que essa mudança no perfil da população da Baixada Fluminense é ainda pequena diante do que pode vir a ser feito. No entanto, para esse novo salto, acrescenta, é necessário um grande investimento, principalmente nas áreas de Saúde e Educação"

Segundo o jornal, os empresários, agora, precisam estar atentos. Não se trata mais de uma potência adormecida, arrastada por mazelas e pobreza. São consumidores exigentes, que se preocupam com a qualidade. Segundo o especialista, são migrantes, pessoas que já tinham esse perfil quando moravam fora da Baixada, não são originados de lá. A Linha Vermelha, novamente, é apontada como marco fundamental nesse processo, que precisa de investimentos mais sociais, também na concepção do sociólogo entrevistado, para dar

um “novo salto”. Mas no uso da expressão “pelo menos é isso que apontam pesquisas”, o repórter deixa escapar sua parcela de dúvida acerca da capacidade qualitativa do consumidor da Baixada. Teria ele, de fato, mudado tanto? Mesmo não dito, o discurso memorável deixa suas marcas.

**Exemplo 9** – Jornal *Extra*, 4/07/2002 – caderno especial com 4 páginas, dentro da rubrica “Extra Projetos de Marketing”

Título: “Panorama econômico da Baixada Fluminense”

Subtítulo: “Programa injeta US\$ 300 milhões na região”

“Formada por **13 municípios**, a Baixada é hoje um dos polos de desenvolvimento do Rio de Janeiro. Com mais de 3,5 milhões de habitantes – a maior concentração da área metropolitana – a região procura deixar no passado os motivos que a levaram a ser conhecida como uma das mais violentas do país e começa a exibir indicadores mais atraentes. Uma das iniciativas que demonstram a atenção que a região vem recebendo é o Programa Nova Baixada (PNB), orçado em US\$ 300 milhões”.

Novamente, vemos com clareza o interesse direto de um jornal, nesse caso *O Extra*, na mudança de perfil acerca do que se entende por Baixada Fluminense. Trata-se de um explicitado projeto de marketing. Portanto, é fundamental que a região “procure deixar no passado os motivos que a levaram a ser conhecida como uma das mais violentas do país” e comece “a exibir indicadores mais atraentes”. Novamente, investimentos públicos e privados se revelam essenciais. Na retranscrição principal, o título consolida essa “nova Baixada”: “A Baixada vai às compras”, em que mais uma vez são os shopping centers os grandes ícones dessa modernização e mudança de perfil. Para fechar o caderno especial, matérias sobre indústrias e o enaltecimento de Nova Iguaçu tanto como “pólo de cosméticos” como fonte de preservação ecológica, através da criação da Reserva Biológica do Tinguá.

### 3. Considerações finais

Como procuramos demonstrar nesse artigo, não é possível descolar os processos identitários acerca da região da Baixada Fluminense das narrativas que os conformam. Escolhemos, como foco deste trabalho, discursos midiáticos, recolhidos na grande imprensa carioca e brasileira, no decorrer da década de 1990, para evidenciar como, paulatinamente, houve um esforço de realocação das imagens sobre a Baixada, que em um primeiro momento ainda aparece muito atravessada pelos estigmas negativos que a descreveram fortemente no decorrer das décadas de 1970 e 1980, sendo ainda necessário um esforço para mostrar seu “outro lado” positivo e surpreendente, passando por um embate entre representações negativas e positivas, com a superação das primeiras (relegadas ao lugar de lembrança/passado) pelas segundas (projeto/futuro), até a consagração dessa nova Baixada “emergente e sofisticada”, preocupada com a “qualidade” e que não aceita mais qualquer coisa, estando ainda pronta para crescer mais.

Alguns pontos nos parecem fundamentais nestes exemplos. O primeiro é o caráter permanentemente processual e discursivo das identidades. Assim, os deslocamentos perceptivos via jornalismo sobre a Baixada incidem fortemente sobre o senso comum, como ele dialogando e o alterando. Neste sentido, acompanhando os principais estudos sobre memória e narrativa, entendemos que existem trabalhos de seleção, enquadramento, apagamento e realce atuando neste processo. A escolha das palavras, das imagens, dos temas nos textos jornalísticos analisados, bem como a angulação das composições, nos permitem entender como os trabalhos da memória são importantes, na tessitura narrativa, para gerar as interpretações e reconfigurações.

Neste sentido, para além de um espaço fisicamente demarcado, composto por municípios, distritos, bairros (o que por



si só já configura uma dimensão de luta, como foi possível observar quando percebemos, via grifos no decorrer dos exemplos, a variedade quantitativa como que a Baixada ia sendo representada em termos de municípios que a constituem), a Baixada Fluminense é um território atravessado, material e simbolicamente, por processos de disputas semânticas, de atribuição de sentidos, fazendo com que aquele espaço se transforme em lugares diferenciados, de acordo com as redes interativas e contextuais. Trata-se, portanto, de um lugar no sentido amplo do termo, um espaço significado, a partir de disputas diversas.

Por fim, gostaria de atentar para o quanto está luta semântica está incorporada a outras dimensões de luta, como a econômica e a política. Novamente, podemos nos perguntar: econômica e politicamente, a quem interessava a longa construção representativa da Baixada Fluminense como uma “terra de ninguém”, uma “terra sem lei”? Da mesma forma, a quem interessava a mudança deste perfil a partir de uma série de reportagens e cadernos especiais que celebravam o advento de uma “nova Baixada”? Quem ganhou com a especulação de seus terrenos desvalorizados no seu momento de boom econômico? Quem foram os agentes politicamente ativos nesse processo e quais os seus ganhos em todos os sentidos, dos pessoais aos partidários? O que significa, em termos práticos, a associação direta dos jornais *O Globo* e *O Extra* com os projetos de investimento na Baixada Fluminense?

Podemos pensar, considerando o que abordamos aqui, que mapeamos, neste artigo, um exemplo claro de como as identidades se configuram e se reconfiguram no campo discursivo, dentro de embates diversos, o que nos parece consolidar a constatação de que identidades são sempre processos culturais. Mas, mais do que isso, nos parece que o caso que analisamos neste trabalho, os deslocamentos em torno da representação midiática da Baixada Fluminense, são exemplos

claros do lugar central da cultura em todas as dimensões da vida cotidiana, em especial na economia e na política (HALL, 2003), que não podem, a nosso ver, ser tomadas sem levar em consideração a produção simbólica da realidade social, ao custo de simplificá-la e não compreendê-la em seus múltiplos aspectos e desdobramentos.

#### Bibliografia:

ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRIGGS, Asa. “The Sense of Place”. In: *The Collected Essays of Asa Briggs*. Great Britain: The Harvester Press, 1985.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUARTE, Eduardo. “Desejo de cidade – múltiplos tempos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade”. IN: PRYTHON, Angela (org.). *Imagens da cidade. Espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

ENNE, Ana Lucia. “Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense”. *Revista Pílares da História*, Duque de Caxias, v. Ano II, n. nº 2, p. 37-52, 2003.

ENNE, Ana Lucia. “Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações”. *Revista Ciberlegenda*, n.14, 2004a.

ENNE, Ana Lucia. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: *memória, representações sociais e identidades*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

ENNE, Ana Lucia. “Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional”. *Revista Fronteiras*, Unisinos, v. VI, n. 2, p. 101-116, 2004b.

ENNE, Ana Lucia. "Memória e Identidade Social". Revista *Contracampo*, Niterói, v. 6, 2002.

ENNE, Ana Lucia. *Umbanda e Assistencialismo: um estudo sobre Representação e Identidade em uma Instituição da Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, 1995.

GOMES, Paulo C., CASTRO, Iná e CORRÊA, Roberto (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

FOUCAULT, Michel. "Sobre a Geografia". In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1986.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. "Região regiões: visões e classificações do espaço social". In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter e GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

POLLACK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

RONCAYOLO, Marcel. "Região". In: *Região*. Enciclopédia Einaudi, vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.

WEBER, Max. "Las Comunidades Políticas". In: *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia e professora de Estudos de Mídia e da Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha\\_Vermelha\\_\(Rio\\_de\\_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Vermelha_(Rio_de_Janeiro)), acessada em janeiro de 2013.

<sup>3</sup> ENNE (2002) e ENNE (2004).

<sup>4</sup> Venho pesquisando a questão da construção de imaginários sobre a Baixada Fluminense desde 1993, quando iniciei meu percurso acadêmico no mestrado em Antropologia (PPGAS/MN/UFRJ), com dissertação sobre uma instituição beneficente em Nilópolis, a SOBENCO (ENNE, 1995). Posteriormente, defendemos tese em Antropologia, também no Museu Nacional, sobre a temática da memória, história e identidade na Baixada Fluminense (ENNE, 2002). Com o apoio do edital PRODOC/CAPES e do edital Primeiros Projetos/FAPERJ, desenvolvemos pesquisa sobre "imagens da Baixada na imprensa fluminense". Com o apoio da FAPERJ, através do edital Direitos Humanos, desenvolvemos, em uma parceria entre o LACED, do PPGAS/Museu Nacional, e o LAMI, do PPGCOM/UFF, uma pesquisa sobre adolescentes e práticas institucionais na Baixada. E estamos fechando agora, com apoio do Edital Jovens Cientistas do Nosso Estado/FAPERJ, pesquisa sobre o tema "Das casas de cultura às ONGs na Baixada Fluminense: uma reflexão sobre cultura, política, mídia, mercado e juventude".

<sup>5</sup> ENNE (2002).

<sup>6</sup> ORLANDI, 1999, p. 36. Neste sentido, podemos pensar também as contribuições de M. Bakhtin acerca do caráter dialógico e polifônico do discurso.

<sup>7</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Verbete "Baixada". *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 220.

<sup>8</sup> LAZARONI, Dalva. *O município de Duque de Caxias. Sua terra, sua gente, sua economia, sua história*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990, p. 23.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Ney Alberto, no artigo "De Iguassú a Iguazu (II)", no item "Por que somos Fluminenses?", em que ele explica que "Fluminense vem de 'flumen, rio em Latim, porque os exploradores da Baía de Guanabara, no mês de janeiro, julgaram que tais águas eram de um caudaloso rio...". In: Revista *Memória*, Ano I, nº 2, 1998, p. 15. É interessante observar que alguns dos agentes também indicam que "Iguassu" teria, na etimologia tupi, o significado de "grande água", apontando também para o mesmo ponto que o termo latino.

<sup>10</sup> *Revista Memória*. "Tipos e Aspectos na Baixada Fluminense". Separata I, junho/98, p. 1.

<sup>11</sup> Como demonstrarei em outros momentos desse trabalho, a produção de sentidos é marcada por condições de produção e posicionamentos dos sujeitos envolvidos nessa produção, o que implica em uma relação de forças e uma disputa em termos de poder, principalmente de uma autoridade sobre o que se fala. Eliseo Verón aponta para a importância de refletirmos sobre "a questão do sistema produtivo dos discursos sociais, o qual é, por sua vez, um fragmento do campo de produção social do sentido." Cf. VERÓN, 1980, p. 103.

<sup>12</sup> BAKHTIN, 1979, p. 91.

<sup>13</sup> Michel Foucault aponta, por exemplo, para outras possibilidades de pensar as noções de território e região sem relacioná-las somente ao universo da Geografia. Neste sentido, ele afirma que “o território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”. Da mesma forma, região seria uma “noção fiscal, administrativa, militar”. FOUCAULT, 1986, p.157.

<sup>14</sup> Este autor apresenta um balanço das diversas concepções associadas à categoria *região*, em que primeiramente ela seria pensada a partir de um critério *natural*. Em um segundo momento, seria associada a uma certa concepção étnica. Ambas seriam superadas pela concepção de *região econômica*, para finalmente começar a ser pensada como um “princípio relativamente abstrato”, como um local de *representações sociais*. Cf. RONCAYOLO, 1986, pp. 161-189.

<sup>15</sup> Beatriz Heredia, ao analisar as definições regionais em áreas de plantio em Alagoas, vai apontar para o perigo de naturalizar o conceito, pelo seu uso frequente, e, como consequência, contribuir “para legitimar determinadas maneiras de pensar e classificar que também se tomam formas “naturais” de ver e observar a realidade”. Por isso, lembra que o conceito de região, “como todo conceito é também objeto de uma construção”, o que vai obrigar, em termos de análise, a uma “desnaturalização”. Cf. HEREDIA, 2001, p. 168.

<sup>16</sup> Paulo Cesar Gomes observa, comparando as duas concepções, a funcionalista e a marxista, sobre região: “É importante perceber aqui o fato de que, embora recusando o funcionalismo como critério para a divisão do espaço, esta nova corrente radical aceita que a região seja um processo de classificação do espaço segundo diferentes variáveis. Em outras palavras, a controvérsia se dá em relação ao conteúdo, ou seja, em relação à escolha dos critérios, a forma de proceder metodologicamente, no entanto, é preservada”. GOMES, 1995, p. 65.

<sup>17</sup> GOMES, *idem.*, p. 67.

<sup>18</sup> Sobre a etimologia da palavra, ver BOURDIEU, 1989, p. 113.

<sup>19</sup> SOUZA, 1995, pp. 78-79.

<sup>20</sup> WEBER, 1944, p. 663.

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, p. 158.

<sup>22</sup> SOUZA, *op. cit.*, p. 84.

<sup>23</sup> *Idem.*, p. 87, grifos do autor.

<sup>24</sup> *Idem.*, p. 87.

<sup>25</sup> Sobre o conceito de redes sociais, ver ENNE (2002).

<sup>26</sup> A distinção entre as duas categorias é também explorada por Michel de Certeau, para quem “o espaço é um lugar praticado”. CERTEAU, 1998, pp.202-203.

<sup>27</sup> A mesma idéia associada a território aparece no texto de Marcel Roncayolo, no volume já citado da enciclopédia Einaudi, mas no verbete “Território”, no qual este “identifica-se então com o espaço vivido, subjectivo, reconhecido ao longo de experiências individuais e múltiplas. O conceito de território é substituído, em certa medida, pelo de percepção do espaço.” Cf. RONCAYOLO, M., *op. cit.*, p. 265.

<sup>28</sup> “Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços.” CERTEAU, Michel, *op. cit.*, p. 199. Grifo do autor.

<sup>29</sup> Em 2002, por exemplo, a Via Light já está consolidada e é percebida, na matéria do jornal *O dia*, de 16 de maio, como um fator fundamental na ligação entre o Rio e a região, como demonstram o título “Madureira mais perto da Baixada” e o subtítulo “Prefeitura vai ampliar Via Light. Ligação entre regiões será feita em 15 minutos”. Mais uma vez, uma intervenção urbana alterará o imaginário em termos de distância social entre as duas localidades.

<sup>30</sup> A ampliação do aeroporto também será tema de matéria em *A Gazeta Mercantil* de 17/11/1999, com o título: “Começa a nascer ponte aérea entre Baixada e Rio”.

<sup>31</sup> Na matéria há uma entrevista com o sociólogo e professor José Claudio Souza Alves, autor da tese de doutorado “Baixada Fluminense: a violência na construção do poder”.

Contato:  
- anaenne@gmail.com

**Por que (,) Suzane? 10 anos depois**

**¿Por qué (,) Suzane? 10 años después**

**Why (,) Suzane? 10 years later**

**Danielle Brasiliense<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

Representação social

Discurso midiático

Violência

**Resumo:**

*Por que (,) Suzane? 10 anos depois* é um trabalho sobre o caso mais famoso de crimes em família no Brasil, o assassinato do casal Marísia e Manfred Von Richtofen ocorrido em outubro de 2002. O objetivo deste artigo é pensar a construção da representação dos crimes de família, do lugar de sustentação da ordem social e do imaginário cultural sobre a monstrosidade do sujeito criminoso, viabilizados pelo discurso midiático. Para isso, será importante pensar a evidência do caso dos Richtofen, o motivo de sua fama e referência quando se trata de violência e barbárie, e também procurar perceber nos ideais da psicanálise as desrazões que provocaram este crime. De que forma este ato de violência e as representações que são feitas sobre ele abalam as estruturas da ordem social? Serão analisados outros crimes de família, semelhantes ao de Suzane, para compreender tais questões.

**Resumen:**

*¿Por qué (,) Suzane? 10 años después* es un trabajo sobre el caso más famoso de crímenes familiares en Brasil, el asesinato de la pareja Marísia y Manfred Von Richtofen ocurrido en octubre de 2002. El objetivo de este artículo es reflexionar acerca de la construcción de la representación de los crímenes familiares, del lugar de sustento del orden social y del imaginario cultural sobre la monstruosidad del sujeto criminal, posibilitados por el discurso mediático. Para ello, será importante tener en cuenta la evidencia del caso de los Richtofen, el motivo de su fama y referencia cuando se trata de la violencia y barbarie, y también buscar reconocer en los ideales del psicoanálisis las sinrazones que provocaron este crimen. ¿De qué forma este acto de violencia y las representaciones que se hacen de él sacuden las estructuras del orden social? Serán analizados otros crímenes familiares, similares al de Suzane, para comprender estas cuestiones.

**Palabras clave:**

Representación social  
Discurso mediático  
Violencia

**Keywords:**

Social representation  
Media discourse  
Violence

**Abstract:**

*Why (,) Suzane? 10 years later* is a work about the most famous case of family crimes in Brazil, the murder of the couple Marísia and Manfred Von Richtofen occurred in October 2002. The purpose of this article is to reflect on the construction of the family crimes' representation, on the social order maintenance and on the cultural imagery about the monstrosity of the criminal subject, which are made possible by media discourse. To this end, it will be important to consider the visibility of the Richtofens' case, the reason of its fame and reference when it comes to violence and barbarism, and try to realize the unreasons that caused this crime in the ideals of psychoanalysis. How do this act of violence and the representations that are made of it undermine the structures of social order? Other family crimes, similar to Suzane's, will be analyzed to understand such issues.

## Por que (,) Suzane? 10 anos depois

### Apresentação

Analisar as narrativas sobre o assassinato dos Richtofen é importante por se tratarem de discursos sobre um fato que aconteceu no território familiar, ao contrario dos assassinatos comuns que se passam fora dos limites deste lugar, chamado de lar, e considerado um dos principais espaços de representação da ordem social. O caso Suzane não só pode ser considerado um ícone quando se fala de crimes em família no país, mas também uma referência sobre cultura do controle da ordem social. Esse episódio nos fez pensar sobre a insegurança que ultrapassa as margens estruturais da sociedade construída por esta cultura de segurança representada pela instituição familiar.

Dos dez mandamentos bíblicos do livro de Êxodo ditados pelo Deus de Moisés, o quinto mandamento talvez seja uma das principais manifestações sobre a proteção da instituição familiar conhecida pelos homens que têm acesso ao mundo ocidental organizado pela potência do pensamento cristão. Este mandamento foi ordenado por um Deus, considerado acima de todos os pais, pai de Cristo e de todos os homens, aquele que é reconhecido pelos cristãos como superior a todos. Com este mandamento, a autoridade divina dita a importância da ordem familiar para que os homens não se desviem e garantam sua vida na terra: *“Honra teu pai e tua mãe para que se prolonguem seus dias na terra.”*

A cultura da honra familiar ocidental é abalada por um crime como o de Suzane que traz para a sociedade uma grande insegurança, pois não se sabe como lidar com a possibilidade de existir

um assassino dentro da sua própria casa, que a qualquer momento pode destruir a família e todas as suas representações de amor, cuidado, união e harmonia.

A premissa deste trabalho é especialmente bakhtiniana no sentido de ver os discursos como polifônicos e dialógicos que não têm nem começo e nem fim, mas que empregam sentidos ideológicos encadeados por valores constituídos como verdade ou especialmente como senso comum. Os discursos e os contextos deste crime, que serão aqui apresentados, servirão de apoio para a análise midiática sobre o fluxo discursivo dos valores da família, da violência e dos criminosos que marcam a quebra do padrão desta ordem.

A ordem social é um produto da cultura, como prática de organização simbólica dos valores humanos, ou de uma espécie de valorização de determinados sentidos. Sobre esta questão, Muniz Sodré (1983, p.16) ressalta em seu texto *Verdade Seduzida* a ideia do *“desejo de saúde social”* compreendida no século XVIII no auge da exaltação de uma higiene que pudesse afirmar a qualidade da classe social burguesa. Esse tempo foi fundamental para designar no século XIX a cultura de aperfeiçoamento dos sujeitos, como uma forma de vida ideal, saudável, privada e controlada pela lei judiciária e pela medicina psiquiátrica, que unidas se posicionam no lugar de um discurso autorizado.

É importante perceber como os sentidos discursivos são construídos e culturalmente estabilizados na sociedade sob a forma de higiene ou cultura da ordem, negando tudo que contradiga esses valores. A ideia, então, é entender como essas produções narrativas midiáticas, que tem o poder de demonstrar para a grande massa social a realidade de um fato, irão gerenciar os diversos sentidos

contraditórios que compõem um crime de família. E de que forma esses discursos fundam e alimentam os sentidos da ordem social, a insegurança, a monstruosidade dos sujeitos criminosos e a própria representação do lugar da família. Sob que efeitos e parâmetros são baseados esses discursos que transformam a conflituosa realidade de um crime em um espetáculo midiático?

A partir destas questões, buscou-se aqui se limitar em perceber dois questionamentos sobre o assassinato dos Richtofen: “Por que Suzane?” e “Por que, Suzane?”. A primeira pergunta diz respeito ao interesse de saber por que o caso de Suzane, mesmo dez anos depois do ocorrido, ainda tem grande destaque midiático quando se trata de crimes bárbaros em família, especialmente, que levam filhos a cometer a prática de assassinar os próprios pais. É importante entender como a construção narrativa deste crime foi elaborada para que tivesse tamanha evidência se tornando uma referência criminal.

O programa *Fantástico*, exibido pela Rede Globo aos domingos, fez uma edição de vídeos em comemoração aos 45 anos da emissora em maio de 2010. Foram selecionadas algumas cenas de reportagens marcantes no mundo como: a queda do muro de Berlim, o fim da Copa de 2004 e a vitória do Brasil, a morte do corredor de fórmula 1 Ayrton Senna, o atentado de 11 de setembro aos EUA, a posse do presidente Barack Obama, entre outras. Nesta exibição, o crime cometido por Suzane Von Richthofen também foi destaque.

Este crime ganhou uma proporção maior do que outros crimes similares, como os provocados por Marcelino Souto Maia (1970), Jorge Delmanto (1988), Andréia Gomes Pereira (1994) e Gustavo Pissardo (1994). Todos esses também fo-

ram acusados de matar brutalmente seus pais. O que teria de especial no caso de Suzane Von Richthofen para estar entre os mais marcantes acontecimentos que tiveram cobertura sobre violência na mídia? Por que os outros casos não se tornaram referência quando ouvimos falar sobre crimes em família? Por que a mídia deu tanta visibilidade para esta tragédia especificamente?

Uma das respostas mais imediatas para a fama deste episódio seria: a família Richthofen ocupava um lugar privilegiado na alta classe média de São Paulo, e por identificação de público, os jornais mais importantes do país - O Globo, Folha de S.Paulo e Estadão, - que falam para classe A e B, e os principais programas de notícia de TV teriam dado maior enfoque para o caso. Mas, os outros acontecimentos citados aqui se referem ao mesmo universo social, todos eram filhos de famílias da alta classe média. E sendo assim, esse não seria o único motivo plausível para justificar o destaque dado pela mídia ao caso dos Richthofen.

Em uma entrevista com o repórter Caco Barcellos, em julho de 2012, tentei explorar a questão do motivo pelo qual Suzane foi um caso de grande evidência na mídia. O repórter contou que na época do julgamento da jovem, em 2006, o programa Profissão Repórter, ainda exibido como quadro do Fantástico, providenciou uma reportagem que mostrava diversos outros crimes similares ao dos Richtofen, só que cometidos por pessoas de classes mais baixas, mas com testemunhas e comprovações investigativas policiais evidentes. Tais crimes jamais se tornaram conhecidos pela grande mídia.

A equipe de Caco Barcellos procurou saber sobre esses casos e os julgamentos feitos deles e identificou que a maioria dos processos haviam sido arqui-

vados. A matéria do Profissão Repórter chegou à conclusão que o caso de Suzane só poderia ter recebido atenção maior pelo fato de se tratar de uma família que fazia parte da elite paulista.

Reconhecemos o quanto a questão da diferença de classe social pode ter influenciado a condição representativa do caso para a mídia, mas o que se percebeu na pesquisa apresentada neste artigo é que existem outras hipóteses a serem levadas em consideração, especialmente depois de avaliar outros crimes de famílias também muito ricas que não se tornaram ícones de representação midiática.

Demonstrarei aqui algumas respostas sobre o que tornou o caso dos Richthofen uma referência. Levo em consideração que não existem justificativas isoladas para este caso, pois a realidade dos acontecimentos é composta por complexidade, assim como a cobertura destes, como notícia, também é motivada por inúmeras questões. Sendo assim, entendo que não há um ou dois motivos que esclareçam a relevância do caso dos Richthofen, mas um conjunto de fatores que levam este acontecimento ao lugar de referência.

A primeira aproximação sobre a reverberação do caso dos Richthofen está voltada para uma simples comparação com a produção narrativa de romances policiais e os discursos da mídia sobre crimes de violência recheados de *fait divers*<sup>2</sup>. Acredito que o *fait divers*, mesmo se tratando de um conceito antigo na área de Comunicação, é sumamente importante para a complexificação do fato e para a repercussão e memorização que se faz dele.

O desenrolar das histórias policiais contadas nas literaturas de autores como Rubem Fonseca, Elmore Leonard,

Marçal Aquino, Agatha Christie, Michel Cornely, Patrícia Mello ou George Simeon, Arthur Conan, Raymond Chandler, P.D. James e diversos outros tradicionais romancistas ingleses ou brasileiros desta área - cada um com sua característica própria - passa pela tensão da descoberta do desconhecido ou da resolução de um enigma. E é exatamente o enigma que enche o leitor da sensação de curiosidade, de questionamentos e o faz seguir em busca do fechamento das histórias. Ora, a característica que mais marca este gênero da literatura é o impulso pela descoberta ou a ambição por saber a verdade. Não teriam a mesma lógica narrativa os fatos policiais contados pela mídia? O que prende o leitor não seria a busca por uma resposta até que se ache uma?

As narrativas sobre os crimes baseadas no *fait divers* tendem a explorar mais o mistério que envolve os acontecimentos, do que o próprio ato de violência, pois o público de massa que acompanha os casos via notícias se interessa mais em conhecer a solução dos fatos do que enxergar a violência e o que há nela.

Vistas todas essas hipóteses e questões acima provocadas pela primeira pergunta motivadora, “Por que Suzane?”, passamos para o segundo questionamento e o mais intrigante: “Por que, Suzane?”. A simples vírgula acrescentada a esta frase muda todo o seu sentido. Esta é a pergunta feita pela maior parte da sociedade brasileira que teve os seus ideais de ordem abalados no momento em que recebem a notícia de que uma jovem universitária, considerada bela e rica, e com boas condições de educação familiar, elaborou a morte dos seus progenitores. Por que, Suzane, você fez isso? Essa é uma pergunta direta para a autora do crime, que provoca perturbações a respeito do que se concretizou culturalmente como território de segurança inabalável, o espaço



privado familiar que é desestruturado por um ato de violência.

Não é conveniente o interesse de responder esta questão. Isso poderia ser arrogante, pois acredito que não há resposta cabível fora do senso comum ou de qualquer falácia sobre o crime, que pudesse dar conta desta problemática. Talvez, nem mesmo a própria Suzane possa nos responder. Mas, o que proponho ao colocar esta questão é: pensar esta pergunta, analisar algumas propostas da psiquiatria e sua relação com o conceito de violência para que possam ser avaliadas as razões ou desrazões que fundam este crime.

Tratarei do tema da violência, não apenas como conceito, mas como ato de impulso humano de agressividade. Este pode ser um caminho razoável para pensar como Suzane foi capaz de cometer o assassinato dos seus pais. Jamais teremos essa resposta, como disse antes, volto a repetir. O que nos importa de fato, aqui, é entender o motivo pelo qual a nossa sociedade se apega a esta pergunta. Neste caso, o questionamento que deveria ser feito e pelo qual a mídia, essa grande porta voz da nossa realidade, parece não se interessar é: o que é esta violência que decepciona a sociedade, que frustra e angustia e que promove a supervalorização da ordem?

## **1. Suzane, filha de Manfred e Marísia Richthofen**

1.1. A história do crime na forma de um conto policial:

Alexandre era o PM de plantão na noite da morte dos Richthofen. Escoltado pelo seu parceiro, ele sobe as escadas, chega ao primeiro quarto, vê apenas a delicadeza dos bichos de pelúcia e os mimos de uma jovem menina. Passa por mais uma porta onde visualiza alguns

aviõezinhos, mas também não acha nada suspeito. Da porta do quarto do casal, os policiais encontram um homem deitado na cama de barriga para cima, com uma arma na mão e uma toalha no rosto. O homem era Manfred Richthofen, pai de Suzane Louise e Andréas Albert. Ele segurava uma arma e parecia estar morto. Ao lado de Manfred, Alexandre via algo embrulhado no lençol e um plástico preto que na distância que se encontrava não podia identificar o que era. Mais próximo da cama, viu que o embrulho era o corpo de uma mulher. Marísia Richthofen tinha a cabeça enrolada num saco de lixo.

Imediatamente, sem mexer nos corpos, os PMs deixaram a casa e no lado de fora já encontraram Daniel Cravinho, o namorado de Suzane. A menina logo perguntou pelos pais. Alexandre, sem responder, chamou Daniel e lhe contou que o casal estava morto e que lhe caberia dar a notícia para a namorada. Daniel, com um tom de frieza, acata o pedido do policial sem muito problema e dá a notícia para Suzane que se mostra surpresa, mas não se desespera e nem chora. Andréas, ao ouvir Daniel, fica em choque, sem entender muito bem as coisas.

A perícia chega e o local é isolado. Dr. Saulo retira o saco preto da cabeça da mulher. Por baixo ela também tem uma toalha no rosto e nos cabelos uma grande quantidade de massa cefálica grudada. Logo, pela experiência, Saulo descarta a possibilidade de ela ter sido morta por um tiro disparado pelo próprio marido, pois estava mais parecendo que havia levado uma tamanha surra. Marísia tinha também lesões nas mãos que podiam ter sido causadas pela tentativa de defesa própria. Manfred tinha vários respingos de sangue no corpo e um corte atrás da cabeça. Era certo para Saulo que o casal havia sido assassinado, até porque, quem colocaria uma toalha no próprio rosto após se suicidar?

## 1.2. As narrativas jornalísticas do crime:

*FolhaOnline, dia 31 de outubro de 2002, 13h:20*

### **Engenheiro da Dersa e sua mulher são assassinados em casa, em SP**

Um casal foi assassinado hoje em uma casa da Rua Zacarias de Góis, região do Campo Belo, zona sul de São Paulo. O homem - diretor de Engenharia da Dersa - tinha uma toalha no rosto. A mulher - uma médica - estava com um saco plástico na cabeça.

Há indícios de latrocínio (roubo seguido de morte). Familiares informaram à polícia o desaparecimento de R\$ 8.000 e US\$ 5.000. O dinheiro estava guardado em uma caixa, na biblioteca da casa.

Segundo informações do 27º Distrito Policial (Campo Belo), os filhos do casal - de 15 e 18 anos - disseram que não estavam em casa no momento do crime, comunicado à Polícia Civil por volta das 5h.

As vítimas são Manfred Albert von Richthofen, 49, e Marisia von Richthofen, 50. Os dois apresentavam lesões na região da cabeça. Informações iniciais apontavam que poderiam ter sido baleados, mas, conforme a polícia, os ferimentos devem ter sido provocados por pancadas.

A porta da casa estava aberta e as luzes acesas. Os sistemas de alarme e segurança da casa estavam desligados.

Em depoimento, Andréas conta que na noite do crime havia saído de casa, escondido de seus pais, para encontrar com sua irmã e o namorado, que o levariam ao Red Play Cybercafé, onde ele gostava muito de se divertir. Andréas tinha um mobilete em sociedade com Daniel, mas seus pais não sabiam, então, ele aproveitava alguns momentos, como a ida ao cyber, para buscar a moto na casa do Dani, como chamava o cunhado, e dar voltas pelas ruas. Suzane e Daniel costumavam também levar Andreas para fumar maconha junto com eles. O menino disse que a irmã o havia deixado no cyber e ido para o motel com o namorado. Ele contou ainda que já tinha estado no motel com os dois, pois, o casal o levava para acabar com sua curiosidade sobre o lugar. Nesse dia, Andréas entrara no motel escondido dentro do porta-malas do carro. O menino contou

para a polícia que o namoro de sua irmã havia sido proibido por seus pais e ele era o único que sabia que o casal não tinha cortado relações.

Já Daniel, em seu depoimento, alerta à polícia, que seria provável o envolvimento de uma ex-empregada da casa no crime, pois ela havia brigado com a família antes de ir embora.

*FolhaOnLine, dia 02 de novembro de 2002, 03h:20*

### **Polícia procura ex-empregada de casal assassinado em SP**

A polícia procura uma ex-empregada doméstica do casal Marisia e Manfred Albert von Richthofen, encontrado morto anteontem em sua casa, no Brooklin (zona sul de São Paulo). Segundo amigos do casal, a ex-empregada teria feito ameaças à família depois de ter sido demitida.

Maria Isabel Smith Junqueira, que disse ser amiga da família, afirmou ontem, no cemitério do Redentor, no Sumaré (zona oeste), onde o casal foi enterrado, que Marisia vinha recebendo telefonemas ameaçadores de uma ex-empregada. Cerca de 200 pessoas compareceram ao enterro. Entre elas, os filhos do casal - Andreas, 15, e Suzane, 18 - , que encontraram os corpos anteontem.

A doméstica teria trabalhado por um mês na casa de Richthofen, diretor da Dersa (estatal que administra estradas em SP). Ela teria sido demitida há algumas semanas. Maria Izabel disse que Marisia comentou que a doméstica telefonava várias vezes pedindo o emprego de volta. "Marisia estava incomodada. Se ela continuasse, iria chamar a polícia." A polícia acredita que os assassinos do casal, que foi morto com pancadas na cabeça, conheciam a casa e as vítimas. A casa não foi arrombada, o alarme e as câmeras estavam desligados.

Policiais confirmaram que a doméstica está na lista de suspeitos, mas que não há prova de seu envolvimento no crime. Outra empregada do casal também teria confirmado à polícia as ameaças da ex-funcionária.

Peritos coletaram cerca de 50 vestígios de digitais na casa. Entre eles, no revólver 38 que era de Richthofen e que foi encontrado no quarto e no local onde a arma era guardada. Os policiais checaram e confirmaram as informações dos filhos, que disseram que tinham saído e encontraram os corpos por volta das 4h.

FolhaOnLine, dia 05 de novembro de 2002, 03h:47

### Ex-empregada deixa de ser foco central de investigação em SP

A polícia praticamente descartou o envolvimento de uma ex-empregada na morte do casal Marísia e Manfred von Richthofen, assassinados na última quinta-feira na casa onde moravam, no Brooklin (zona sul de São Paulo). O enfoque da investigação está centrado agora em familiares e conhecidos das vítimas.

Policiais disseram que o envolvimento da doméstica no crime está praticamente descartado.

A empregada da casa deixa de ser um foco na investigação da polícia, pois não havia indícios aparentes de que ela havia roubado os 5mil reais e 8 mil dólares. A ex-empregada demonstrou não ter envolvimento de intimidade alguma com a família. Ela trabalhou na casa por pouco tempo. E, segundo a perícia, o criminoso teria que ser íntimo para saber sobre o local onde o dinheiro era guardado.

Com suspeita de latrocínio, a investigação do crime dos Richthofen buscou quem teria interesse no dinheiro da família, já que a ex-empregada havia sido uma suspeita descartada. A polícia encontra uma pista ao investigar a compra de uma moto Suzuki com notas de 100 dólares feitas por Cristian Cravinhos, irmão do namorado de Suzane von Richthofen. A compra havia sido feita dez horas depois do crime. Cristian é chamado para depor e não consegue sustentar o segredo.

FolhaOnLine, dia 08 de novembro de 2002, 08h:40

### Suspeito confessa crime no Brooklin e acusa filha do casal morto

Cristian Cravinhos de Paula e Silva, 26, principal suspeito de ter assassinado o casal Manfred Albert von Richthofen, 49, e Marísia, 50, no dia 31 de outubro no Brooklin, zona sul de São Paulo, confessou o crime, segundo a polícia. O casal foi morto a pauladas.

Ele disse que o irmão, Daniel, 21, e a namorada Suzane, 19, filha do casal von Richthofen, também participaram do assassinato. Suzane teria ficado fora da casa no momento em que seus pais foram assassinados.

FolhaOnLine, dia 08 de novembro de 2002, 10h:33

### Filha confessa participação em assassinato dos pais, diz polícia

De acordo com a polícia, o assassinato de Manfred e Marisia von Richthofen, ocorrido no último dia 31 de outubro no Brooklin, zona sul da cidade, foi planejado pela própria filha do casal, Suzane, 19, e pelo namorado dela, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, 21.

Segundo o DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), os dois confessaram a autoria do crime durante a madrugada de hoje. O irmão de Daniel, Cristian, também admitiu em depoimento que participou das mortes.



Suzane (à dir.), no enterro dos pais assassinados, e o namorado Daniel (à esq) antes de confessar o crime

O motivo do crime ainda não foi completamente esclarecido, mas Suzane declarou à polícia que os seus pais eram contrários ao seu relacionamento com Daniel. Ela também disse que tinha diversos atritos familiares por outros motivos.

### 1.3 Por que Suzane? A aventura do *fait divers* e o prazer de desnudar.

O texto que o senhor escreve tem que me dar prova de que ele me deseja. Esta prova existe: é a sua escritura. A escritura é isto: a ciência das funções da linguagem, seu kama – sutra. (BARTHES, 1993, p.11)

O crime dos Richthofen ocorreu no dia 31 de outubro de 2002 e demorou quase 10 dias para ser solucionado. Quando estamos lendo um romance policial e o

responsável pelo crime só aparece no final, o que nos prende a esta história é o mistério, a falta de resolução do crime. O prazer de desnudar, de retirar a capa do desconhecido é um estímulo causado pelo *fait divers*. Este termo foi usado pelo pensador francês Roland Barthes para caracterizar a forma extravagante de fazer notícias pelo que é extraordinário e causa emoção/comoção.

Para um crime se tornar uma notícia que chame atenção, ele deve ter, segundo Bob Roshier,<sup>3</sup> quatro características: agressividade; circunstâncias irônicas e inusitadas; acontecimentos dramáticos e alto status dos atores envolvidos. O alto status, aqui, está ligado à valorização da anormalidade do criminoso em comparação ao criminoso habitual.

Hoje, o que chama mais atenção: um traficante matar uma menina estudante de Direito da alta classe média ou uma rica estudante de Direito matar seus próprios pais? Depende do motivo que fez o traficante matar uma estudante rica. Um conto do Rubem Fonseca chamado *Belinha* ilustra essa questão contraditória. Ele conta a história de uma jovem de classe média que namora um matador de aluguel, a quem ela encomenda a vida de seu próprio pai. O romancista cria uma realidade que revela o poder do lugar do pai na moral humana. A personagem do assassino profissional se sente incomodada com o pedido da namorada e pessoalmente ofendida com a situação de ter ao seu lado uma pessoa com desejos parricidas: “Quero que você mate meu pai. Fiquei calado. Matar o pai, pensei, porra, a gente pode matar todo mundo, menos o pai e a mãe da gente.” (FONSECA, 2006, p. 21) O bandido inconformado mata Belinha, evitando um crime de parricídio.

Essa história não teria nada de extraordinário se a causa do crime fosse apenas uma morte por assalto à mão ar-

mada, mas tirar a vida do próprio pai sem motivos aparentes é mais excepcional, pois o pai em nossa sociedade ocupa o lugar do sagrado, do intocável. Matar o pai é matar a moral, é cometer o crime mais chocante da humanidade, é tirar a vida de quem lhe deu vida.

Muniz Sodré, em seu livro *A narração do fato*, traz uma discussão sobre a afinidade narrativa do crime nos romances policiais e no jornalismo. Ambos, como mostra o autor, organizam, em episódios sucessivos, algum fato que merece ser analisado. Para ele, a estrutura textual dos romances policiais é similar à forma de construção narrativa de um acontecimento jornalístico, pois ambos criam a mesma maneira de desenvolver um novelo que segue em direção da busca de uma identidade ou motivo desconhecido. O leitor vai desembolando a narrativa, junto ao mediador, até que o mistério seja solucionado.

O crime de Jorginho Bolchabck, por exemplo, foi um acontecimento de mistério que não foi solucionado. Jorge foi acusado de ter matado seus pais assim como Suzane. A morte de Jorge Toufic Bolchabck e sua mulher ficou conhecida como *O Crime da Rua Cuba*. O casal foi assassinado na noite de Natal do ano de 1988, na rua Cuba, no bairro dos Jardins em São Paulo. Seu filho, Jorge Delmanto Bolchabck, conhecido como Jorginho, foi acusado do crime diversas vezes, mas nunca se firmou uma prova que o condenasse. Sua família é reconhecida no campo profissional da advocacia criminal no Brasil e lutou para que a liberdade do rapaz fosse garantida. Mesmo assim, foram anos de investigação deste episódio, pois a mídia marcou em cima, como comprova o livro de Persival de Souza, *O Crime da Rua Cuba*.

Mas, neste caso, a narrativa do *fait divers* tentou se estender por muito tempo,

mas acabou perdendo seu caráter quanto à excentricidade. Roland Barthes diz que um crime sem causa é um crime que se esquece, pois o *fait divers* desaparece, sua relação fundamental com a narrativa do crime é extenuada, perdida pelo atraso de reconhecimento de uma causa.

É importante perceber duas coisas neste caso: o trabalho narrativo da imprensa em busca do autor do crime e a ênfase nas acusações de Jorginho como provável parricida. Embora este crime tenha perdurado por alguns anos na mídia, o motivo desta referência não foi o ato de violência em si, mas o mistério em torno do enredo. Neste caso, as narrativas se sustentaram pela esperança de reconhecer o assassino e solucionar o mistério, pois em algum momento, uma revelação poderia ter feito deste crime uma grande referência, como o crime cometido por Suzane, mas isso não aconteceu. São muito raras as vezes que se fala do Crime da Rua Cuba.

Sodré cita uma fala de G. Auclair ao estudar as funcionalidades do *fait divers*. Diz: *A crônica do fait-divers é como o lugar da satisfação simbólica das frustrações mais elementares, em que se busca dar-se o equivalente ilusório de uma experiência total do homem através do excepcional, do atípico e do desviante, viver ficticiamente a impossível transgressão da ordem social, roubar, matar em sonho.* (SODRÉ, 2009, p.250). Explorar uma narrativa do *fait divers* é trazer para a realidade o horror proibido e é o proibido que instiga o leitor. Quando um jornalista ou um romancista constrói um texto com base no *fait divers* ele está criando uma narrativa de sedução para o leitor, para que este se prenda ao fato. Mas o proibido pode ser esvaziado como no caso da Rua Cuba.

O leitor é seduzido pela intriga provocada pelo texto, em que o mistério é o chamariz, mas também é atraído pela

consciência moral daquele que o seduz. O caminho da descoberta do crime é o mesmo em que se confirmam os ideais do senso comum, no qual o leitor sente-se próximo da realidade falada. Ou seja, quando um narrador seduz, provoca emoções e prende o leitor pelo que o assunto tem de extraordinário, ele leva suas próprias concepções de mundo, mas com a certeza de que essas também fazem parte da consciência moral do leitor e, com isso, não irá desagradá-lo. Portanto, quando um jornalista ou um escritor de romance conta o absurdo de uma filha matar os próprios pais, ele está apenas levando a confirmação deste absurdo para o seu leitor que já entende isto pelo senso comum.

No livro *As estratégias sensíveis*, Muniz Sodré (2006) cita o filósofo Kant para explicar que uma sensação só pode se tornar comunicável se houver um acordo de afetos. No caso do narrador e do leitor, é necessário esse acordo que, segundo Kant, é o que cria uma comunidade do gosto e que torna um sentimento universalmente conhecido, comunicável pelo senso comum. Esta é uma estratégia narrativa fundamental para que o texto ganhe maiores proporções de aceitação.

A excentricidade dos acontecimentos é surpreendente e consagrada pelo senso comum. Se o narrador de uma história contasse um crime pelo que este tem de extraordinário e não entrasse em acordo moral com o seu leitor, ele não conseguiria seduzi-lo, pois estaria indo contra os princípios deste. Então, o trabalho de criar narrativas sob o aspecto do *fait divers* tem tanto preocupação em atrair o leitor pelo que o fato tem de surpreendente, mas também em marcar o lugar do senso comum.

Suzane Richthofen planejou friamente a morte dos seus pais e deixou a polícia durante dez dias tentando encon-

trar o responsável pelo crime. A pergunta que não quis calar o leitor foi: quem é o culpado? A narrativa do caso de Suzane amarrou o leitor pelo mistério: luzes acesas, alarme desligado e porta destrancada na casa no dia do crime. Enquanto os pais da menina dormiam e seus filhos estavam fora, o dinheiro foi roubado de um lugar que só alguém com muita intimidade familiar o encontraria. Os corpos foram espancados até a morte e o crime não tinha evidências de vingança alheia. Todos esses aspectos criaram condições para o caso dos Richthofen ser uma excitante história de mistério.

É como um típico romance policial em que se espera a culpa do esquisito mordomo, mas no caso dos Richthofen não havia marca do esquisito e a fidelidade dos filhos era contada como óbvia. O excêntrico na história dos Richthofen é o desfecho surpreendente da filha como culpada. É o inesperado que assusta, que prende, que causa sensação de desconforto e que se transforma em marco histórico.

Não é só isso, entretanto, que faz render esse fato na mídia até hoje. Uma outra pergunta que fez do caso dos Richthofen uma referência de barbárie em nosso país foi: por que ela fez isso? Essa pergunta é mais importante do que o ato criminoso em si. E é isso também que leva a mídia e o público de massa a continuarem a se interessar mais pelo caso, mesmo depois da descoberta do criminoso.

Muniz Sodré mostra que a premissa básica da ficção policial é a reverberação do crime e não o ato de violência em si. É claro que é chocante pensar que um casal foi morto com pancadas na cabeça, no momento em que dormia. Mas, o sangue dessa informação, que escorreu dos jornais, não tem forças para se manter sozinho em evidência por tanto tempo. Importou mais o mistério e a falta de motivos aparentes no caso de Suzane.

Essa premissa que fala Sodré é diferente, por exemplo, das narrativas espetaculares dos *pulp fictions*, em que o absurdo também é valorizado, mas a qualidade está no ato de violência. Vide o que mostra Tarantino em seu filme *Pulp Fiction: tempos de violência*, quando o enredo é interessante, mas a agressividade dos personagens e a frieza como eles atuam chamam mais atenção do que a própria narrativa. Não existe atração pela desconstrução de um mistério, mesmo que o personagem Marsellus, o chefe dos matadores vivido pelo ator Ving Rhames, apareça de costas nas primeiras cenas, o que importa no filme é o quão violento ele pode ser. Todos os dias os jornais populares trazem como pauta alguma tragédia sanguinolenta, mas essas não têm características narrativas que possam fazer delas um marco histórico. Assim, são como *pulp fictions*, que sangram e passam.

Outra questão importante é que pensar no motivo pelo qual Suzane Richthofen poderia ter matado seus próprios pais é tentar enquadrar seu ato criminoso numa lógica moral, ou melhor, é querer saber se o assassinato foi provocado sob a lógica do “dente por dente e faca por faca”. Nesse sentido, o público lança algumas hipóteses como: será que Suzane era abusada sexualmente pelo pai? Será que ele a espancava?

Mas a resposta que o senso comum tem para estas questões é a de que nada justifica que um filho mate seu próprio pai. E então Suzane, por não se encaixar em nenhuma hipótese que justifique seu crime, se transforma num monstro social que deve ter sua punição.

Sobre identificar e punir o criminoso no romance policial, Muniz diz que:

A principal função ideológica desta literatura é a demonstração da estranheza do crime. Caracterizando o

criminoso como algo à parte, um ser estranho à razão natural da ordem social, o romance policial faz parte dessa pedagogia do poder que, através da diferenciação dos ilegalismos, constitui e define a delinquência. O criminoso da ficção é alguém não reconhecido como o sujeito desejável na ordem social, sendo por isso necessário identificá-lo (resolvendo o engano) e puni-lo. Com efeito, a narrativa policial segue a ordem da descoberta, tendo geralmente como ponto de partida um *fait-divers* ou um fato extraordinário. (SODRÉ, 2009, p.260).

Narrar a violência como a de Suzanne von Richthofen na mídia é usar o *fait-divers* como estratégia de sedução pelo que existe de excêntrico, é criar uma aventura romantizada, com o personagem de assassino misterioso, que no momento em que o criminoso é decifrado, se transforma num grande monstro social. Leslie Wiskns, em seu texto *Information and the definition of desviance*,<sup>4</sup> mostra que o estereótipo do desvio dos atores dos crimes criado pelos meios de comunicação nada mais é do que uma forma de simplificar a realidade. Não se trata para ele de uma distorção calculada da realidade ou muito menos um reflexo fiel dos acontecimentos, mas uma tradução da realidade em estereótipos.

O assassinato da família Souto Maia, embora não seja lembrado constantemente pela mídia, foi um fato espetacularizado, e, é, sem dúvida, uma referência importante para pensar a memória dos crimes de família no Brasil. No dia 01 de março de 1970, no nobre bairro da Graça em Salvador, o jovem Marcelino Souto Maia, filho de família conceituada na Bahia, colocou em execução seu plano de matar o pai, Fernando Souto Maia.

Marcelino brigava com seu pai por dinheiro e vivia insatisfeito com suas pro-

messas. O rapaz, então, entra armado no quarto dos pais, atira no pai e na mãe que tentam impedir seu ato. O pai baleado carrega a mãe nos braços e a deita na cama na tentativa de salvá-la, mas os dois não resistem. A avó, no quarto ao lado, em estado de desespero, também recebe tiros do neto que a executa para não ter testemunha. Marcelino entra no quarto do seu irmão Jorge, deficiente mental, e atira em sua cabeça e deixa a arma em sua mão na intenção de forjar que ele, como alienado, havia cometido toda a barbárie e depois se suicidado. Depois de três dias, Marcelino confessa o crime e, em depoimento, diz nunca ter tido desejo de matar mais pessoas da sua família além de seu próprio pai. Uma matéria do jornal *A Tarde* do dia 04 de março de 1970 traz uma narrativa sobre o crime de Marcelino e o compara com uma tragédia típica da literatura: “*E a expressão “palco” tem aí justa aplicação, porque o episódio é dos tais que parecem concebidos pela imaginação poderosa dos grandes trágicos, de Esquilo a Shakespeare, se é que os não excede em horror. O que, mais uma vez, dá razão àquele senhor que se chamou Oscar O’Flahertie Wilde, quando afirmou que a arte é quem imita a vida...*”

O texto jornalístico evidencia primeiro o grande absurdo do crime para depois contá-lo: *A Bahia está vivendo horas de intensa comoção pública, abalada, inicialmente, pela tragédia da eliminação de quase toda uma família, das mais conceituadas de Salvador, e agora, pelo contundente e surpreendente desenrolar dos fatos, que abra as mais estranhas e horripilantes perspectivas para o crime cometido à meia noite no bairro da Graça.* A introdução narrativa se parece com as chamadas de propaganda de filmes de horror. E é por meio desse texto que o jornalista prende o seu leitor, que curioso com tal tragédia, exaltado por sua narrativa, não perderá o final da história e saberá que o assassinato brutal foi uma chacina familiar, cometida

pelo filho que gozava de sanidade mental, ao contrário do irmão doente, que se acreditava ser o autor do crime. E que ainda o autor do crime visava cometer um parricídio, o que já seria gravíssimo, e não uma chacina em família.

O caso de Marcelino de Freitas marca o lugar do excêntrico pela surpreendente narrativa do caso, na qual se descobre que o irmão doente mental não é o verdadeiro assassino dos pais. O enredo do crime é típico de um romance policial de grande sucesso por trazer uma excepcionalidade: o filho é quem mata o pai, seu grande alvo, e acaba executando também a mãe, a avó e o irmão, em quem desejou colocar a culpa por covardia, como se fosse uma criança que quebrou um objeto valioso dentro de casa e para não levar a culpa acusa o irmão mais novo.

A causa do crime seria mais comum se justificada pelo ato cometido por um doente mental. Ora, se a família tinha um doente mental em casa, era provável que um dia ele os matasse, pois, para o senso comum, não se tem controle sobre doentes mentais e a qualquer hora eles podem nos surpreender. Mas como há, neste caso, uma revelação inesperada sobre o criminoso cujas características eram de um sujeito normal, o acontecimento passa a ser narrado sob o efeito do espanto por uma causalidade aberrante e não esperada. Cria-se, a partir daí, um drama não mais comum com relação ao autor do crime, o estereótipo do louco passa a ser explorado em outro sentido. É o oculto que perturba e espanta criando maior espetáculo.

Não há *fait divers* sem espanto (escrever é espantar-se); ora relacionado a uma causa o espanto implica sempre uma perturbação, já que em nossa civilização todo alhures de causa parece situar-se mais ou menos decla-

radamente à margem da natureza ou pelo menos do natural. (BARTHES, 1999, p.61)

O *fait divers* se articula por perturbações causais que não são imediatamente reveladas. O crime de Marcelino foi surpreendente, mas não se mostrou misterioso, pois não dependia da descoberta do autor do crime, não podemos compará-lo ao caso de Suzane, no qual o mistério se fez presente por muitos dias e levou maior curiosidade para o público. Ela criou uma trama policial digna de profunda investigação quando planejou a morte dos pais e, se não fosse a confissão do irmão do seu namorado, Cristian Cravinho, talvez os assassinatos fossem um mistério até os dias de hoje.

Precisamos analisar aqui, ainda, um momento fundamental da cobertura da mídia sobre o caso dos Richthofen, a entrevista com Suzane apresentada no programa *Fantástico*, da Rede Globo, quatro anos e meio depois do crime, no dia 09 de abril de 2006. O vídeo diz:

O que será que tem a dizer, hoje, a menina bem-nascida que é acusada de ter participado da morte dos pais, em outubro de 2002, em São Paulo? O *Fantástico* procurou Suzane von Richthofen. E ela, que deve ir a julgamento dentro de dois meses, resolveu quebrar o longo silêncio. Por que ela resolveu falar só agora? Como ela se comportou? Como foi esse encontro? O que ela tentou dizer? O que ela tentou esconder? E o que os advogados esperavam dessa entrevista? Furar o bloqueio formado em torno de Suzane von Richthofen não foi fácil. Desde que saiu da cadeia, em junho do ano passado, a jovem tem contado com a proteção de Denivaldo Barni, amigo da família Richthofen. Hoje ele é uma espécie de tutor e um dos advogados



de Suzane ao lado dos irmãos Mário de Oliveira e Mário Sérgio de Oliveira. Há nove meses, o Fantástico tem conversado com Barni sobre a possibilidade de entrevistá-la. Neste período, houve uma conversa telefônica e dois encontros com Suzane, sem câmeras. Até que, no início da semana, o advogado confirmou a realização da entrevista, pedindo que nesta reportagem não fossem exibidas cenas de arquivo.

A gravação seria feita em duas etapas: a primeira na quarta-feira, cinco de abril. O local: o apartamento de Barni, no bairro do Morumbi, São Paulo. Na tarde de cinco de abril, o Fantástico encontrou uma jovem de 22 anos que fala e se veste como uma criança. Na camiseta, estampa da Minnie. Nos pés, pantufas de coelho. A franja cobre os olhos o tempo inteiro. Ela começa a entrevista mostrando fotos de amigos e da família.

A entrevista do Fantástico começa com perguntas que a repórter faz sobre fotografias da família exibida por Suzane. A menina fala baixo com voz tímida. Suzane diz que não pode visitar a avó, pois o tio as afastou. A repórter pergunta sobre o irmão, se também havia sido afastado e Suzane confirma que sim com a cabeça. Após outras perguntas sobre o irmão: *“Suzane abraça Barni e chora. A entrevista é interrompida. De costas para a câmera, ela parece enxugar o rosto com um lenço de papel. A entrevista recomeça. E a jovem que confessou o envolvimento no assassinato dos pais revela ter medo de sair de casa.”*

O Fantástico pergunta se Suzane está arrependida e do que ela tem saudades. A moça responde que voltaria aos 15 anos para não conhecer o ex-namorado, como se colocasse a culpa na família Cravinhos. E então:

Ela interrompe a entrevista mais uma vez e pede a Barni para encerrar a gravação. Suzane, abraçada com Barni: Não quero mais, não quero mais. Suzane só aceita retomar a entrevista ao lado dos pássaros de estimação: Sinhá Moça e Miú. Suzane fala para Sinhá Moça: Dá o pezinho. Dá o pezinho. Isso, assim mesmo... (Ela brinca com os pássaros). Hoje eu vejo como eu era feliz e não sabia. Como eu queria a minha família de volta. Que falta que eu sinto de um colinho, dos abraços. Agora, Suzane lê cartas endereçadas a Barni, que ela teria escrito durante os dois anos e meio em que ficou presa.

Suzane diz para a repórter que ela não poderia imaginar como era triste lembrar da felicidade que tinha com os pais e saber que nunca mais isso iria acontecer. Que nunca mais poderá vê-los, ou abraçá-los, e dizer “te amo”. Depois desta declaração, Suzane faz um longo silêncio, chora e abraça seu tutor. Até que Suzane começa a falar sobre a relação com o ex-namorado, Daniel Cravinhos. Suzane diz: *Eu me arrependo muito*. Diz ainda que o rapaz dava drogas para ela: *“Ele sempre... Ele sempre me dava muita droga, muita droga. Ele sempre mandava usar muita droga, e cada vez era mais e mais e mais droga, e ele me dava mais droga... E isso foi acabando comigo, foi... Ele falava: “Se você me ama, usa, se você me ama, usa... Se você me ama, faz isso”. E eu ia, ia, ia.”* Depois, esconde o rosto no braço de Barni.

Até que o Fantástico pergunta: *“Por que aconteceu esse crime?”* E Suzane responde: *“Não sei... Não sei...”*

E o programa revela:

Durante os 34 minutos do primeiro encontro, Suzane olhou para Barni treze vezes, possivelmente em bus-

ca de apoio ou orientação. E chorou onze vezes, mas em nenhuma delas havia sinal de lágrima no rosto. No dia seguinte, dois diálogos flagrados pelo Fantástico mostraram que estávamos diante de uma farsa. O segundo encontro aconteceu em Itirapina, cidade cerca de 200 quilômetros de São Paulo. Suzane ficou na cidade, na casa de amigos, depois que saiu da cadeia, em junho de 2005. Logo no começo da gravação, a câmera registra uma conversa ao pé de ouvido entre Barni e Suzane. O microfone, que já estava ligado, capta o diálogo. Ele orienta Suzane a chorar na entrevista. “Fala que eu não vejo. Chora...”. Minutos depois, uma nova evidência da farsa. Nossa equipe aguarda Suzane do lado de fora da casa. O microfone, que continua ligado, capta, agora, uma voz que orienta a jovem sobre o que falar do ex-namorado, Daniel Cravinhos, e como se comportar diante da câmera... “Acabou. Mais nada. Começa a chorar e fala: ‘Não quero falar mais’... o que ele mandava... ele mandava, sempre pedindo que se eu o amasse, era para fazer... e ‘pelo amor de deus, não quero mais tocar nesse assunto, que me faz muito mal’. E chega”. O Fantástico consultou um perito criminal para identificar quem está falando. A voz seria do advogado Mário Sérgio de Oliveira, que estava na casa durante o segundo encontro. Logo depois, Suzane pede para encerrar, de vez, a entrevista. Suzane diz: Toda vez que eu falo isso, nossa, dói muito em mim. Dói muito lembrar da minha mãe, lembrar do meu pai, e ter que estar falando, ter que estar lembrando, ter que estar lembrando daquele maldito de novo...

Esta entrevista planejada pelos advogados de Suzane tenta produzir um discurso narrativo, cujo cenário foi deco-

rado especialmente para passar a ideia de ingenuidade da criminosa ou possível retardamento mental. É certo que os advogados de Suzane sabiam a fórmula especial atrativa de um bom *fait divers*. Neste caso, como era extraordinário exibir uma entrevista de Suzane Von Richthofen, esperando que ela contasse o motivo da sua atrocidade, ou que revelasse algo desconhecido sobre o caso, montou-se um circo para que sua imagem monstruosa mudasse para a sociedade. Mas as armações foram descobertas por quem é *expert* no assunto de criar cenários que mobilizem seu público, a mídia, com sua experiência, desmascarou a armação do grupo que protegia Suzane e as coisas obviamente, voltaram ao lugar da monstruosidade, ou, evidenciaram mais ainda este lugar.

## 2.0. Por que, Suzane? Psicanálise, violência e os imaginários da ordem social

Seria possível justificar os crimes de parricídio vistos aqui como ato de irracionalidade, como se os jovens tivessem matado seus pais em um momento de raiva ou de qualquer tipo de descontrole emocional. O irracional está realmente ligado ao emocional e, nesse sentido, não há razão que o enquadre. Então, quando não se encontram motivos racionais para justificar um crime, tenta-se enquadrar o emocional como resposta possível. Mas é impossível enquadrar o emocional, a não ser pelo senso comum.

É importante entender que o ato de violência não está necessariamente ligado ao emocional, especialmente quando ele é planejado, como no caso de Suzane Von Richthofen, por exemplo. Jurandir Freire (2003, p.37) diz que *o ato de calcular a violência não dispensa a razão: ao contrário, solicita-a*. Para Jurandir toda conduta é racional, fora aquelas apresentadas por casos patológicos, como por exemplo:

Publicado em 27/04/2010, 18h55  
Virgula.com.br - News

### **Evangélica esquarteja os pais por dívida de dízimo**

Frequentadora de uma igreja evangélica, Lineusa Rodrigues da Silva, de 24 anos, matou os pais como uma machadinha porque eles não deram o dinheiro do dízimo. O crime, cometido no último domingo, chocou a cidade de Timon, no Maranhão.

O inferno é mesmo pavimentado com boas intenções. De tanto que queria pagar o dízimo à sua igreja, Lineusa matou os pais adotivos a golpes de machadada. Joana Borges da Silva, 104 anos, que mal se levantava da cama, e Lourival Rodrigues da Silva, 84, tiveram as mãos esquartejadas com um serrote e foram seguidamente golpeados com um pedaço de pau.

A jovem foi encontrada pela polícia depois de receber ligações dos vizinhos que ouviram barulhos estranhos durante a noite. Ela confessou o crime e relatou os detalhes dos assassinatos. A delegada da Central de Flagrantes de Timon, Wlândia Holanda da Silva, disse que os corpos ficaram totalmente irreconhecíveis. “Em toda a minha experiência como delegada nunca tinha visto nada parecido”, disse ela ao MeioNorte.com. Lineusa acumulou dívidas de dízimo junto ao pastor da igreja que frequentava, e justificou os assassinatos pela religião. “Eu fiz por Deus”, disse a estudante, que chegou a se ajoelhar na delegacia.

Adotada com cinco meses pelo casal, Lineusa vinha discutindo com os pais adotivos há algum tempo, segundo informou a filha do casal assassinado, Francisca Oliveira da Cruz. Ela também contou que Lineusa tem histórico de problemas mentais.

Não dá para saber quem fez pior, a assassina, que foi levada a cometer um crime em nome do fanatismo religioso, ou do pastor que, sabendo da condição da jovem, fazia qualquer tipo de cobrança.

O depoimento de Lineusa no vídeo postado no Youtube para esta matéria revela sua falta de razão e descontrole por doença. Ela não demonstra ter razão alguma por ter assassinado sua mãe e irmão. A tragédia ocorreu por descontrole patológico e não por racionalidade planejada.<sup>5</sup>

A violência irracional é aquela que responsabiliza alguém por uma questão

que não diz respeito a este alguém, como por exemplo, Marcelino Souto Maia que matou sua mãe, avó e irmão, descontando uma raiva que era do seu pai. No livro *Violência e Psicanálise*, um dos exemplos dados por Jurandir Freire Costa sobre essa violência irracional é o caso de alguém espancar um assaltante culpando-o de ser responsável pela desigualdade do mundo. A violência irracional acontece quando se desconta a raiva em alguém que não é o causador direto desta raiva. A diferença entre a violência racional e a irracional é que a racional é mais direta e objetiva, ao contrario da irracional que substitui o alvo que se quer agredir. Mas, mesmo assim, a violência irracional deriva de alguma racionalidade e não de um impulso agressivo instintivo natural do ser humano.

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. E posto que, quando agimos, nunca sabemos com certeza quais serão as conseqüências finais do que estamos fazendo, a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos a curto prazo. (ARENDR, 2009, p.99)

A diferença da violência humana para a violência animal está no desejo. A ação da violência pode ser irracional, mas o desejo é racional e marca o lugar do humano, pois o animal não deseja matar e muito menos fazer alguém sofrer, ao contrário do homem, ele necessita matar. Sendo assim, entendo que a ação da violência não é puramente uma manifestação gerada por instinto. A violência irracional não pode ser considerada uma agressividade cometida totalmente sem razão, porque o desejo é racional e toda violência embute desejo. Então, a justificativa para a não razão de determinada violência não pode ser apenas o impulso, ou a agressividade do homem como animal, pois o ser humano não necessita matar, ele apenas deseja.

O que Jurandir Freire Costa tenta mostrar e o que é importante perceber nos casos de crimes de família, é que *não existe violência sem desejo de destruição, comandando a ação agressiva e, em consequência, que violência não é uma propriedade do instinto.* (Idem. p.43). Ou seja, quando o senso comum justifica a agressão de matar um pai pelo impulso instintivo humano não podemos considerar esta uma fórmula válida.

Se pensarmos nas teorias freudianas de *Totem e Tabu*, encontraremos a ideia de origem da violência como ato do desejo de matar o pai, embora o principal objetivo de Freud nessa obra fosse pensar as interdições sexuais. Quando Freud estuda os povos primitivos e a relação destes em família, ele nos mostra que a morte do pai, semelhante a do animal totêmico, é regrada pela raiva dos filhos que vêem o pai como possuidor do prazer, uma vez que este é quem monopoliza as mulheres e todo poder da experiência. A ideia é que a partir do momento em que os filhos devoram seus pais, eles sentem-se culpados e resolvem criar algumas regras como jamais matar o animal totêmico, que colocam o lugar do pai em estágio privilegiado. Freud demonstra que se fundam neste momento os ideais de moralidade, religiosidade e as leis.

Jurandir Freire vai demonstrar criticamente que o estabelecimento dessa ordem social proposta por Freud não tem fundamento. Não é da culpa do parricídio que se origina a lei. Para que o filho sentisse culpa, deveria reconhecer anteriormente algum aspecto da ordem. Ao que parece, os primitivos analisados por Freud já eram organizados por algum tipo de moral que o faziam sentir essa culpa. A culpa não é um sentimento de causa natural, é procedente de alguma regra que se acredita ter desrespeitado, ao contrário do medo que pode ser um sentimento reativo independente da existência da regra.

René Girard em *A Violência e o Sagrado* fala de um *mecanismo reconciliador* como uma causa provável para se criar regras de não violência entre os povos primitivos, visto que ao pensar na questão da culpa a teoria freudiana sobre a origem de uma ordem social se esvazia. Para Girard as regras de totemismo são criadas pelo medo de que os homens caíam em uma prática de violência interminável, se matando continuamente. Há também uma teoria que se baseia na questão do *desejo do sociológico* pensada por Pierre Clastres, citada por Jurandir Freire Costa, que diz respeito ao desejo do homem em se manter unido por conta do medo da extinção de sua espécie.

O parricídio não é cometido pela causa de um instinto raivoso irracional do filho por invejar seu pai, mas pela pura razão de querer eliminá-lo de seu caminho. E sua culpa pós crime existe pelo fato de reconhecer o pai como figura importante, como representação de liderança de sua geografia familiar.

Monstro odioso durante sua vida, o Pai terrível torna-se herói perseguido na e após sua morte. Quem não reconheceria aqui o mecanismo do sagrado, do qual, no fim das contas Freud é a vítima, por não conseguir revelá-lo inteiramente? (GIRARD, 1990, p. 252)

Como mostram todos esses pensadores, o poder que se deseja retirar do pai por violência não é um poder de um animal que chefia seu grupo, mas o poder de tirania, daquele a quem foi concedido o direito de deter as rédeas da ordem. Mas, Jurandir Freire Costa nos mostra que não é o pai que cria a lei, mas a lei que o cria, dando-lhe lugar de superioridade. Neste caso, o que o autor quer dizer é que não é a culpa, como mostra Freud, que forma a lei, não é o pai que a constrói para que ele também não seja morto, mas como

hipótese, pode ser o medo que cria a lei e conseqüentemente cria o lugar do pai.

Por hora, o que nos deve ser importante pensar é que este tipo de reflexão psicanalista, que pensa as bases de fundamentos morais da própria constituição social, não faz parte das explicações usuais do senso comum. É importante entender essas questões e pensar o lugar da psicanálise, mas não são estas as explicações que chegam para a sociedade quando ocorre um crime. É o senso comum que tem o privilégio da informação e não as teorias psicanalíticas. Por isso, é mais provável reconhecer que o que torna os crimes de família, especialmente os de parricídio, mais escandalosos do que outros casos de violência é a falta de motivo.

O senso comum tenta enquadrar o emocional, o racional ou qualquer outro motivo que justifique um crime brutal. A sociedade precisa de sentido para problemas sem respostas práticas. E não é à toa que o caso da Suzane Von Richthofen ocupa o espaço das maiores coberturas da Rede Globo nos últimos 45 anos. É evidente que a falta de motivos, além de toda questão do *fait divers* exposta aqui, tem um peso fundamental para que este caso seja lembrado. A psicanálise pontua respostas para a violência, mas é o sentido comum que prevalece no imaginário social e é reforçado pela mídia.

A falta de sentido causa espanto. O homem não vive fora do sentido e da significação. A condição de enquadramento de um significado para a realidade é que dá a sociedade o equilíbrio aparente. O mundo sem eixo e fora do sentido é um mundo esquizofrênico, onde não seria suportável viver. Precisamos de eixos, de centros e de motivos concretos para tentar manter nosso equilíbrio social. É também sobre isso que prega a psicanálise, inclusive.

Portanto, na busca de alguns motivos podemos chegar à total falta deles, no ponto de vista do senso comum e, conseqüentemente, da lógica midiática de informar os fatos. Diante da desrazão não há razão possível. Há diversas teorias e investigações a serem feitas sobre os crimes de parricídio, mas, diante de uma sociedade que se baseia na existência de um senso comum para sobreviver, a desrazão é uma angústia que o ser humano não consegue sustentar. Sendo assim, nomeia-se a desrazão por uma razão mais familiar, mais comum possível. E é por conta dessas nomeações que se está aqui, investigando a forma como a mídia gerencia essa falta apavorante de motivos e como ela faz a mediação entre os crimes de família e seu público.

#### Bibliografia:

BARTHES, Roland. *O Prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COHEN, Yung. The selection of crime news by the press In: Stanley and Jock. *The Manufacture of news? Social problems, deviance and the mass media*. Sage Publications. Bervely Hills/Califórnia. 1981

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro. Graal, 2003.

FONSECA, Rubem. Belinha. In: \_\_\_\_\_. *Ela e outras mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Ditos e escritos. Vol I. Problematização dos sujeitos: psicologia e psiquiatria. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista. 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SABINO, Mario. *O dia em que matei meu pai*. Rio de Janeiro: Best Bolso. 2009.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias Sensíveis*. Rio de Janeiro. Vozes. 2006.

\_\_\_\_\_. *A narração do fato*. Rio de Janeiro. Vozes. 2009.

\_\_\_\_\_. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social e da Pós-graduação em Cultura e territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> O *fait divers* é um conceito usado pelo francês Roland Barthes para justificar o uso das causalidades excêntricas nas notícias jornalísticas.

<sup>3</sup> COHEN, YUNG. *The selection of crime news by the press In: Stanley and Jock. The Manufacture of news? Social problems, deviance and the mass media*. Sage Publications. Bervely Hills/Califórnia. 1981

<sup>4</sup> Idem. Texto: *Information and the definition of desviance*.

<sup>5</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=XO-wKMuinXI&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=XO-wKMuinXI&feature=player_embedded), Acessado em 30/04/2010

Contato: - dabrasiliense@gmail.com
---------------------------------------

**Desprezando a riqueza aproveitando as respostas:  
Diálogos entre cidade, território e cultura**

**Despreciar la riqueza aprovechando las respuestas:  
Diálogos entre ciudad, territorio y cultura**

**Disdaining the wealth taking advantage of the answers:  
Dialogues between city, territory and culture**

**José Maurício Saldanha Alvarez<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

*Cultural Turn*

Globalização

Barcelona

Cultura

Território

**Resumo:**

Este artigo analisa a cidade contemporânea e as transformações territoriais e espaciais que sofreu desde os anos 1960 até a atualidade, quando, desde o *cultural turn* e os debates subsequentes sobre a crise da cidade, passaram a vivenciar as experiências ligadas ao *city marketing* e a reordenação dos seus espaços, desde a modelagem de projetos bem sucedidos nos Estados Unidos e na Europa com o fenômeno Barcelona. A reavaliação conceitual e operativa da cidade desde a globalização, quando ela se torna um fenômeno mundial, e os debates travados entre os projetos do poder e empresariais e as utopias dos segmentos menos favorecidos. O papel cultural da cidade e suas estratégias de representação, bem como o território como suporte para a identidade.

**Resumen:**

Este artículo analiza la ciudad contemporánea y las transformaciones territoriales y espaciales que ha sufrido desde la década de 1960 hasta hoy, cuando, desde el cultural turn y los debates posteriores sobre la crisis de la ciudad, empezaron a vivenciar las experiencias relacionadas al city marketing y la reordenación de los espacios, desde el modelado de proyectos exitosos en los Estados Unidos y Europa con el fenómeno Barcelona. La revaluación conceptual y operativa de la ciudad desde la globalización, cuando se convierte en un fenómeno mundial, y los debates entre los proyectos del poder y empresariales y las utopías de los segmentos menos favorecidos. El papel cultural de la ciudad y sus estrategias de representación, así como también el territorio como soporte para la identidad.

**Palabras clave:**

*Cultural Turn*

Globalización

Barcelona

Cultura

Territorio

**Keywords:**

Cultural Turn

Globalization

Barcelona

Culture

Territory

**Abstract:**

This article examines the contemporary city and the territorial and spatial transformations it has undergone since the 1960s until today, when, since the cultural turn and the subsequent debates on the crisis of the city, started living experiences related to city marketing and the reordering of its spaces, since the modeling of successful projects in the United States and Europe with the Barcelona phenomenon. The conceptual and operative reassessment of the city since the globalization, when it becomes a worldwide phenomenon, and the debates between the public power and business projects and the utopias of the less privileged segments. The cultural role of the city and its strategies of representation, as well as the territory as a support for identity.



## Desprezando a riqueza aproveitando as respostas: Diálogos entre cidade, território e cultura

“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas.”

Ítalo Calvino<sup>2</sup>

### 1. Cidade e cultura à uma escala planetária

Este artigo é uma maneira de pensar em voz alta e indagar colocando numa dada ordem as leituras e questões destinadas a organizar um curso novo. Assim sendo, tal texto não é nem pode ser conclusivo, pelo contrário, é dispersivo e até certo ponto, frívolo. Apesar de tudo trata-se de um esforço destinado a lidar com paradoxos e perplexidades de um professor diante das transformações aceleradas da contemporaneidade. De ter um cuidado enorme com as palavras que se desvalorizam diante da inflação teórica. Resumindo: é antes de tudo, um artigo sobre cidade, sobre cultura, produção cultural, eventos e território. Assim sendo comecemos com o estado da cidade.

Desde o final do século XX e primeira década do século XXI elas vivenciaram uma profunda transformação histórica, estrutural, cultural, econômica, social e territorial. Esse conjunto de alterações foi impulsionado pelas mudanças estruturais da economia mundial e pela revolução das tecnologias informacionais e digitais organizadas à volta de centros nodais: as cidades (CASTELLS, 2005, p. 469). As funções urbanas consagradas na longa duração passaram a abranger desta vez uma escala planetária e cada vez mais problemática. Como assinala Bauman, as cidades se transformaram em “depósitos de problemas causados pela globalização” (BAUMAN, 2009, p.32).

Quando este processo deu seus primeiros passos nas décadas subsequentes aos anos 1960, as cidades viviam um viés de estrangulamento, causado, em parte, pelo enorme passivo herdado da modernidade. Ele era representado por fábricas obsoletas, poluição, portos inoperantes, desemprego e perda das experiências sociais, desastres ambientais, debilitação do Estado nacional. Mesmo assim, a urbanização se encaminhava para tornar-se hegemônica como modo de vida, atingindo uma extensão inédita na história do homem. Tornaram-se exponenciais megalópoles como o Cairo, Nova Iorque, Tóquio, as cidades do México e Shenzhen, República Popular da China, cujas populações orçando os 20, 30 ou 40 milhões de habitantes, levam a experiência urbana a um limite sem precedentes (CASTELLS, 2005, p 483).

Além do mais, a cidade foi tensionada entre as pressões mediadas entre o local e o global, que assinala as prerrogativas de uma nova territorialidade; capitaneando regiões de industrialização recente, onde os núcleos urbanos se conurbando resultavam em megacidades. Se as revoluções informacional e digital determinam novas funções para a cidade, ela, como mecanismo coletivo, como sujeito composto por forças antagônicas, se tornou um elemento determinante nessa nova configuração territorial. Ela não mais se baseia na antiga antinomia assimétrica entre campo *versus* cidade. O processo se encarregou de gerar novas. A cidade é vórtice, farol, Meca, polo de atração, ponto de amarração, tábuas de salvação para os naufragos da modernidade agrícola e do agronegócio.

Assim sendo, o relatório *State of World Population 2007 - unleashing the potential of urban growth*, divulgado pelo Fundo da População da ONU (UNFPA), sugere que a urbanização é um dos mais importantes processos contemporâneos. Ele se destina a solucionar o grande óbice causado pela pauperização que empurra os po-

bres rurais para as cidades. Na atualidade, ressaltando a bipartição local X global do problema, as cifras e dados sugerem em seus cristais o predomínio incontestado e soberano do urbano no século XXI.

Embora reconheça que 1 bilhão de pessoas vive em favelas, 90% das quais nos países ditos em desenvolvimento, acha o UNFPA que a tendência de urbanização “é irreversível e não deve ser combatida”. Na Ásia, o atual 1,36 bilhão de pessoas chegará a 2,64 bilhões em 2030; na África, elas passarão a 742 milhões; na América Latina e no Caribe, aumentarão de 394 milhões para 609 milhões - e nesse movimento a cada semana cresce em 1 milhão de pessoas a população favelada na Ásia e África. No Brasil, 84% da população já estariam nas cidades e chegará a 90% em 2030. (O Globo, 28/06/82012)

Nos anos 1960, as cidades viam o processo moderno encerrar a longa era da produção industrial dos séculos XIX e XX. Assistiam ao esgotamento das fórmulas fordista e taylorista. O emperramento do paradigma da gestão municipal herdadas do XIX bem como as políticas urbanas modernistas, todas superadas pelos reptos colocados em campo pela globalização e pelo avanço da democracia inclusiva. Assinala-se então a irrupção nos Estados Unidos da América de um conjunto de debates e fóruns, alguns formais e outros não. Era o *cultural turn*, cujos debates contavam com a presença de intelectuais tecnocratas provenientes de prestigiosas escolas como Harvard (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p.16). Estes cavalheiros consideravam que administrar uma cidade deveria pautar-se pelo molde gerencial de uma empresa. Nesses debates foi alavancado o brado: tudo é cultura! Cada vez mais as artes e a cultura se tornaram vetores essenciais e mesmo inquestionáveis para os projetos de renovação urbana como observa Joan Ganau (2007, p.3).

No entanto, segundo a análise de Otília Arantes, o *cultural turn* e os principais atores oriundos do *Cultural Studies*, se deram conta da potência que poderia sustentar uma economia alicerçada na cultura, resultando em múltiplos circuitos. Se para a *New Left*, a lógica do alto capitalismo passava pela cultura, para um pensador como Daniel Bell estava solto nas ruas um inimigo sob a forma de um adversário cultural (BELL, 1978, p. 43). Essa modelagem empurrou a questão do território para uma arena aonde as diretrizes que sustentavam seu debate em muitos casos, embora não exclusivamente, eram constituídos por matrizes norte-americanas, aliás, consagradas nacional e internacionalmente por muitos projetos bem sucedidos como em Baltimore e Philadelphia (GANAU, 2007, p.4). Nas décadas seguintes a contribuição europeia entrará em cena de maneira espetacular graças ao êxito da cidade de Barcelona em se revitalizar.

Como veremos no tópico final, a cultura adquiriu uma capacidade sem precedentes de desempenho que estimulou o poder, o terceiro setor e as próprias populações a combaterem ativamente por sua implantação. A justificar investimentos maciços em sua área. A cultura e as artes não só estimulavam um intenso debate identitário, mas permitiam uma enorme fruição de massa. Permitiam ainda revestir-se de enorme valor pecuniário e de fetiche as áreas degradadas das cidades. Um ministro da cultura francês unirá o desejo com a vontade de comer declarando enfaticamente: o “nosso petróleo é a cultura”. O Rio de Janeiro, lutando para que não se rompa o pacto federativo e o petróleo contratado não seja apropriado por políticos de outros estados, sediará dois mega eventos nos próximos anos. Estes eventos são sinalizados como essenciais para a recuperação da cidade e consolidação de sua autoestima. Acreditamos, porém, que estes mega eventos devem ser apenas o início da reflexão e da produção de elenco

de celebrações baseadas na história e na cultura da população do Rio, num processo constante de produção e consumo cultural.

## 2. A globalização, cidade, planos estratégicas

Em 1973 o mundo ingressava numa era de grande convulsão no curso do encerramento dos 30 anos gloriosos de uma conjuntura de crescimento mundial ininterrupto denominada de *The Golden years* (HOBSBAWM, 1999, p. 255). Desde o término da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo sofreu transformações, a perda do padrão ouro após o colapso de Bretton Woods, o choque do petróleo de 1973, e a década perdida de 1980 (ARRIGHI, 2000, p.309-311). No mundo inteiro, as cidades foram ameaçadas pelo futuro que se apresentava inquietante. Viam-se assoladas pelo desemprego, pela retração das ações econômicas e pela perda das ações sociais, e pela desarticulação dos aparatos governativos. Como agravante, a obsolescência dos grandes complexos industriais falidos e fechados refletiu-se nelas, criando espaços vazios e silenciosos degradando ainda mais o ambiente. Esse processo assumiu proporções dramáticas na Europa e nos Estados Unidos, pois transformou a próspera Detroit, a célebre e autoconfiante “motor city”, numa lúgubre cidade fantasma insolvente, com dezenas de fábricas fechadas, abandonada por milhares de moradores (BOYLE, 2001). Cidades portuárias como Baltimore viam seu porto transferir-se para longe do centro onde se localizavam, dando início à recuperação do seu Waterfront num projeto muito bem sucedido e que parece estar na raiz do projeto bonaerense de Puerto Madero (MILLSPAUGH, 2001, p. 74-75). Na Inglaterra, a desindustrialização neoliberal da Era Thatcher produziu, igualmente, uma nova pobreza, abalando o que Hall denominou de “a velha classe de trabalhadores e suas formações culturais” (HALL, 2006, p. XVII).

Saskia Sassen, a prestigiosa analista do fenômeno das cidades globais, considera que a nova economia mundial se articulava em torno de cidades que, globais ou não, dependeriam cada vez mais de seus bens e serviços culturais para sobreviver no processo globalizado (SASSEN, 2001, p. 102). Se por um lado, a cidade na economia global e informacional se integrou a redes mundiais, por outro, comportava a reestruturação da cidade e da sociedade em caráter local (BORJA; CASTELLS, 2001, p. 33). Nesse recorte, devemos ainda levar em conta, segundo Milton Santos (1926-2001), o momento peculiar em que além da cidade ter se aproximado do global, também:

a economia se tornou mundializada, adotando um único modelo técnico, a natureza se viu unificada. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação de riquezas, a distribuição de mercadorias (SANTOS, 2006, p.4).

A globalização empurrou o Estado-nação para um esvaziamento progressivo, redundando na aprovação de desregulamentações e na crescente vaga de desemprego de trabalhadores em larga escala (HOBSBAWM, 1999, p. 404). A globalização foi impulsionada pelas decisões emanadas do “consenso de Washington”, o surgimento de um mercado global de capitais, o enfraquecimento do estado, a desregulamentação e a privatização (CASTELLS, 2000, p.53). Incrementando as relações de impessoalidade e de resultados obtidos a todo custo, resultaram em desemprego, expulsões e passou a desprezar abertamente as experiências sociais acumuladas desde a eclosão da dupla revolução (HOBSBAWM, 1999, p.286). Para

Ultramar e Duarte, cidades globais seriam aquelas que, como assinalou Sassen, integram os fluxos e os nós dominantes na escala da produção contemporânea. Elas são dotadas de elementos que as tornam indispensáveis para o processo.<sup>3</sup> No entanto todas as demais cidades, grandes ou pequenas sem exceção, se tornam “globalizadas”. E os autores explicam que elas “na Globalização abrangem, virtualmente, todas as cidades, não importando sua dimensão, ou mesmo a importância ou fragilidade de sua base econômica” (ULTRAMARI; DUARTE, 2007, p. 2).

No entanto, algumas delas, citadas por Sassen como peças chave na engrenagem que desencadeou a globalização, Nova York, Londres, Tóquio, possuíam um acelerador (SASSEN, 2001, p. 172). Nelas, elementos chaves do plano renovador encontravam-se em andamento o que levou as outras a aspirarem, por meio de seus atores e gestores, aplicar o projeto de renovação urbana, assegurando sua inserção no mundo por meio da competição<sup>4</sup>. Essas soluções se tornam um poderoso agente de ordenação territorial e de reconfiguração de suas esferas de produção, privilegiando a beleza de suas antigas construções e velhos logradouros. Planos bem sucedidos reformaram os *water fronts* e áreas industriais degradadas de Filadélfia, Baltimore e Boston nos EUA (GANAU, 2007). Londres e o espetacular processo de Barcelona e, em menor escala de Bilbao na Europa<sup>5</sup>. Mas não apenas estas! Devemos listar um interminável rol de cidades europeias e mundiais onde se recupera sua história e sua identidade ou mantendo ou fabricando celebrações. A capital da febricitante Coreia, tigre capitalista da Ásia foi recentemente laureada pela UNESCO e outras organizações por seu bem sucedido empenho em recuperar sua identidade nacional através do seu passado material. A recuperação de monumentos antigos e sua integração nas malhas moderna da cidade permitiu inclusive iluminar o próprio urbanismo coreano tradicional.

Ou como escreveu Sharon Hong: “once hidden in the Rubble of the frantic modernization”, cujo resultado é “a complex and hybrid landscape, where, “modernism” and “tradition” find harmony instead of being in opposition”(HONG, 2013, p. 28).

No entanto o êxito discutível de alguns dos resultados desses planos demonstra a fragilidade da equação, pois a presença de setores populares no debate era imprescindível. Os planos estratégicos incluem uma ampla campanha de convencimento da população e da opinião pública, destinada a dar suporte às mudanças necessárias. A necessidade de tornar a cidade mais segura e ordenada para atrair investimentos internacionais, leva à produção de campanhas publicitárias. Nelas as relações como o imaginário são ressaltadas, ao mesmo tempo em que se recupera espaços patrimoniais no sentido de embelezar a cidade e inseri-la na normatização modelar do *city-marketing*. Nesse sentido, o *city-marketing* desenvolvido com sentido nos eventos que se espera que a cidade sedie, como ao Campeonato Mundial de Futebol em 2014, e as Olimpíadas de 2016 promove a cidade do Rio de Janeiro e a espetaculariza ao mesmo tempo em que institui o debate, ou o campo de batalha entre os diversos setores desde o sistemas de transporte até os grupos imobiliários, que veem na cidade cada vez mais um atraente mercadoria<sup>6</sup>.

Giulio Carlo Argan afirma que o valor estético de uma cidade está vinculado a seu valor como espaço visual. Nela, as artes como sistemas simbólicos e de representação dispõem do ambiente ideal para cumprir suas funções (ARGAN, 1998, p. 231). Podemos então considerar a cidade como uma obra de arte coletiva e aberta, edificada com planejamento ou sem ele, catalisando os sentimentos organizacionais do espaço, do território que transformasse o imaginário na solidez dos objetos e serem, como afirma Nora, ser

à base da memória que só se enraizar no concreto. Por outro lado, ainda para o ex-prefeito de Roma, não admira que as nossas noções de espaço e tempo sejam tão alicerçadas pela cidade já que vivemos nela a maior parte de nossas existências (ARGAN, 1998, p. 232). Corroborando este ponto de vista, alguns pensadores asseguram que nove décimos da existência de um indivíduo decorrem na cidade. Assim sendo, as imagens resultantes, sejam visuais, auditivas ou olfativas, se enraízam fortemente em nossas memórias. Portanto, memória e imaginação agem em conjunto, tecendo e compondo nossos acervos de imagens do urbano e do território sob a forma de representações. Estas são produzidas no campo das artes e rebatem a questão da identidade individual no coletivo urbano.

Esta questão é alimentada por Balibar, um estudioso da Paris multicultural e dos conflitos, que considera a identidade uma noção ampla e abstrata quase metafísica, adquirindo uma face concreta se colocada em relação com a de pertencimento (BALIBAR, 1998, *passim*). Claude Raffestin considera que o território é o espaço transformado pelo trabalho e pelo imaginário humano, resultando numa imagem. Quem que fitou uma vez os elementos visuais de um trecho do território, juntamente com elementos nascidos de sua introspecção não sentiu uma emoção particular? Quem não desejou fixar em sua memória uma peculiaridade do envólucro espaço-temporal da cidade que tinha diante de si? (RAFFESTIN, 2002, p. 9). O envólucro era concretizado nas imagens e, como escreveu Baudrillard, é justamente “o poder homicida da imagem (quem) assassina o real” (Idem, 2002, p. 13).

Uma cidade está inserida num trecho da natureza, ambiente natural e ambiental composto por elementos biológicos. Esse ambiente ao ser modificado pela ação humana, pela cultura material

humana, ele se tornará paisagem (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 130). Nesse caso, um território agrário é uma função eminentemente gerada pela cultura. Talvez por isso é que a apreensão do território se dê mediante uma via de mão dupla: por seu aspecto físico e por sua função simbólica. Esse envólucro temporal, mais uma vez, se deixa perceber por meio de imagens fixadoras cuja representação e percepção ocorrem por meio dos referenciais cognitivos e simbólicos. No passado talvez a cidade com suas assimetrias de poder e de hierarquia produtiva, contribuisse para embrutecer a população componesa circunvizinha (CASTRO et al., 2003).

### **3. Cidade e território significado e comunicação**

As cidades na longa duração desempenharam um papel importante na definição e categorização do território; associadas aos domínios da significação e da representação como construção social. As cidades são artefatos culturais e, como tal, públicos, pois, recordando C. Geertz, a cultura é pública porque sua significação o é (GEERTZ, 2001). A comunicação social teve na cidade, como um processo de longa duração, espaço essencial de ação e construção do real. E nesse ponto, poucos campos de saber são tão sensíveis à tecnologia e seus avanços e conquistas quanto à comunicação social. Ela se compromete com a vanguarda técnica, com o descarte da modernidade, da superação da modernidade. Nas sociedades de economia capitalista avançada surgiram os *mass-media*, em especial os norte-americanos.

Seu início se deu nos finais da primeira guerra mundial com a consolidação da sociedade de massa e de mecanismos de controle desta massa social. O poder, segundo Barbero, sentiu a necessidade de homogeneizar os processos comunicacionais, buscando reforçar o consenso

em torno do conflito. “Nesse momento se pode falar dos sistemas de gestão que implicam no controle efetivo dos meios, ou seja, da fusão da força econômica e do controle da informação, fabricação de imagens, chegando a ser a nova quintessência do poder nacional e internacional” (BARBERO, 1997, p. 53).

Michel de Certeau conceitua cidade e território nos domínios da representação, sendo a cidade lida, conhecida e representada como o domínio cognitivo do espaço e do território. A esse processo ele denomina de prática. A cidade é um espaço onde o poder pode ser exercido por meio de uma hegemonia representacional. Para isso ele emprega um sintagma que é uma linguagem composta por uma ordenação produzida por práticas cifradas, informacionais, gráficas. Os seus resultados são relatórios, tabelas, gráficos, censos, IPTU, planos de alinhamento, cadastros etc. Esse saber é legitimado, além disso, como um capital social e permanece guardado e é empregado pelo poder.

Ele vai além dessa tecnicidade superficial e explana a arma que é o conceito de “cidade”, as aspas são dele, que se aplica por intermédio do aparato discursivo utópico e urbanístico e que envolve três objetivos. O perímetro seria a criação de um “espaço próprio” onde a racionalidade abafa se não elimina as “poluições físicas, materiais ou políticas” que poderiam comprometê-la ou criar embaraços. Em seguida à produção de um cronotopo sem tempo, ou um sistema sincrônico destinado a aplainar as “resistências inapreensíveis e teimosas das tradições.” São formas de deshistoricizar a história, de criar “lapsos de visibilidade” ou ainda de tornar a história opaca. Finalmente, a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade como propõe o modernismo corbusiano, criando uma lógica exclusiva e racional impondo um funcionamento estrito, excluindo a riqueza das relações sociais.<sup>7</sup>

Por outro lado, Certeau fala do saber, da imaginação e afetividade de que são dotados os cidadãos comuns, os usuários da cidade. Ao denominá-los de praticantes, nosso filósofo atribui a esses indivíduos o dom de exercer uma mudança de sentido e mudança espacial sobre o território da cidade. Dotados de uma prática astuciosa, que lhes permite exercer “a fala dos passos perdidos”, ou seja o caminhar na cidade está para o sistema urbano como a enunciação (o *speech act*) está para a língua ou os enunciados preferidos. Caminhar permite enunciar, apropriar-se, realizar, relacionar-se. A metáfora tem o condão, nos assegura Certeau, de atravessar e conectar lugares, de organizá-los. “São percursos de espaços.” Desta forma, o que se denomina de estruturas narrativas, adquirem o valor de “sintaxes espaciais”. E teremos igualmente sintaxes territoriais. Elas de certa maneira se refletem na noção de identidade do habitante. Para Balibar, identidade parece corresponder a um sentimento de pertencimento a um território e a uma cidade. Ela é uma forma de reportar a si mesmo aos demais, pois não existe identidade para um indivíduo isolado e sim como forma de se reconhecer enquanto integrante de uma comunidade, integrando um território físico e imaginário (BALIBAR, 1998, p. 114).

No campo teórico da produção dos mapas mentais e da representação o notório caso de Kevin Lynch, cuja obra datada de 1960 definiu a legibilidade da cidade ou seja, a facilidade com que as diferentes partes da cidade podem ser apreendidas ou lidas, porque são contínuas e organizadas segundo um esquema coerente. A capacidade de leitura ou de legibilidade é, segundo Roncayolo, não a percepção individualizada de Lynch, mas dentro de uma etno-história. Ou, ainda, uma crítica de ideologia, uma vez que ela reflete os comportamentos dos grupos sociais e da maneira como recebem e transmitem, sendo a cidade uma fábrica de aprendizagens e de atos sociais como a representação (RONCAYOLO, 1997, p. 177).

#### 4. Cidade, história, sentido, representação

A cidade é dotada de uma história. Nos processos da longa duração, ela nasce, cresce, se consolida e desaparece em função da descartabilidade da vida humana, da ação do processo histórico e das forças sociais, dos conflitos políticos, dos conflitos sociais, das batalhas da técnica e das tecnologias. Com frequência suas celebrações reinstauram, celebram, dão forma a esta identidade. Uma cidade tem caráter contextual que reflete, em sua territorialidade, a formação social, o processo histórico e o território no ciberespaço. Se levamos em conta a assertiva de Rank, admitimos a indissolubilidade do mundo material e do ciber território levando a dimensão simbólica das cidades e de sua cultura a refletir as miragens das conexões (RENK, 2002, p. 59). Pensamos igualmente em considerar a cidade como um espaço-território, um lugar repleto de sentidos e trabalhado e modificado pelo esforço humano e para os homens (RAFFESTIN; CRIVELLI, 1992, p. 221).

Se a cidade hoje pode ser representada desde uma imagem dessas conexões em redes, historicamente ela foi abrigo, proteção, refúgio, comunicação, cenário da política e plataforma de cultura (ARGAN, 1998, p. 235). Pensar a cidade envolve não apenas a reflexão, mas igualmente a experiência, habilidades e sentimentos. A cidade foi uma poderosa ferramenta dos homens para viver coletivamente, para enriquecer, ela serve para alterar drasticamente o ambiente circundante e, finalmente, o ambiente urbano. A produção das artes se torna uma produção diversificada e tecnicamente flexível como integrante de seu sistema de símbolos.

Os sistemas simbólicos na conceitualização de Pierre Bourdieu são instrumentos de conhecimento e de comunicação, e que exercem “um poder estruturante” porque são estruturados. Esse poder permite construir a realidade que tenta estabele-

cer uma ordem gnosiológica, na direção de Durkheim ao determinar o conformismo lógico onde, agente e emissores estabelecem a concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa do número e torna possível uma espécie de acordo consensual. Ou seja, a representação se torna um campo de batalha simbólico e a representação da cidade se passa dessa forma como uma forma de poder simbólico (BOURDIEU, 1989, p.10 e 11).

#### 5. Cidade, território, cultura e identidade

O Rio de Janeiro deverá receber em 2014 e 2016 dois mega eventos nos quais se travou intenso debate a respeito de sua real eficácia. O resultado espetacular (no sentido debordiano do termo) do Pan Americano de 2007 demonstrou uma esteira de frustração e ambiguidade quando aos resultados. Embora tenha promovido uma discussão sobre os problemas da cidade o grande vencedor parece ter sido o setor imobiliário (MASCARENHAS, 2007, p.15). Essa quebra de confiança levanta uma suspeita inicial sobre o propalado “legado” da Copa de futebol e da Olimpíada para que não seja consolidado o modelo que para Mascarenhas é “excludente e segregador”. Como o ocorreu com outras cidades que abrigaram eventos bem sucedidos, não se pode parar nesses eventos de massa. Mas construir uma estrutura de eventos, espetáculos e celebrações baseados na própria história da cidade, na cultura que ela abriga. Mas não se deter apenas no Carnaval, já comercializado em excesso. Debateremos neste tópico a necessidade de explorar outras modalidades de celebração que possam contribuir para consolidar a identidade e a especificidade do Rio de Janeiro.

Minha ênfase na questão contexto é apenas exploratório sendo ele importante até porque, para o debate da cidade, deve-se pensar com as disciplinas das ciências sócias como fenômenos sociais embebi-

dos no contexto. Que contexto instrumentaria nosso debate? Como explica Kazupov, pode definir-se como um conjunto de alternativas compostas por restrições e habilitações cujos resultados podem levar os atores individuais ou coletividades a optarem estrategicamente por determinadas ações. O contexto implica na realização de um exercício de classificação do real em diferentes direções. Diferentes níveis de abstração podem se transformar em contextos para outros atores. O mesmo é verdadeiro para diferentes níveis territoriais e temporais. Dessa forma a entidade que denominamos estado nação e suas regiões são contextos para uma cidade como o Rio. Assim como o passado é o contexto para o presente (KAZUPOV, 2005, p. 6).

A importância da cidade no mundo todo como polo produtor e consumidor de cultura tem crescido substancialmente. A cultura se tornou o “petróleo” limpo de inúmeros países, sendo que suas cidades têm sido capazes de sediar de maneira completa eventos de natureza cultural imbricados com sua revitalização.

No Rio de Janeiro um processo de recomposição urbana certamente desencadearia um efeito favorável aumentando a sociabilidade e o autorrespeito urbano dos praticantes da cidade do Rio. Ampliando o emprego num surto multiplicador de oportunidades. Cidade conhecida como de extrema sociabilidade e boa disposição para com o outro, essas relações sociais embora tenham sido solapadas nas últimas décadas parecem ter voltado apenas das mazelas urbanas. É de se pensar se uma reconfiguração adequada do espaço da cidade não será capaz de trazer esses paradigmas novamente? Num artigo datado de 1993, Carr e outros autores recuperam o debate do urbano desde a polis grega:

in a well-designed and well-managed public space, the armor of daily life can be partially removed, allowing us to see

others as whole people. Seeing people different from oneself responding to the same setting in similar ways creates a temporary bond (1993, p. 334).

Inúmeros filósofos e pensadores têm acentuado a importância de uma cidade planejada ou, ao menos, bem ordenada, para acentuar o *link* existente entre o espaço público, a cultura cívica e a democracia política. Um espaço público, se organizado adequadamente às necessidades públicas, oferece lastro potencial para o desenvolvimento da comunicação social por nos permitir o potencial para a comunhão social, permitindo-nos elevar o olhar da rotina diária, e, como resultado, aumentar a nossa disposição e tolerância para com o outro (AMIN, 2008, p. 2).

Greg e Palmer assinalam que uma cidade que sinta desejo em se desenvolver na globalização terá de resistir ao impulso de permanecer estagnada. Como a nova gestão pactuada empurra a cidade para a competição criando resultados às vezes perversos, constitui um desafio supremo para a cidadania onde a sociabilidade e o desejo de preservar coletividades terá de superar o desejo de competir e vencer à qualquer preço. A cidade deve então procurar na sua própria história e espaços de sua história, como fazem os coreanos, energias criativas e mobilizar talentos, re-presentar seu presente, projetar seu futuro mediante a revalorização do passado.

As intensas pressões da globalização e da especulação territorial e de reestruturação econômica na busca de consolidar novas identidades urbanas cívicas empregam “estabelecimentos culturais e recursos culturais em uma tentativa de tornar-se distinta regenerando a fábrica urbana e criando novas matrizes de prosperidade social, econômica, cultural e política (GREG; PALMER, 2012, p. 2). Assim sendo a criação, a recepção e a promoção de eventos como festivais, shows,



exposições, celebrações, e campeonatos tornaram-se uma componente crítica do desenvolvimento estratégico urbano pelo mundo todo. Nenhuma cidade acredita ser tão pequena ou tão complexa que não possa ingressar na arena do planejamento e produzir eventos.

Algumas ingressaram num processo de “festivalização” competindo como Melbourne, Seul e Hong Kong para se apresentarem como as cidades dos eventos mundiais. Cada vez mais eventos culturais têm se tornado centrais no processo de revitalização e desenvolvimento urbano, e a produção cultural torna-se um essencial elemento da economia urbana e o consumo cultural pode ser dominante nas margens da cidade. Como assinala Strom, não se trata apenas de mega eventos ou de chamar arquitetos para construir (e cuja assinatura é um ícone). É mais do que isso, é investir na criação de uma atmosfera animada e um senso de lugar. Eventos tornam uma cidade *phashionable* e um lugar gostoso de se estar e viver.

Cidades na longa duração mantiveram ou perderam seus eventos tradicionais. Algumas como Londres (se não a própria Inglaterra) se obstinam em manter uma profusão delas. O Rio perdeu a maior das grandes celebrações coletivas a exceção do carnaval. Alguns dos rituais integravam o que Bourdieu denomina Capital simbólico objetivado, e destinava-se a reforçar as disposições rituais do poder, como a antiga “festa das canoas” celebrada desde a fundação da cidade, em 1567, mas esquecida nos finais do século XVII (ALVAREZ, 2000, p. 42). Alguns desses eventos na longa duração, ou herdados de tempos imemoriais ou ainda fabricados, tiveram de se adequar às novas normas do planejamento e desenho da cidade.

Para Therborn, essas celebrações possuem uma função de identidade nacional através de herança nacional partilha-

da (THERBORN, 2003, p. 35). As cidades devem criar espetáculos e eventos baseados em sua própria história, como a cidade de Leiden, na Holanda que comemora religiosamente a festa dos pães rememorando quando derrotaram os espanhóis em 1574. A constante ampliação da política dos eventos nos anos 1960, 1970 e 1980 pelo mundo, compeliu as cidades a uma mudança administrativa criada para licitar e gerir recursos, espaços e edificações dos calendários de eventos.

### Palavras finais

As cidades ingressam no século XXI com a potência arrasadora de um cataclismo condenando a humanidade a ser totalmente urbana ao término do século XXI se as “expectativas não se reverterem”. Como bem assinala Harvey, as cidades desde a década de 1960 têm se esforçado por se ajustar-se às complexidades da nova economia e do empresariamento urbano, gestão urbana e dos empoderamentos. A cidade moderna sofreu os efeitos perversos da extrema redução da ajuda recebida por parte dos poderes centrais; nos EUA ela foi causada pelo colapso do comunismo na Europa oriental; enquanto isso, no resto do mundo, e em especial na América Latina, vigoram os efeitos perversos da pauperização do estado e da instabilidade política nos anos 1990 (HARVEY, 1989, p. 364-365). Os desafios são inclusive de gestão, que devem deixar os paradigmas anteriores vindos do século XIX e criar novos pactos, novos processos. A cidade deve comprometer-se cada vez mais com a produção e o consumo cultural. Uma cidade de eventos e intensa vida cívica, econômica e social como Rotterdam, desenvolveu estruturas administrativas conectadas com a expansão da produção e consumo cultural. Os processos de gentrificação e de especulação do solo urbano atraem residentes abastados ao centro das cidades de inúmeros países do mundo enquanto que, no Rio

de Janeiro, há uma proibição legal de abrigar que deve ser suspensa urgentemente<sup>8</sup>.

A cidade do Rio de Janeiro tem diante de si dois desafios aos quais cabe vencer com inteligência e desprendimento. A Copa do mundo e a Olimpíada podem sepultar de vez nossas esperanças diante da posse do nosso aparato gestor por segmentos, por entidades não representativas, por aventureiros. Ao lado de um grande crescimento de novas maneiras de gerir a cultura, novas estratégias elaboradas na parceria entre o poder público, ONGs, comunidades e empresas; surgem em nossas periferias novos espaços e políticas culturais como as dezenas de TCC realizados pelos alunos do Curso de Produção Cultural da UFF bem demonstram. Precisamos, porém, ver a cidade como um todo e não como nosso terreno de caça empresarial ou ideológico.

O fugaz debate sobre o viaduto que obscurece e nubla o centro do Rio dá uma amostra. Os que se posicionam contra a demolição parecem esquecer que um viaduto que facilita suas vidas é uma nódoa a ser removida. Talvez as autoridades municipais cariocas, mais preocupadas em “responder à altura” enveredassem por postura mais esclarecedora e didática publicando uma extensa matéria sobre a cidade de Boston. Essa campeã dos engarrafamentos nos EUA, nessa América movida a automóveis, nos anos 1996 levou sua população e autoridades municipais a debater e implementar um conjunto de decisões que desembocaram no projeto denominado The Big Dig. Todos os viadutos que a cobriam foram demolidos e transformados em túneis. Aperfeiçoou seu sistema de transporte público e o tornou ainda mais eficaz (Verbete da Wikipedia). Boston hoje é uma das cidades dos EUA com melhores índices de qualidade de vida. Arejada, limpa e bonita. E é uma cidade bem mais nova do que o Rio de Janeiro com seus quase quinhentos anos de vida.

#### Bibliografia:

ALVAREZ, J. M. S. Muita gente junta na praça. Traçados urbanos e arquiteturas no Rio de Janeiro colonial (1565-1713). Tese de doutoramento elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, orientada pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lana Lage da Gama Lima em 1º de janeiro de 2000.

AMIN, Ash. Collective culture and urban public space. City, vol. 12, nº. 1, abril 2008. ISSN 1360-4813 print/ISSN 1470-3629 online/08/010005-20 © 2008 Taylor&FrancisDOI:10.1080/13604810801933495. Acesso em 05/12/2012

ARANTES, O. ; VAINER, C. ;MARICATO, E. Cidade do pensamento único. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como história da Cidade. 4a ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Dinheiro, poder, as origens do nosso tempo. São Paulo: Contraponto ; Editora Unesp, 2000.

BALIBAR, Étienne. Droit de Cite. Culture et politique em démocratie. Paris: L’Aube, 1998.

BARBERO, J. Martin. Travessias latino-americanas da comunicação da Cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BAUDILLARD, Jean. Screened out. London: Verso, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

BELL, Daniel. The cultural contradictions of the capitalism. Pennsylvania University States, Torch Books, 1978.

BORJA, Jordi ; CASTELLS, Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. 6ª edición. Madrid: Santillana ediciones, 2001.

BOYLE, Kevin. The ruins of Detroit: exploring the urban crisis, in the motor city. In: Michigan historic Review, Spring, 2001.

CASTELLS, Manuel. Informational technology and global capitalism. In: GIDDENS, Anthony ; HUTTON, Will. Global Capitalism. New York: The New Press, 2000.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. vol. I. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO MARTINEZ, Pedro V. et al. Que és una ciudad? Aportaciones para su definición, desde la prehistoria. In: Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B.21.741-98, vol.VII, 146 (010), 1 de agosto de 2003.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Uma arte do fazer. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHELENBOURG, Christian ; MEITINGER, Serge (org.). Écritures de la ville. Paris: Éditions Kime, 2006.

DUARTE, Fábio ; ULTRAMARI, Clovis. Inflexões urbanas e cidades globais: evidências e hierarquias (1). In: Arqutextos, Vitruvius, Ano 8 Novembro de 2007.

DUBY, G. ; LARDREAU, G. Diálogos sobre a Nova História. Lisboa: D. Quixote, 1989.

FERREIRA, Álvaro. O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: os atores sociais e a produção do espaço urbano. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (31). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-31.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

FURQUIN, Evelyn ; MALEQUE, Miria Roseira. Espaço e Cidade. Conceitos e leituras. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007.

GANAU, Joan. El papel de la cultura em el cambio econômico y La promoción de ciudades. El caso de Philadelphia. In: Scripta Nova, Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona vol. IX, numero 245, 1 de agosto de 2007.

GREG Richards ; PALMER, Robert. Eventful cities. Routledge, 2012.

HALL, Stuart ; JEFFERSON, Tony. 2006. Resistance through rituals, youth subcultures in post-war Britain. Routledge, 2012.

HARVEY, David. The urban experience. John Hopkins University Press, 1989,

HONG, Sharon. Seoul, a Korean Capital. In: PERE-

RA, Nihal ; WING, Sing-Tang. Transforming Asian cities, intellectual impasse, asianizing space and emerging translocalities. Abingdon: Routledge, 2013.

KAZUPOV, Y. Cities of Europe: Changing contexts, local arrangement and the challenge to urban cohesion. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Livraria Martins Fontes, SD.

MASCARENHAS, Jorge. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos - 2007. In: Scripta Nova Revista Electrónica de Geographia y Ciências Sociales, Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. XI, núm. 245 (13), 1 de agosto de 2007. [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] Número extraordinario dedicado al IX Coloquio de Geocritica.

MILLESPOUGH, Martin L. Waterfronts as catalysts for city renewal. In: MARSHALL, Richard. Waterfronts in Post Industrial Cities. London: Spoon Press, 2001.

PINTO, Georges José. Planejamento estratégico e city marketing: a nova face das cidades no final do século XX. In: Revista Caminhos de Geografia, V. 2, julho de 2001, disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/issue/view/736>

RAFFESTIN, Claude ; CRIVELLI, M. Ruggero. Blanche Neige et les Sept Nains ou la transformation des Alpes en patrimoine commun. In: Revue de géographie alpine. 1992, Tome 80 N°4. pp. 213-227.

RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris: Folio Essais, 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec 1994.

SASSEN, Saskia. The global city. 2ª Edition. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SOMEKH, Nadia ; CAMPOS, Candido Malta Neto. Desenvolvimento local e projetos urbanos (rodapé p. 10) In: Revista Vitruvius, Arqutextos, abril 2005. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/05.059/470>.

THERBORN, G. Dimensions and Processes of Global Inequalities, paper presented at the XV Congress of Sociology. Brisbane, July, 2002, p. 8-13.

Fontes:

- Jornal O Globo, dia 28/06/2012.

- *State of World Population 2007 - unleashing the potential of urban growth*, divulgado pelo Fundo da População da ONU (UNFPA).

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e da Pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.44.

<sup>3</sup> Duarte e Ultramari, 2007, “Os parâmetros usados pelos principais analistas das Cidades Globais são: presença dos principais bancos internacionais, empresas de serviços financeiros, empresas de publicidade, e sedes de corporações internacionais. Esses quatro parâmetros parecem buscar um dado de difícil mensuração, que é o volume financeiro ligado ao mercado global que circula entre as cidades. Porém, eles são mais ricos do que o dado bruto do fluxo financeiro, pois refletem uma dinâmica socioeconômica urbana mais ampla, envolvendo diferentes áreas de atuação do mercado global”.

<sup>4</sup> Somekh & Campos, 2005, “Nesses projetos, o risco de potencializar os efeitos excludentes da urbanização contemporânea, que caracteriza os grandes projetos urbanos estratégicos das últimas duas décadas, coloca em questão a capacidade e as limitações do poder local no quadro da globalização. Soluções efetivas para os problemas urbanos dependem hoje do envolvimento dos atores locais, da sociedade civil e de diversas esferas governamentais, na busca de novas formas de gestão e da capacidade de governança”.

<sup>5</sup> Idem, Entre as jogadas estratégicas adotadas pelos governos locais, logo se destacaram os projetos de renovação urbana. Grandes portos, como Boston, Baltimore, Gênova, Barcelona, Dunquerque e Rotterdam, que assistiram ao esvaziamento de antigas instalações portuárias situadas em zonas relativamente privilegia-

das, estavam entre as primeiras cidades a vislumbrar o potencial urbanístico e imobiliário dessas áreas. O mesmo ocorreu em metrópoles globais como Londres, Nova York e Buenos Aires. A visão estratégica salientou a possibilidade de aproveitar essas oportunidades de renovação para a implementação de projetos que combinassem atratividade para eventuais investidores, alta visibilidade e atividades afinadas com tendências econômicas emergentes, concentradas no setor terciário e nos serviços especializados – escritórios, lazer, turismo, gastronomia, esporte, alta tecnologia e assim por diante.

<sup>6</sup> Ferreira, 2010, “Para a implementação desses projetos, o city marketing cumpre importante papel, pois como lembra o geógrafo Georges José Pinto (2001, p. 21), “é uma promoção da cidade que objetiva atingir os seus próprios habitantes bem como os possíveis e eventuais investidores, que busca a construção de uma nova imagem de cidade, dotada de um forte impacto social”. Trata-se da espetacularização da cidade e para tanto, projetos com nomes impactantes são importantes: Favela-Bairro, Rio-Cidade e Porto Maravilha são exemplos para o caso do Rio de Janeiro. Certamente, por trás desses projetos há articulações de diversos grupos econômicos, visto que as transformações nas cidades envolvem atores sociais ligados aos setores imobiliário, de transportes, de turismo, de construtoras e de prestadoras de serviços de modo geral. Por tudo isso, o Rio de Janeiro tem se tornado cada vez mais uma mercadoria, um objeto a ser negociado em um mercado competitivo, o que autoriza o professor de planejamento urbano e regional Carlos Vainer (2000) a afirmar que houve uma transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano”.

<sup>7</sup> Citado por G. Rodriguez: 2005, “Esta clasificación es, a decir verdad, un programa de urbanismo. Su objetivación en la práctica significa comenzar a depurar las grandes ciudades. ... Porque éstas se encuentran a causa de su crecimiento precipitado, en medio del más espantoso caos: todo se confunde en ellas. ... Esta clasificación ... invita a unas medidas de orden ...” (Le Corbusier, recogido de “El arte decorativo...”, cit. en Choay 1983, p. 289/290).

<sup>8</sup> Achamos excelente, clara e apropriada a definição elaboradas por Evelyn Furquim e Maleque em seu livro Espaço e cidade. Na página P.30 se lê que gentrificação numa cidade corresponde “a definição de fronteiras de classe por meio da intervenção espacial”.

Contato:  
- [saldanhaalvarez@hotmail.com](mailto:saldanhaalvarez@hotmail.com)

## Trânsitos, trajetos e circulação dos jovens na cidade

### Tráficos, trayectos y circulación de los jóvenes en la ciudad

### Transits, paths and circulation of young people in the city

Livia De Tommasi<sup>1</sup>

#### Palavras chave:

Jovens

Cidade

Culturas juvenis

#### Resumo:

O texto se propõe esboçar um olhar sobre a temática da juventude que supere as representações dicotômicas (jovens problema – jovens solução, jovens apáticos - jovens protagonistas, jovens estudantes - jovens trabalhadores) e a separação dos tempos do cotidiano em objetos de estudo estanques. No lugar das leituras que separam, encaixam, isolam, classificam, a análise propõe indagar vivências e experiências em movimento, acompanhando os trânsitos, os cruzamentos de fronteiras, a circulação entre os espaços e os tempos, tendo a cidade como lugar da experiência e da experimentação. No cenário da cidade, circuitos e curto-circuitos das vivências juvenis interrogam as categorias de análise colocando a necessidade de uma mudança do olhar que procure, ao mesmo tempo, captar e figurar as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram nos últimos decênios.

**Resumen:**

El texto se propone esbozar una mirada sobre la temática de la juventud que supere las representaciones dicotómicas (jóvenes problema – jóvenes solución, jóvenes apáticos – jóvenes protagonistas, jóvenes estudiantes – jóvenes trabajadores) y la separación de los tiempos del cotidiano en objetos de estudio estancados. En lugar de lecturas que separan, encajan, aíslan, clasifican, el análisis propone indagar vivencias y experiencias en movimiento, acompañando los tráficos, los cruces de fronteras, la circulación entre los espacios y los tiempos, teniendo la ciudad como lugar de la experiencia y de la experimentación. En el escenario de la ciudad, circuitos y cortocircuitos de las vivencias juveniles interrogan las categorías de análisis, exponiendo la necesidad de un cambio de mirada que busque, al mismo tiempo, captar y figurar los cambios sociales, económicos y culturales que ocurrieron en los últimos decenios.

**Palabras clave:**

Jóvenes  
Ciudad  
Culturas juveniles

**Keywords:**

Young people  
City  
Young cultures

**Abstract:**

The text proposes sketching a view on the theme of youth that overcomes the dichotomous representations (problematic youth – solution youth, apathetic youth – young protagonists, young students – young workers) and the division of the daily times in still study objects. Instead of the readings that separate, frame, isolate and classify, the analysis proposes to inquire experiences in movement, following the transits, the border crossings, the circulation between the spaces and times, considering the city as the place of experience and experimentation. In the urban scenery, circuits and short-circuits of the young experiences interrogate the categories of analysis, bringing up the need of a change of view that, simultaneously, seeks to capture and portray the social, economic and cultural changes that have occurred in the last decades.

## Trânsitos, trajetos e circulação dos jovens na cidade

Durante as manifestações contra o G-8 em Genova, em 2001, um jovem, Carlo Giuliani, foi morto pela polícia. A mídia tentou logo etiquetá-lo como: jovem drogado, morador de rua, anarquista, frequentador de grupos de igreja etc. Carlo era tudo isso e mais um pouco, frequentava os círculos anarquistas e a igreja onde ia jogar totó, os amigos 'punk a bestia' que moravam na rua, os bares do centro onde compartilhava suas poesias e tomava metadone para se desintoxicar da heroína. Finalmente, seus amigos permitiram colocar em cima do féretro, no dia do enterro, somente a bandeira da "Roma", seu time de futebol.

Circulação, attraversamenti, cruzamentos das fronteiras, encontros das esquinas ... desterritorialização, quebra das molduras ... superação do pensamento binário ... fluxo ... nomadismo.

É a partir de um fato, ou melhor, de um acontecimento, da tentativa de entender o significado de um gesto, que se desvelam outras possibilidades de nomear, de colocar em foco as vivências juvenis.

Falando de jovens parece ter se tornado "natural" ficar amarrados às representações binárias: jovens problema-jovens solução; jovens violentos-jovens rebeldes; jovens apáticos-jovens protagonistas. Ou, também, jovens estudantes-jovens trabalhadores; jovens de projeto-jovens em conflito com a lei. Fugir dessas representações é, portanto, tarefa obrigatória da reflexão crítica.

Os tempos do cotidiano juvenil são descritos geralmente como tempos sepa-

rados: há o tempo do trabalho, o tempo do lazer, o tempo do estudo, o tempo dos amigos, o tempo da militância, o tempo da família, o tempo do namoro. Essas fronteiras circunscrevem, também, os objetos de estudo. Assim, analisa-se a relação dos jovens com a escola, ou o envolvimento com a violência, ou as problemáticas dos jovens trabalhadores, ou as formas de expressão juvenis.

Os tradicionais estudos sobre a transição para a vida adulta focalizam também somente alguns eventos das biografias: a saída da escola, o ingresso no mercado de trabalho, a formação da família própria; mesmo assim, mostram como esses eventos deixaram de ser definitivos, contíguos e progressivos (Camarano, 2006).

No lugar dessas leituras que separam, encaixam, isolam, classificam, esse texto propõe esboçar uma análise para indagar vivências e experiências em movimento, acompanhando os trânsitos, os cruzamentos de fronteiras, a circulação entre os espaços e os tempos, tendo a cidade como cenário e lugar da experiência e da experimentação<sup>2</sup>.

O cenário da cidade emerge com força como lugar das vivências juvenis, colocando a necessidade de uma mudança do olhar: não mais o local como território estanque, e sim a circulação e o deslocamento entre diferentes espaços, entre centro e periferia, entre múltiplas experiências, vivências, sociabilidades (Magnani; Souza, 2007), prismas identitários; não mais a contraposição entre violência, criminalidade, ilegalidade por um lado, e "normalidade", legalidade e "boa conduta" pelo outro, e sim um território poroso onde as indeterminações (Oliveira, 2007), as ambivalências (Bauman, 1999), os trânsitos entre legal e ilegal, lícito e ilícito, constituem as experiências cotidianas da juventude moradora das periferias (Telles; Cabanes, 2006); não mais a separação

entre tempos (tempo do lazer, tempo do trabalho, tempo da formação, tempo da política) e espaços (centro e periferia, local e global, próximo e distante) e sim a circulação, o vai e vem, o atravessamento dos confins, o imbricamento das experiências (Tommasi, 2007a).

Introduzindo a dimensão da cidade na análise da condição juvenil é possível captar e figurar as mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas nos últimos decênios, consequências da regulação neoliberal, da globalização, da financeirização da economia, da revolução tecnológica. Ou seja, falar de juventude é também falar de seu entorno, dos territórios e dos tempos em que os jovens se movimentam. Do espaço urbano e de suas idiosincrasias.

Observando desse ângulo, do ângulo da cidade, é possível perceber de forma mais clara o entrelaçamento das diferentes dimensões da vida dos jovens, e também a necessidade de construir novas categorias analíticas, utilizar novas palavras, novas figuras do discurso, para nomear os acontecimentos do presente: fluxo, trajetória, trama, mobilidade, nomadismo, nos ajudam mais a entender o mundo de hoje do que as categorias fixas, as separações e divisões, as classificações e o fechamento em “caixinhas” identitárias.

## Circuitos

O espaço urbano é o espaço da pobreza, do desemprego, da precariedade, da violência. E é também o espaço das oportunidades, da circulação entre mundos diferentes, dos contrastes entre o hipermoderno e o atraso, a tecnologia de ponta e a “gambiarra”; espaço das ambivalências, das possibilidades e dos bloqueios.

Como observa Vera Telles, mesmo os bairros mais periféricos da cidade não podem ser compreendidos apenas a partir

da falta de oportunidades e da precariedade. São territórios em constante transformação. Famílias alteram suas casas a partir da autoconstrução; o poder público, ainda que de maneira intermitente e precária, altera os trajetos de ruas e de pontes, e novos centros de consumo, como os *shopping centers*, provocam mudanças significativas nas formas da sociabilidade, nos circuitos econômicos e culturais da periferia.

No Brasil, há uma tradição importante de estudos de sociologia urbana, que ajudaram a pensar o espaço da cidade e a vivência dos atores individuais e coletivos nesse espaço. A socióloga Vera Telles percorre, num texto, a história desses estudos, procurando construir novos horizontes e sentidos para compreender as transformações atuais:

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 69/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é, em grande parte, conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos *quartiers difficiles* (Telles ; Cabanes, 2006, p. 14).

Na atualidade, as divisões sociais e espaciais da “cidade fordista”, com suas polaridades bem demarcadas entre centro e periferia, trabalho e moradia, mercado formal e informal, ficaram embaralhadas.

O texto de Vera Telles não enfoca especificamente o universo juvenil, não é um estudo sobre a juventude nas periferias; mas, como ela escreve:



São, sobretudo os jovens personagens dessas histórias que podem nos informar alguma coisa sobre os vetores e as linhas de força que desestabilizam campos sociais prévios, que redefinem os pólos de gravitação da geração anterior (...), deslocam suas fronteiras e também traçam as linhas que desenhem as novas figuras da tragédia social (...). É seguindo as trilhas dos mais jovens que vão se delineando os perfis ambivalentes da modernidade globalizada, uma experiência social que vai se configurando nos limiares e nas passagens entre mundos distintos, entre o universo empobrecido da periferia e os shopping centers e os lugares prestigiosos de consumo e lazer (...), os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precário que tangenciam os fluxos da riqueza plasmados nos espaços urbanos (...). É aqui que vai se armando uma teia de relações (e tensões) que escapa de definições modelares ditas de exclusão social ou segregação urbana (Idem, p. 20).

Esse embaralhamento repercute sobre as categorias usadas para fazer a leitura da realidade urbana. Território, por exemplo, e ainda mais “comunidade”, são conceitos que não servem mais para descrever o espaço urbano e suas dinâmicas; **circuitos, trajetos, redes, fronteiras, errâncias**, são termos mais adequados para descrever as conexões, as zonas de contiguidades, as experiências dos jovens no espaço da cidade. Como diz Alberto Melucci, as profundas mudanças ocorridas na sociedade globalizada requerem inventar novas formas para nomear o presente. Hoje, as “palavras chaves” são outras (Melucci, 2000).

Assim, o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani deu novo significado às palavras ‘pedaço’ e ‘mancha’, utilizando-as para descrever o espaço criado pelas interações dos atores e, sucessivamente, agregou o uso dos termos ‘trajeto’ e ‘circuito’:

*Pedaço* designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações informais e individualizadas impostas pela sociedade. Manchas são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam (...) uma atividade ou prática predominante (...) A qualquer momento, os membros de um pedaço podem eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro. A mancha, ao contrário, resultado da relação que diversos estabelecimentos e equipamentos guardam entre si, e que é motivo da afluência de seus freqüentadores, está mais ancorada na paisagem do que nos seus eventuais usuários (...) Enquanto o pedaço remete a um território que funciona como ponto de referência (...), trajeto aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro, que impõem a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas. Com relação a circuito, trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos seus usuários habituais” (Magnani ; Souza, 2007, pp. 20-21).

Aplicando essas categorias analíticas, Magnani e sua equipe de pesquisadores investigaram os circuitos de lazer, encontro e sociabilidade dos jovens na cidade de São Paulo: das baladas *black* aos pontos de encontro dos pichadores, dos circuitos de forró universitário aos (des) encontros entre *streetiros* e *b.boys*.

Seguindo esses percursos é possível fazer a leitura das culturas juvenis que enriquecem a paisagem urbana. Magnani chega à conclusão de que o estudo desses espaços e circuitos re-significados pela presença dos grupos juvenis permite colocar sob outra ótica a tradicional distinção entre espaço público e espaço privado. A rua, espaço público por excelência, que para muitos se tornou lugar inóspito, do medo e da violência, é ainda espaço de convivência e circulação; mas há também outras formas de realização do espaço público, que vão além da ideia tradicional de rua.

Circuitos, trajetos, manchas e até pedaços (estes com seus laços mais particularistas, ao estilo da comunidade) constituem distintas modulações de uso e desfrute do espaço público: são diferentes versões da 'rua' enquanto suporte do atributo 'público'. Cada um desses arranjos corresponde a uma forma específica de se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles. A experiência dos vínculos que essas categorias descrevem não se restringe ao interior de grupos fechados e em espaços guetificados, protegidos, mas é, em vários graus (e com todas as ressalvas que determinados fatores de ordem estrutural impõem às condições de vida em cidades do porte de São Paulo), metropolitana, cosmopolita (Magnani ; Souza, 2007, pp. 252-253).

São os circuitos da agenda cultural da periferia, dos saraus de poesia, das rodas de samba, das exposições de vídeos em terrenos baldios ou nos muros do comércio, que explicitam a pluralidade de situações vividas pelos jovens, os modos de produção cultural e ocupação da cidade, o fluxo e intercâmbio entre o local e o global, o aqui e ali, o centro e a periferia. Serão essas as "linhas de fuga" (como diz o filósofo

sofo Gilles Deleuze) do presente, onde a política é re-significada e reinventada?

Você indo daqui pro centro, pro Itaim, pro Ibirapuera, como eu trabalhava, você tinha uma visão das coisas que estavam acontecendo (...) Você via, por exemplo, casas grandes, mansões, um quarteirão são duas casas. Eu passava ali de manhã, eu ficava olhando assim (...): o número de casas pra vender ali aumentou absurdamente. É o tipo de coisa que eu passava e ficava pensando: 'poxa, o que será que tá motivando essas pessoas a ir embora? (...) é o custo da vida? Será a violência? Será alguma coisa do tipo perda de emprego? O que será que está motivando essas pessoas a saírem daqui, um lugar ótimo para se morar?' (Telles; Cabanes, 2006, p. 174)

Há jovens que tematizam suas questões reinventando o espaço público através da música, da dança, dos grafites e das pinturas, dos esportes radicais, nos fanzines, nas poesias, nos blogs, nos vídeos e na mídia alternativa, através das muitas e muito ricas manifestações culturais das quais são produtores. Espaços e formas que nos fazem lembrar uma colocação de Paul Gilroy, a propósito do espaço público criado pela diáspora africana no espaço cultural do Atlântico Negro: "a história da diáspora africana desenvolve-se fora da órbita da política formal, valendo-se, fundamentalmente, da performance, da dança e da música como forma de sua constituição" (Gilroy, 2001).

Há também outros tipos de circuitos e trajetos: aqueles percorridos por jovens trabalhadores na difícil busca por um 'emprego', uma oportunidade no mercado de trabalho. Os percursos dos jovens motoqueiros, dos *office-boys*, dos que trabalham nas lojas dos moderníssimos *shopping centers*. Nesses trajetos eles transitam, circulam e ocupam, de passa-

gem, mas não a passeio, os mundos dos “outros”, dos privilegiados e “incluídos”, os bairros nobres da cidade onde, às vezes, tecem laços de sociabilidade e, mais raramente, conseguem se inserir. No mínimo, como disse um dos jovens entrevistados por Vera Telles, eles podem ter a “visão das coisas que acontecem”.

O trabalho, nesse sentido, também abre possibilidades: “opera como um poderoso conector com outros territórios, ao mesmo tempo em que define outras referências de distâncias e proximidades, referências que também redefinem os sentidos e as direções de sentido da moradia e seu entorno” (Telles ; Cabanes, 2006, p. 166).

O trabalho e a renda que ele gera são condições para grande parte desses jovens ocuparem o tempo livre com um mínimo de qualidade, frequentar festas e shows. Até mesmo sair do próprio bairro e ter acesso ao que a cidade pode oferecer demanda um mínimo de condições financeiras. Assim como, paradoxalmente, a própria busca por trabalho exige dispor de recursos mínimos que nem sempre estão ao alcance dos jovens.

O desejo dos jovens de circular e se apropriar do espaço da cidade se manifestou de forma evidente nas reivindicações e mobilizações juvenis mais fortes dos últimos anos: a luta pelo passe livre. Essa bandeira, que reivindica o direito à cidade e de circulação por ela, mobilizou e, em alguns casos, “incendiou” cidades como Porto Alegre, Recife, São Paulo e Salvador.

O direito a circular livremente, a frequentar os equipamentos públicos existentes na cidade, que permitem o acesso à cultura, ao esporte, ao conhecimento (pensemos, na cidade de São Paulo, nos ricos equipamentos do SESC ou no Centro Cultural São Paulo) é um direito muitas vezes esquecido pelos programas (governamentais e não-governamentais) que se propõem a

“fixar”, ou melhor, a “segregar” os jovens na “comunidade local”, com o argumento (ou melhor, a desculpa) de torná-los “agentes de transformação da comunidade local”.

Não queremos com isso dizer que o local, o bairro, não continue sendo um lugar significativo para muitos jovens; queremos dizer que esse local é poroso, entrelaçado pelos *circuitos* do consumo e dos mercados globalizados, aberto às *manchas* que os grupos juvenis inventam e reinventam, aos *trajetos* que viabilizam a inserção (precaria e intermitente) na sociedade. Ou seja, o pedaço não limita as experiências juvenis e não é suficiente para entendê-las.

Percurso, deslocamento, mobilidade, são palavras chaves numa prática que está se espalhando pelas periferias do mundo, a prática do *Parkour*, ou seja, a “arte do deslocamento”. Nas impressionantes manobras, saltos, acrobacias que os praticantes do *Parkour* (os chamados *traceurs*) realizam, há um componente forte de uso e apropriação do espaço urbano: as práticas são realizadas ao ar livre, utilizando os emaranhados de muros, escadarias, prédios existentes na arquitetura da cidade. Escreve Alex, praticante brasileiro: “o *Parkour* no meu ponto de vista é saber interagir com um ambiente de forma a se adaptar a percorrer os caminhos não óbvios, preferencialmente de uma maneira rápida e com controle.” E Jean:

no *Parkour*, você interage de diversas formas com o ambiente. Um treino de *vault* no muro, uma precisão no corrimão da escada, ou um pulo da sacada em um treino são formas interessantes de agir com o ambiente de uma forma que ele não foi projetado para tal (...). Você tem um objetivo, um propósito que é chegar do ponto A ao ponto B da forma mais rápida possível, utilizando nada mais que seu corpo e as habilidades oferecidas por ele como instrumento. ([www.blog.parkour.com.br](http://www.blog.parkour.com.br)).

Uma forma de resistência é também contornar os cercos da segregação na “comunidade” e no local, circular pela cidade e mais além, circular entre diferentes espaços e múltiplas identidades, não “vestir a camiseta”, mas assumir, para cada espaço e circunstância, diferentes identidades. Assim, um jovem *rappeiro* é, ao mesmo tempo, militante do movimento negro, cantor de *gospel*, trabalhador de ONG, multiplicador de economia solidária e consumidor dos últimos objetos eletrônicos e dos vestuários à moda. Outro jovem trabalha como assessor de uma deputada para pagar os seus estudos de marketing e publicidade, mas ao mesmo tempo milita numa rede juvenil regional, investe na criação de uma produtora independente de vídeos, faz estágio numa TV e defende a causa ambientalista. E, assim, se constroem percursos de socialização plurais, que permitem fugir dos rótulos, das caixinhas identitárias, do controle dos programas, das estatísticas e das classificações, da vida reduzida aos mínimos vitais, para construir formas de vida e produzir sentidos.

São jovens que não são ‘problemas’ nem ‘solução’, que vivem seu cotidiano e procuram um espaço, um tempo, uma forma, uma linguagem para expressar seus desejos, suas dores e alegrias, suas demandas e sentimentos, suas diferenças e diversidades, buscando ser ouvidos, ou simplesmente, ser visíveis. Que vivem e convivem com crianças, adultos, idosos e constroem com eles os sentidos de suas narrativas e trajetórias de vida. Que procuram espaços e tempos de autonomia, afirmação, resistência, entre os programas de controle e de ‘gestão da pobreza’ e a violência cotidiana com a qual convivem. Espaços e tempos da pluralidade de sujeitos, experiências e trajetórias de vida. Pluralidade que é, para Hannah Arendt, condição indispensável do agir político.

A socióloga Helena Abramo foi uma das primeiras pesquisadoras a pro-

blematizar a adoção dos jovens de formas espetaculares de se colocar na cena pública (Abramo, 1994); eles, na análise da autora, explicitam em suas roupas formas de ocupar a cidade e de comunicar, gestos corporais e modos de questionamento do *establishment* dando, assim, visibilidade às suas pautas, questões e bandeiras. A partir de então, uma série de pesquisadores tem se dedicado ao estudo de grupos cuja marca identitária ou a adoção de determinados estilos também traz à tona conteúdos políticos e ideológicos partilhados pelos jovens. É o caso de muitos trabalhos centrados na observação e análise do comportamento de moças e rapazes vinculados às culturas hip hop, punk e rastafári, entre outros (Herschmann, 1997; Dayrell, 2005).

A difusão das manifestações culturais de periferia<sup>3</sup> tem ajudado na aproximação entre jovens de diferentes classes sociais. “Consciência, engajamento, rima, ritmo, força da palavra escrita e falada, atitude, intervenção e a convicção de que ‘posso fazer e constroer o sistema’ é o que marca a arte produzida nas periferias e por coletivos juvenis universitários de classe média que se articulam sob o lema da desmercantilização da cultura” (Leite, 2008). Leite cita ainda as ideias do movimento punk e do hip hop, como referências fundamentais das culturais juvenis que estão renovando a cena cultural: “Tenha consciência, ocupe as ruas, faça você mesmo”. Assim,

é preciso observar as microagregações para se ter uma ideia da diversidade e complexidade das formas de expressão da cultura feita por jovens. Mas os grupos se conectam em circuitos, às vezes, formando um contorno geográfico restrito a uma localidade, às vezes, sem apego a fronteiras. Ao se conectarem, formam grandes movimentos, abalam as estruturas e põem de ponta-cabeça os parâmetros estabelecidos, os cânones. (Leite, 2008)

Não há dúvida que a difusão do acesso à internet, o uso do computador, têm revolucionado (e democratizado) de forma considerável a possibilidade de produção e difusão cultural dos jovens. A enorme difusão do uso de sites que permitem trocar e compartilhar arquivos de música e de vídeo e a criação de blogs onde são veiculadas produções literárias, poéticas e musicais são provas da grande criatividade cultural que caracteriza o universo juvenil. Com a difusão dos meios para compartilhar a produção audiovisual, surgiu também uma nova forma de produzir música, e também de romper as barreiras dos direitos autorais.

As práticas culturais, esportivas e os encontros são formas de viver, habitar, significar o espaço urbano:

Os jovens recebem espaços da cidade prontos e sobre eles elaboram territórios que passam a ser a extensão de seus próprios corpos: uma praça se transforma em campo de futebol ou roda de capoeira, sob um vão de viaduto se improvisa uma pista de skate ou um encontro musical; o corredor da escola - lugar originalmente de passagem - se faz ponto de encontro e sociabilidade, um muro sujo e abandonado se transforma em grafite e colore a cidade (Carrano ; Martins, 2007).

Podemos buscar os rastros do agir político dos jovens nas diferentes formas de expressão e comunicação, artísticas e culturais. Afirmo Alberto Melucci, comentando as formas de expressão das culturas juvenis:

Nessa palavra que não é palavra (...) tem a afirmação de uma palavra que não quer mais ficar separada das emoções, tem um dizer que quer se enraizar no ser mais do que no fazer. (...) A cultura juvenil lembra à sociedade o valor do presente como única medida da mudança, pede que o que importa se afir-

me aqui e agora, reivindica o direito à transitoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e das orientações coletivas. (Melucci, 1991, p.86)

Cabe salientar que nessas manifestações culturais não existe uma separação entre jovens e não-jovens, ou seja, a relação geracional é uma característica importante. Jovens são a maioria dos participantes das rodas de samba, dos saraus de poesias, das produções e exposições visuais, mas não são a totalidade.

### Curto-circuitos

Em se tratando de jovens, assim como da questão urbana, tornou-se associação “natural” discutir sobre a problemática da violência. De fato, as estatísticas mostram o crescente envolvimento de jovens em atos de violência. Jovens são a maioria dos que morrem de “morte matada”. Jovens são a maioria dos presos nas prisões brasileiras.

Uma ideia generalizada é aquela segundo a qual, em alguns ambientes sociais, “já se nasce marginal”, como disse MV Bill durante uma entrevista no programa Roda Viva<sup>4</sup>. Nesses lugares, onde não há nenhuma oportunidade para os jovens, uma das opções para “sair da invisibilidade”, como diz ele, ou seja, ganhar dinheiro e levantar a auto-estima é se envolver no tráfico de drogas.

Alerta José Padilha, diretor do filme “Tropa de Elite”: “Existe uma tese que diz que violência é consequência da pobreza. Não é verdade. Existe um processo que transforma a miséria em violência, pelo Estado”<sup>5</sup>. E cita, como peças-chaves desse processo, a superlotação dos cárceres, a atuação da polícia militar e a tortura.

Há um grande consenso sobre o fato de que o tráfico seja a causa do crescimen-

to da violência no país, e uma ideia difundida entre quem trabalha nesses contextos é de que é preciso “disputar os meninos com o tráfico”. Frente a essa situação, as respostas do poder público têm sido combinar políticas de repressão (por meio da polícia e do exército) com políticas de controle que têm como objetivo declarado “ocupar o tempo ocioso” dos jovens, mantê-los ocupados por meio de atividades esportivas, culturais e de lazer para que evitem se envolver em atividades criminosas (nesse sentido, as atividades esportivas parecem ser até mais eficazes, já que, além de ocupar o tempo, cansam, como disse publicamente a então prefeita Marta Suplicy, no seminário internacional organizado no âmbito do “Projeto Juventude” pelo Instituto Cidadania).

Mas, no mesmo programa, à pergunta de um jornalista “você quer ser uma bandeira contra o tráfico”, MV Bill responde “não”. Para ele, todos merecem uma chance, mas para alguns só há uma chance na vida entrando no crime: “o mesmo produto que faz a tragédia de uma família faz a salvação de outra”. Assim, a forma de *rappers* como MV Bill e Mano Brown falar sobre os traficantes incomoda muito, pois eles não identificam nos traficantes o “mal” que envenena a sociedade brasileira. Os traficantes são, para esses jovens que vivem nas periferias, nas favelas e nas “ocupações”, seus colegas, vizinhos, companheiros de vida.

Voltamos às pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisadores coordenado pela professora Vera Telles. Em suas análises, o mundo da “criminalidade” é retratado de forma muito viva como completamente imbricado ao mundo da vida “normal”: há chefes do tráfico que são, no bairro onde moram, pais de família e moradores exemplares, que operam cotidianamente para melhorar as condições de vida da população local; e há também mães de família que, para chegar ao final do mês, complementam a renda obtida em ocupações honestas com a venda de produtos

ilícitos (não somente drogas, mas também CDs e DVDs piratas e outros produtos do vasto mercado “informal”) (Telles ; Cabanes, 2006). As pesquisas mostram que as ditas “gambiaras”, ou seja, as saídas ilegais para suprir a falta de luz ou de água nas moradias das favelas são a normalidade nessas regiões da cidade (fazem parte do conhecido “jeitinho brasileiro”); e também que a distribuição de cestas básicas por parte dos programas governamentais ou dos políticos locais está na mão, muitas vezes, dos que controlam o tráfico no bairro; que o mercado dos perueiros também alimenta o vasto mercado das ilegalidades, assim como a venda de produtos da moda falsificados (tênis da Nike etc.), que vestem a maioria dos moradores da periferia. Olhando para essas realidades, fica mais difícil separar o joio do trigo, os “bons” e os “maus”, os honestos e os criminosos.

O estudo de Vera Telles se propõe “identificar e compreender a porosidade entre o legal e o ilegal, as fronteiras borradas entre o trabalho, expediente de sobrevivência e práticas ilícitas” (Telles ; Veloso, 2007, p. 191). A conclusão é de que

não se trata propriamente de ilegalidades, mas de uma crescente e ampliada zona de indiferenciação entre o legal e o ilegal, entre o lícito e o ilícito, que passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas. (idem, p. 186)

Nesse quadro, os autores propõem um deslocamento do ponto da crítica: se as microcenos dessas formas de “sobreviver na adversidade”, dessas fronteiras borradas, interessam,

é porque colocam em foco um mundo social que não cabe nas estereotipias

que vêm acionando os dispositivos de exceção: de um lado as figuras fantasmáticas do Crime Organizado, suposto poder paralelo, versão nativa do 'império do mal' contra o qual só resta a estratégia da guerra (e extermínio); de outro, na sua face 'edificante', a ficção de populações encapsuladas nas ditas 'comunidades', subjugadas ou aterrorizadas, no mínimo ameaçadas, mas destinadas à remissão pela intervenção salvadora de programas sociais. (idem, p. 187)

De fato, na vida concreta do dia a dia, as fronteiras entre o legal e o ilegal se dissolvem. Como diz Ceccon,

formalmente, as relações entre Estado e sociedade são reguladas pelo direito, isto é, as leis que emanam do Estado organizam as relações dos que vivem na sociedade. Na sociedade brasileira, não é bem assim. Aqui, a maioria das pessoas vive à margem do Estado. Metade de nossa população se encontra economicamente na informalidade e, socialmente, na ilegalidade. Mais ainda: uma parte significativa dos que vivem na sociedade formal e legal precisam, para conseguir manter-se nessa situação, recorrer aos expedientes criados e praticados pelos que vivem ilegal ou informalmente. No Rio e em São Paulo, por exemplo, 20% da população vive em favelas (onde o Estado praticamente não entra) e um número, que pode chegar a milhões, não possui o título da moradia em que habita. (Ceccon, 2008, 25)

À luz dessas análises, podemos entender melhor as colocações de personagens como Mano Brown ou MV Bill quando eles se recusam a condenar os traficantes. Ao invés, condenam de maneira incisiva (sobretudo no caso de Mano Brown e das músicas dos Racionais MCs) as formas de intervenção do poder público; denunciam a violência policial e "o extermínio dos jovens da periferia".

No limiar entre os municípios de Olinda e Recife, no bairro de Peixinhos (na época, um dos mais violentos da cidade), em 1997, alguns grupos de jovens ocuparam um matadouro abandonado e começaram a realizar nesse espaço eventos culturais, shows de música, saraus de poesias, exibição de vídeos independentes. O local foi então rebatizado de "Nascedouro" e muitos grupos culturais e sociais de Peixinhos fizeram ali suas sedes. Até um grupo de "terceira idade" conviviam no mesmo espaço. Os jovens pegaram um carro de mão e recolheram livros na vizinhança para criar uma "biblioteca multicultural", que foi colocada à disposição dos moradores e, principalmente, das crianças do bairro. Mas um dia chegaram os técnicos do governo do Estado e das duas prefeituras, e resolveram fazer naquele lugar um "complexo" cultural, tecnológico e social. Reestruturaram e restauraram parte dos locais. E desalojaram os grupos que tinham criado aquele centro cultural na periferia.

Mais do que "banalização da violência" nos relatos dos jovens há, como diz Vera Telles, "um realismo de quem se ocupa com as coisas da vida, ou está na roda da vida" (Telles ; Cabanes, 2006, p. 158). Nada de denúncia e condenação moral, tampouco resignação. Ou seja, algo bastante distinto dos discursos "socialmente aceitos". É esse realismo, talvez, que incomoda tanto no discurso de Mano Brown. Bastante diferente do que fala outro *rapper*, MV Bill, que elaborou um discurso "sobre" a violência procurando dar explicações e oferecer soluções.

Apesar de declarar querer incentivar o "protagonismo juvenil", programas governamentais visam controlar e disciplinar a população jovem: identificando, separando e "cooptando" as "lideranças"; tutelando e direcionando sua participação política; oferecendo cursos de qualificação profissional de curta duração e péssima qualidade, que

não permitem adquirir as competências necessárias à inserção no mercado de trabalho; obrigando-os a aumentar seus níveis de escolarização através do ingresso em faculdades particulares onde ao preço de muitos esforços poderão adquirir um diploma muito pouco reconhecido no mercado de trabalho; expulsando a maioria do acesso a uma escola de qualidade; criminalizando ou simplesmente, não oferecendo nenhum apoio aos grupos juvenis autônomos. A mídia é responsável pela difusão da representação dos jovens como “problema social”, consumistas, apáticos e imediatistas. Ao mesmo tempo, aumentam as barreiras que impedem a circulação na cidade: carência de transportes públicos, aumento do preço das passagens, falta de acesso a lugares públicos, discriminações motivadas pela forma de se apresentar, pela estética, pela cor ou, simplesmente, pelo local de moradia.

Alguns números da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, desenvolvida em 2003 pela Criterium Assessoria a pedido do Instituto Cidadania, são significativos em relação as barreiras que impedem o acesso a bens culturais: 39% dos entrevistados nunca foram ao cinema; 36% nunca foram a um show de música brasileira; 59% nunca estiveram em um show de música rock, pop, funk etc.; 52% não conhecem uma biblioteca; 62% nunca assistiram a uma peça de teatro e, por incrível que pareça no “país do futebol”, 52% dos entrevistados nunca assistiram a um jogo de futebol em um estádio (Cfr. Abramo ; Branco, 2005, tab. 85). A discriminação de gênero é bastante significativa nesse âmbito: as mulheres têm menos acesso às atividades culturais e de lazer fora de casa em comparação com os homens.

As opções principais de ocupação do tempo livre são, portanto, ver televisão e ir ao *shopping*. Tudo indica que isso não se dá por escolha, mas por falta de outras opções, já que, como vimos, as opções de lazer são escassas, em especial nas peri-

ferias. Os *shopping centers* são vistos pelas famílias como espaços seguros, onde os jovens podem ficar razoavelmente a salvo da violência. Essa é a tônica que, em geral, os adultos imprimem ao que consideram o uso saudável do tempo livre pelos jovens: preponderantemente negativa e defensiva. Sob esse ponto de vista, ver televisão seria um dos modos mais “seguros” de os jovens usarem o tempo livre (mais do que navegar pela internet, com os riscos que a interatividade implica).

Os chamados “esportes radicais”<sup>6</sup> têm um significado que interessa bastante aos jovens: sua vivência em termos de experimentação, ensaio dos limites, risco. “O risco assume forma e relevância particulares para a fase juvenil, na medida em que representa a ‘primeira vez’ de um processo de construção, experimentação e afirmação da própria identidade. (...) Não se pode, portanto, reduzir a dimensão do risco a uma questão de tipo psicopatológico” (La Mendola, 2005, p. 79)

A possibilidade de provar a destreza física, experimentar os limites físicos e emocionais e colocar em jogo o corpo são fatores significativos na vida dos jovens, que enriquecem seus percursos de busca e experimentação. Mas o fato de praticar esportes que não são socialmente reconhecidos implica não ter ao alcance espaços adequados para serem praticados; e também, muitas vezes, na proibição da prática, como fez Jânio Quadros quando foi prefeito de São Paulo, em 1988, ou como aconteceu na cidade de Itu (Estado de São Paulo) dez anos mais tarde, onde foi proibida a prática do *skate*. Mais uma demonstração da dificuldade de reconhecer o direito dos jovens a ocupar o espaço público de forma autônoma.

O Programa Esporte no Mangue, implementado pela Prefeitura do Recife durante a primeira gestão do Prefeito João Paulo (2000-2004) foi pensado para atingir especificamente os jovens mais excluídos entre os praticantes de esportes, aqueles contra



os quais é mais forte o preconceito social, ou seja, os que praticam esportes radicais: *skates*, *bike-cross*, patins, capoeira. Relata o gestor do programa: “Uma das primeiras demandas que a gente recebeu aqui foi a dos *skatistas*, que são jovens da periferia da cidade que traziam para nós demandas tanto do tipo específico da prática do esporte como também relativas à violência que eles viviam, uma violência do Estado. Perseguição pela polícia, pela desobediência civil que ele comete, perseguição pela própria guarda municipal (...) e uma grande discriminação da população, porque os *skatistas* apresentam uma estética muito diferenciada. Há um preconceito muito grande de que todo *skatista* usa droga, é traficante” (apud Tommasi, 2007b, p. 207). Os jovens praticantes do *skate* relatam vários casos de discriminação, em particular dentro das escolas, onde estão proibidos de praticar o esporte para não “arranhar as paredes”.

Uma das ações do programa foi estimular os jovens a participarem das rodadas do “Orçamento Participativo” nos bairros, para colocar suas reivindicações nas listas de prioridades a serem votadas pela comunidade local. Assim fizeram os *skatistas*, se organizaram e participaram. O problema foi que, evidentemente, suas reivindicações quanto à construção de pistas de skates nos bairros nunca conseguiram ganhar na disputa pela definição das prioridades; claro, o calçamento de uma rua e a construção de uma rede de esgotos sempre são mais importantes do que uma pista de *skate*, e os jovens não conseguem afirmar seu ponto de vista diante dos adultos da comunidade. Assim, as tentativas de lutar para reivindicar seu direito a praticar o esporte de preferência nos espaços de participação instituídos foram bastante frustradas, o que concorreu para aprofundar o sentimento de estranhamento com relação ao poder público e à sociedade em geral.

Se esses são os problemas com os quais se deparam os praticantes dos

esportes radicais, não menores são os obstáculos que encontram, nas periferias de algumas metrópoles do país, os praticantes de esportes mais legitimados e reconhecidos socialmente, como o futebol, o esporte mais praticado no Brasil. O sociólogo Daniel Veloso Hirata relata as dificuldades enfrentadas pelos praticantes do futebol de várzea nas periferias paulistas<sup>7</sup>:

Os campos estão desaparecendo, porque os terrenos são ocupados por invasões de cidadãos em busca de um espaço para construir suas precárias moradias ou são objeto da especulação imobiliária praticada pelas grandes corporações. Além disso, os campeonatos são agenciados pelos traficantes locais, e tornam-se objeto de disputas entre grupos rivais, que muitas vezes acabam em mortes por arma de fogo. (Hirata, 2006)

Desemprego, especulação imobiliária e violência estão acabando com a prática do futebol nas periferias<sup>8</sup>.

Mas voltamos aos chamados “comportamentos de risco” geralmente associados à juventude. O consumo de drogas é com certeza o primeiro deles, sempre presente nas preocupações e nas condenações sobre o universo juvenil. Estados alterados de consciência provocam, incomodam, porque questionam um dos fundamentos do racionalismo ocidental: a separação mente-corpo, e a supremacia do primeiro sobre o segundo. Representam uma fuga das obrigações da vida cotidiana, irresponsabilidade, busca improdutiva de emoções fortes.

O consumo de drogas pode ser considerado, também, como uma forma de habitar a cidade, principalmente durante a noite. Um texto instigante do sociólogo italiano Salvatore La Mendola percorre a história do tema do risco, tema central da cultura da modernidade. A modernidade, lembra ele, começa convencionalmente

com a chegada de Colombo na América. “A modernidade nasce, assim, sob o signo do risco: por uma representação de como possa ser a terra e pela disposição em alocar recursos e pôr em jogo a própria existência para demonstrar essa idéia”. Risco, nesse sentido, significa “interpretação do enfrentamento do perigo na persecução dos objetivos (...) São os princípios do racionalismo individualista e utilitarista que devem guiar o agente que assume a responsabilidade pelo risco” (La Mendola, 2005).

Assumir riscos e perigos é, portanto, condição imanente da vida individual e coletiva. Assumir o risco de uma determinada conduta, nesse sentido, significa assumir responsabilidades, utilizar a própria capacidade de julgamento para calcular as consequências de uma determinada ação.

Enquanto o risco que se assume em determinadas situações, como nos esportes ou nos empreendimentos econômicos, é socialmente legitimado e valorizado, em outras situações, é conotado de forma negativa. Diz La Mendola “os meios de comunicação de massa estão cheios de notícias que se referem a riscos sobre os quais ninguém pretende identificar a dimensão da responsabilidade” (idem, p. 71). Ou seja, quando se retira a dimensão da responsabilidade, quando não estão disponíveis “redes de proteção” para acompanhar os comportamentos de risco, é possível que esses assumam caráter auto ou heterodestruutivo. No uso das drogas e, em particular, no abuso, estão também em jogo outros significados. A civilização ocidental se fundamenta no controle das emoções e da agressividade, na limitação dos espaços da dimensão corporal, a favor da primazia da razão. As emoções podem ser expressas somente em lugares e tempos circunscritos, geralmente em âmbito privado. O consumo de álcool é permitido, nesses contextos, enquanto facilita o contato com os outros, o abandono da rigidez requerida para o controle das emoções.

Nesse contexto, o consumo de drogas lícitas e ilícitas por parte dos jovens pode ser lido como a expressão de uma vontade de experimentar diferentes estados de consciência, de questionar os modelos vigentes de controle das emoções, de ampliar o espaço de vivência do corpo e da comunicação não-verbal. “Trata-se de uma experimentação das normas sociais, das regras de respeito e de boa conduta; uma consequência do fato de não serem ainda obrigados a pôr em ação a suspensão da dúvida que é a condição típica requerida do adulto na época moderna” (idem, p. 80).

#### Bibliografia:

ABRAMO, H. W. Cenas juvenis: punk e darks no espetáculo urbano, São Paulo : ed. Scritta, 1994.

ABRAMO, H.W. ; BRANCO, P.P.M. (orgs.) Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional, São Paulo: Instituto Cidadania/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

BAUMAN, Z. Modernidade e Ambivalência, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CAMARANO, M. A. (org.). Transição para a vida adulta, ou vida adulta em transição? Brasília: IPEA, 2006.

CARRANO, P. Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Reluma Dumaré/FAPERJ, 2002.

CARRANO, P. ; MARTINS, C. H. Culturas e expressividades juvenis: uma janela para a escola. Boletim Salto para o futuro (24), MEC/TVE, 2007.

CECCON, C. Violência na sociedade brasileira. In: Conflito, modo de transformar. São Paulo: CECIP/ Imprensa Oficial, 2009.

DAYRELL, J. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GILROY, P. O Atlântico Negro, São Paulo: Editora 34, 2001.

HIRATA, D. V. No meio do campo: o que está em jogo no futebol da várzea? In: TELLES, V. ; CABANES, R. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. Tempo social, 17 (2), 2005.

LEITE, E. Faça você mesmo! www.diplo.uol.com.br, 2008.

MAGNANI, J. G. C. ; SOUZA, B. M. (org.). Jovens na metrópole : etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MELUCCI, A. L'invenzione del presente : movimenti sociali nelle società complesse. 2° edizione. Bologna: Il Mulino, 1991.

\_\_\_\_\_. A. Parole Chiave : per un nuovo lessico delle scienze sociali, Roma : Carocci, 2000.

HERSCHMANN, M. O funk e o hip hop invadem a cena. Rio De Janeiro: Rocco, 1997.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação : opacidade e reencantamento, in: OLIVEIRA, F. ; RIZEK, C. S. (org.). A era da indeterminação, São Paulo : Boitempo, 2007.

TELLES, V. ; CABANES R. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V. ; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: Estudos Avançados ,21 (61), 2007.

TOMMASI, L. Jovens brasileiros: espaços e tempos de participação política. In: Boletim Salto para o futuro (24), MEC/TVE, 2007a.

TOMMASI, L. A mobilização dos jovens na cidade: produção de cultura e direito ao lazer. In: SPOSITO, M. P. (org.). Espaços públicos e tempos juvenis. São Paulo: Global, 2007b.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Sociologia e do programa de pós-graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Por uma análise da centralidade da experimentação nas vivências juvenis reenvio a La Mendola (1999).

<sup>3</sup> A ONG Ação Educativa publica todo mês em São Paulo um "Mapa Cultural da Periferia", divulgando os eventos que acontecem nas periferias paulistas em quatro seções: literatura, rodas de samba, hip-hop e vídeos.

<sup>4</sup> Entrevista exibida no dia 25/04/2005.

<sup>5</sup> Entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura, exibida no dia 08/10/2007.

<sup>6</sup> "Os esportes radicais fazem parte de um crescente e rentável mercado esportivo mundial, impulsionado pelas estratégias de marketing de empresas ávidas por comunicar/vender ao público jovem. (...) As redes de rádio e televisão criaram programas especificamente destinados a esportes como o *surfe*, o *skate*, *skysurf*, o *bungee jump*, o *rafting*, o *canyoning*, o *rapel* e outras modalidades tradicionais ou criadas no impulso mercantil da novidade." (Carrano, 2002, p. 119)

<sup>7</sup> A Copa Kaiser, disputada no circuito popular, envolve 170 times sendo, segundo os organizadores, o maior campeonato de futebol amador do mundo (Hirata, 2006, p. 253)

<sup>8</sup> Daniel Hirata relata também como "lealdade, humildade e procedimento" são as palavras-chave do código de conduta que todos reconhecem e respeitam nas periferias paulistas, às quais fazem referência às canções dos grupos de rap quando mencionam o que eles chamam de "atitude" (idem, p. 275-278).

Contato:  
- livia.detommasi@gmail.com

## O lugar da cultura. A cultura do lugar

## El lugar de la cultura. La cultura del lugar

## The place of the the culture. The culture of the place

Luiz Augusto F. Rodrigues<sup>1</sup>

### Palavras chave:

Cultura e imaginário

Apropriação do espaço

Lugar antropológico

### Resumo:

Este artigo foca a cultura em sua dimensão contemporânea, explorando a noção de diversidade cultural e contrapondo-a à persistência de certa padronização de valores. Discute referências ao planejamento urbano estratégico que tende a produzir o esvaziamento simbólico dos lugares. Nesta perspectiva, discute noções como lugar antropológico X lugar cenográfico/espetacular. Busca focar a questão do território em sua dimensão antropológica (das práticas), em sua dimensão geográfica (espaço apropriado e subjetivado) e em sua dimensão urbanística (a produção do espaço X recepção e apropriação), com o intuito de discutir as correlações cultura / identidade / sociabilidade / apropriação do território.

**Resumen:**

Este artículo se centra en la cultura en su dimensión contemporánea, explorando la noción de diversidad cultural y oponiéndola a la persistencia de cierta estandarización de valores. Discute referencias al planeamiento urbano estratégico que tiende a producir el vaciamiento simbólico de los lugares. En esta perspectiva, discute temáticas como lugar antropológico X lugar escenográfico/espectacular. Busca enfocar la cuestión del territorio en su dimensión antropológica (de las prácticas), en su dimensión geográfica (espacio apropiado y subjetivado) y en su dimensión urbanística (la producción del espacio X recepción y apropiación), con la intención de discutir las correlaciones cultura / identidad / sociabilidad / apropiación del territorio.

**Palabras clave:**

Cultura y imaginario

Apropiación del espacio

Lugar antropológico

**Keywords:**

Culture and imaginary

Appropriation of space

Anthropological place

**Abstract:**

This article focuses on the culture in its contemporary dimension, exploring the notion of cultural diversity and opposing it to the persistence of a certain standardization of values. It discusses references to the strategic urban planning that tends to produce the symbolic emptying of the places. In this perspective, it discusses notions such as anthropological place X scenographic/spectacular place. It aims to focus on the question of the territory in its anthropological dimension (the practices), in its geographical dimension (appropriated and subjective space) and in its urbanistic dimension (the production of the space X reception and appropriation), intending to discuss the correlations culture / identity / sociability / appropriation of the territory.

## O lugar da cultura. A cultura do lugar

Até pouco tempo atrás a cultura atendeu a modos ideológicos que procuravam reproduzir ideias de subalternidade e atraso. Os ideais iluministas, por exemplo, perpetuaram tais entendimentos: cultura letrada, cultura superior, erudição cultural, cultura como reflexo de condições materiais ligadas ao conhecimento científico e ao domínio de determinadas linguagens artísticas. E isso até pouco tempo atrás mesmo. A “superação” (??) dessa noção de cultura e sua substituição pela valorização da diversidade cultural dos povos e de suas práticas antropológicas é fato recente. Data, por exemplo, de 1995 as preocupações da UNESCO com a valorização da diversidade de modos culturais presentes no mundo.<sup>2</sup>

Essa nova perspectiva abre espaço para a percepção e reconhecimento das práticas culturais como processos definidores das subjetividades dos indivíduos e grupos. Imagem e reflexo. Forma e conteúdo. Expressão simbólica e referência imaginária. Como aponta Slavoj Žižek (1996, p. 323):

A ideologia [...] é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria “realidade”: uma “ilusão” que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível [...]. A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como uma fuga de algum núcleo real traumático.

Temos, por um lado, uma vertente mundial de reconhecimento da diferença; de outro lado assistimos ainda a uma crescente padronização de gostos e saberes. Mesmo que travestidas de singularidades. É um paradoxo!

Constatai, em pesquisas sobre a produção do espaço universitário no Brasil ao longo do século XX, a idealização e consolidação de um modelo urbanístico único a nortear a produção de nossas universidades; e isso com possibilidades mínimas de ruptura (ao menos até fins do século, mas creio que até hoje). Ou seja, há uma tensão entre as possibilidades de mudança e diversidade e a cristalização de valores que as emperram.

A modernidade, nesses tempos de globalização, transforma os preceitos fundamentais da História e de forma paradoxal. Transforma o tempo em falta de tempo e, por outro lado, altera as relações temporais. Transforma o espaço em falta de espaço e, por outro, cria relações transespaciais. Cria a perplexidade do novo, que a um só tempo apóia-se e descarta a tradição. (RODRIGUES, 2001, p. 202)

Como entender processos humanos que apontam a valorização da cultura e sua diversidade convivendo com grandes intervenções urbanas e seus planejamentos estratégicos que padronizam os espaços? Como as pessoas podem se sentir estimuladas e receptivas, ou mesmo se apropriarem dos espaços<sup>3</sup> se os mesmos se mostram indiferentes e pouco sujeitos às reais apropriações?

## Discutindo cultura e sua diversidade de expressões:

Tento aqui algumas associações entre a identidade cultural do sujeito e a relação com o outro, entre a subjetividade e a ética. Ou melhor, identidade e ética creio serem faces da mesma moeda. A identidade se constrói na relação com o outro, e ética pode ser entendida como arte dos relacionamentos.

A noção de Cultura aponta a teia de significações que permeiam as práticas

humanas. Não apenas as práticas, mas as percepções e sentimentos. Pode-se entender os diversos modos culturais como processos de sedimentação de memórias, a longo ou médio prazo, e que operam com as diferenças presentes nos sujeitos e grupos. Cultura e mediação; cultura e política. A implementação de ações no campo da cultura deve ser mediada pelos diversos agentes sociais, no entanto há que se ressaltar que a história da modernidade impingiu certa dificuldade para que essa representação social aconteça plenamente, pois como apontou o pensador português Boaventura de Souza Santos (1996) assiste-se, hoje, a uma hiperpolitização estatal e uma despolitização da vida cotidiana. Não se deveria, portanto, dissociar a ação cultural de noções ligadas à cidadania, à justiça social, à afirmação de sociedade civil e sua governança, ou mesmo à ética.

Certas concepções de desenvolvimento e de cultura ocupam lugares cada vez mais privilegiados nas tentativas de se compreender e estimular o comportamento ético da humanidade. Cultura deve ser entendida como elemento de coesão social e de fortalecimento das noções de pertencimento e de identidade; para além das dimensões institucionais dadas ao campo da Cultura, e para além das dimensões que articulam a Cultura com as representações/manifestações sociais, busca-se entendê-la enquanto formadora de subjetividades ao considerar a produção material e imaterial dos homens e grupos a partir de seus valores, comportamentos, sentimentos e desejos.

A Ética, por sua vez, deve ser entendida por sua vinculação ao pleno exercício do Eu em sua busca de felicidade e em consonância com a percepção de que esta plenitude, necessariamente, incorpora o Outro; ética como elemento estruturante de relações sociais baseadas nos níveis de confiança e coesão social interna aos grupos e destes com outros grupos e instituições. Ética como capital social, como a

arte do conviver, com liberdade e responsabilidade para deliberar em conjunto com os outros sujeitos a nossa melhor forma de bem viver. A ação cultural ética envolve a circulação de ideias e a (re)formulação de práticas. Pressupõe reconhecer o outro e os comportamentos, as intenções, valores, conhecimentos que compõem o meio social, e a capacidade de interagir em outros meios.

A ideia de relações éticas e dialógicas deve nortear o âmbito das diversas relações, incluindo-se aí as relações público/privado, portanto. As diversas possibilidades de interagirmos com/nos espaços públicos, as várias possibilidades de nos apropriarmos dos lugares.

### **Modos Culturais e Arte como necessidades inerentes ao Homem:**

Parto da ideia de que estamos numa área, num campo que entende as expressões artísticas e as práticas culturais (materiais e imateriais) como condições inerentes à natureza humana.

Faço eco às reflexões de Mário de Andrade (ANDRADE; ALVARENGA, 1983) quando aponta que o ser humano é movido por um somatório de três necessidades: expressão + comunicação + comoção. O sentido apontado é o de que somos movidos por necessidades que nos são intrínsecas e inerentes. A experiência vivida nos move na direção da ação/expressão, esta expressão precisa sempre assumir significação/sentido, e muitas vezes, e por necessidade mesmo, somos movidos pela necessidade de sensibilização e comoção. Vejamos um breve exemplo. O desenvolvimento humano se deu a partir de uma necessidade primeira de expressão que nos levou a emitir sons, ou a nos proteger das intempéries, ou a talhar um pedaço de madeira ou pedra. Em todas estas expressões, a carga expressiva em si necessitou assumir sentido, precisou ser entendida e

ter uma significação. O som virou fala, nos protegemos com roupas e abrigos, o material talhado virou uma lança, enfeite ou pote para cozinhar alimentos. Mesmo supridas estas necessidades, o homem foi movido (e sempre somos) por uma necessidade de ultrapassar o meramente útil ou simbólico, e a se transformar e transformar o mundo a seu redor. O som virou também música; abrigos viraram belas arquiteturas; utensílios foram adornados com entalhes e muita expressão “não-utilitária” sempre acompanhou a produção humana.

A Cultura é entendida como expressão comunicativa/simbólica dos indivíduos e grupos, mas nos remete, também, à esfera do imaginário, do desejo. Essa dimensão maior nos coloca no campo da construção da subjetividade, e, neste, no da estreita correlação do eu com o outro (LACAN, 1978; 1985). Essa dimensão identitária nos remete, ainda, à noção de Ética. Ética entendida não como conceito de moral (este definido historicamente), mas enquanto busca de realização pessoal com e a partir do Outro. Ética como busca de felicidade, alcançada na dimensão da incorporação dos demais e na busca do bem comum. O sentido a ser reforçado aproxima as práticas culturais da ação ética e coletiva. Cultura como promoção de Sociabilidade. Cultura como fortalecimento da Identidade e da ideia de pertencimento. Ao lugar. Ao grupo.

### **A gestão cultural e o território:**

O Brasil teve ao longo da constituição de sua rede de cidades estratégias de ocupação que marcam alguns ciclos. Embora se tenham alterado drasticamente as lógicas de ocupação territorial, muitas de nossas cidades ainda “guardam” traços de seus riscos iniciais.

As cidades fundadas no século XVI, e mesmo no XVII, foram basicamente de ocupação litorânea e voltadas à defesa do

território colonial português. Assentadas em locais altos, às vezes com muralhas, contendo malhas internas irregulares e com pouca vida social. Foi assim no Rio de Janeiro, em Niterói, em Olinda, em Salvador, entre muitas outras. Com a ascensão comercial do ciclo açucareiro as principais cidades portuárias prosperaram, dinamizaram suas estruturas sociais e cresceram em direção aos portos.

Ainda no século XVII, mas principalmente no século seguinte iniciou-se a ocupação interior em busca do ouro. São Paulo foi simples ponto de passagem, vindo a florescer algumas cidades mineiras e goianas. No século XIX vieram explosões econômicas importantes. A borracha fez enriquecer certas regiões do norte, e o ciclo do café definitivamente fez explodir uma larga rede de cidades, principalmente nas regiões sul-fluminense e paulista. Trouxe com ele a modernidade das redes ferroviárias e dos serviços urbanos de eletrificação e saneamento.

Foi, no entanto, ao longo do século XX que a modernização realmente impactou nossas realidades urbanas com grandes intervenções de renovação dos antigos tecidos coloniais, inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e com o planejamento de cidades modernas: Goiânia, Brasília e Palmas expressam três desses momentos.

Nossa composição étnica por sua vez expressa, também, momentos cíclicos. Aos índios, portugueses e africanos dos primeiros séculos somaram-se importantes massas imigrantes, sobretudo europeias, que cruzaram os mares em busca de oportunidades de inclusão que a industrialização vigente no “primeiro mundo” não lhes propiciou.

Que marcas territoriais e étnicas ainda se apresentam em nossas cidades? De que maneira nossos traços culturais regionais se sobrepõem à homogeneização percebida nos tempos atuais? Marcados por forte com-



posição social excluída e sobrepujada, como estamos fortalecendo a inclusão?

Os dados censitários são bem pouco animadores. Cientistas sociais falam de abismo social. Especialistas estrangeiros adjetivam nosso nome – *brasilianização* - como expressão de pobreza. Ainda podemos constatar bolsões de trabalho escravo no Brasil, isso sem falar dos altos índices de violência urbana e de prostituição infantil.

Diante desse quadro, como estabelecer e fortalecer as redes sociais e as sociabilidades? Como estimular e incorporar a governança e o capital social como estratégias para nossas ações? Como promover a ética como a estética de vida dos indivíduos? São desafios que devemos nos colocar constantemente...

Busquei correlacionar identidade, cultura e ética, ou seja, o sujeito se reconhece e se estrutura a partir de seus dados culturais e de sua relação com o outro. Necessariamente só haverá construção de identidade se o outro estiver em estreita interação com cada eu. Tal questão aponta para a necessidade de uma ação política presente nos sujeitos. Uma pré-disposição a incorporar o outro quer dizer a possibilidade das interações/tensões inerentes à vida pública e à participação em sociedade. Participação é um conceito que pode ser manipulado ideologicamente. Governos de diferentes matrizes políticas e coloridos ideológicos desejam a participação em seus programas. Organizações e empresas buscam a participação de clientes e usuários e/ou de seus empregados. Há duas tendências de estabelecimento de canais de participação, ambas restritivas em sua dimensão. É comum a implementação de formas de participação segmentadas e compartimentadas em setores: saúde, educação, cultura, orçamento público etc. Outra forma agrega os grupos por territórios: associações de bairro, comunidades específicas, enfim: isola os grupos locais um dos outros.

O que estou apontando é a necessidade de participação irrestrita e mesmo inicial/original. A necessidade dos indivíduos de viver coletivamente; a interação necessária à construção da vida pública.

### **Produção do espaço urbano - algumas questões:**

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. (CALVINO, 1990, p. 18)

As reflexões aqui desenvolvidas buscam explorar posicionamentos norteadores de intervenções urbanas que tomem como base o resgate do espaço enquanto local de convivência, entendendo que “revitalizar” pressupõe reviver, garantir a plena “vida” do lugar: ou seja, sua plena possibilidade de usos compartilhados pelos mais diversos agentes sociais.

Parte-se do pressuposto que o espaço urbano pleno é aquele que possibilita uma apropriação múltipla que o consolide enquanto “lugar”, em direta oposição ao “não-lugar”. Certeau (1998) aponta que lugar é espaço praticado, pois ligado às pessoas. Augé (1994) cunha a expressão não-lugar, designando “duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”. Espaços marcados pela efemeridade, por apropriações rarefeitas e momentâneas. O autor considera que a dimensão do não-lugar está contida em qualquer lugar, fato que leva a que o próprio residente possa se sentir um estrangeiro em sua própria terra, no seu próprio território.

Aponte-se, também, as reflexões de Yázigi (2001) na direção de se flagrar a “alma do lugar”. O lugar incorpora o cotidiano, caracteriza a parte e o reconhecimento de que esta está em certa autonomia em relação ao todo, ao conjunto mais amplo.

Entender a produção social do espaço como produção de lugar é, então, entender essa produção a partir de sua múltipla e diversificada carga semântica: qualquer espacialidade é rica de significados, assim como é rica e diferenciada a sua apropriação pelos diferentes atores sociais. Hoje, somos levados cada vez mais a perceber as cidades por signos de significados reduzidos. A Cidade é tomada por uma ou duas imagens (sem significado e sem conteúdo), reduzida drasticamente em sua possibilidade/vocação e em sua historicidade. Os viventes de uma cidade não são mais os cidadãos políticos que geraram a *polis* do mundo grego, ou a *urbs* romana. Nem ao menos um conteúdo coletivo como apresentam as cidadelas medievais é mais encontrado na cidade pós-industrial. Baudelaire registrava o *flanêur* da cidade do século XIX, porém, ao que tudo indica, os usuários das cidades deste início de milênio ainda guardam um sentido assentado no século passado que transforma o cidadão num simples *voyeur*.

Será esta indiferença a única possibilidade que poderemos esperar atualmente das cidades? Se for, então não cabe refletir a revitalização, pois o que deu vida às cidades foi o “estar junto”. Busco, ao contrário, abordar a possibilidade de dar vida aos lugares a partir dos usos coletivos neles partilhados e estimulados pelos mais variados e múltiplos motivos, inclusive o turístico e o do lazer espontâneo. Estar junto motivado por atividades culturais ou comerciais, pelo uso residencial ou institucional; enfim, estar junto. Creio que o modo de garantir e/ou estimular o livre encontro entre as pessoas é unir, o máximo possível, todos os motivos que atraíam as pessoas aos lugares coletivos.

O atual processo de globalização reforça e valoriza a diversificação, mas também homogeneiza valores. A atratividade urbana deveria se dar, a princípio, pelas singularidades que criam identidades próprias aos lugares. A produção da cidade é hoje regida por parâmetros de venda e consumo, traduzindo-se no que se denomina *city-marketing*<sup>4</sup>.

Um dos grandes paradoxos da produção do espaço é que ele pode levar à destruição dos próprios atrativos exercidos pelos territórios. Esse risco vem sendo reforçado, pois as sociedades contemporâneas têm se caracterizado por sociedades de consumo, regidas pelos preceitos do mercado, do lucro. Criam-se, assim, locais que não se constituem como territórios devidamente apropriados, não se constituem como “lugares”. Criam-se locais artificiais, cuja infra-estrutura pode ser muito boa, mas que são locais indiferentes à região.

Lucrecia Ferrara (1999) chama de turismo dos deslocamentos virtuais a forma como os visitantes tendem a se relacionar com o espaço: de modo efêmero e superficial, atentando-se a recortes imagéticos que pouco ou nada traduzem do lugar em si. Efeito perverso da contemporaneidade, as formas de apropriação dos cidadãos com seus espaços cotidianos estão sendo marcadas, cada vez mais, pela rapidez, insegurança e superficialidade. Estamos perdendo nossa possibilidade de apropriação espacial marcada por relações interpessoais intensas e pela afetividade. A crescente mobilidade dos indivíduos no espaço e o esgarçamento da coesão social ganharam, nas palavras de Bauman (1999, p. 101), uma conotação metafórica bem oportuna: “Os turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) irresistivelmente atraente. Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente inóspito”.

As reflexões sobre a cidade se cruzam com diversas outras questões. A cons-

tuição da identidade é uma das importantes. Mas se deve buscar a construção de saberes que não se pautem apenas pela memória urbana, ou pela identidade cidadã. Ao contrário de uma tendência pós-estruturalista que procura negar e desconstruir a noção de sujeito, devemos pautar-nos por reflexões que tenham como um de seus nortes a constituição da identidade (e sua possibilidade/necessidade dentro dos processos em curso na atualidade).

Assim sendo, mais do que nos pautarmos pela carga sígnica e simbólica (fruto da pós-modernidade) ou pela carga icônica e histórica de determinados bens culturais, devemos estimular a percepção e compreensão da necessidade deles se incorporarem aos nossos espaços de vivência. O fenômeno da comunicação de massa (a TV a partir dos anos 60; a internet a partir dos anos 90) tem assentado um modelo unificador junto aos indivíduos. A extensão dessa unicidade é perversa, pois aponta a construção de um consenso no qual “estar fora” aguça o sentimento de exclusão (reforçado por um projeto político-ideológico neoliberal do “deixa estar”, do “fazer-se cada um por si”).

A falácia tecnicista não resolve o problema, sendo necessário o resgate de uma nova ética (ou melhor, da ética em si), cabendo à cultura e à identidade uma possibilidade de reordenação do acontecer social e de resgate da sociabilidade e da urbanidade. Porém, uma lógica ordenadora contrária à dos modernistas que setorizaram nossas cidades. A arquitetura pode ter um sentido ordenador sim, mas que deve ser utilizado para estimular usos. Usos diferenciados.

### **Produção do espaço urbano - outras questões:**

A cidade é uma construção material e, sobretudo, um espaço que resulta dos

modos culturais dos que nela habitam e dela participam; isto a transforma num lugar apropriado afetivamente (ainda que sujeito a representações ideologicamente constituídas).

O espaço urbano reflete modos particularizados de vida social e sociabilidades (expressos, principalmente, nos espaços públicos das ruas e praças). É, também, e como reflexo, o espaço das contradições, conflitos e ambiguidades. Um tecido social em crise acirra o caos urbano (violência, pobreza, individualismo, isolamento, privatização da esfera pública). Os mecanismos para a reversão de tal situação precisam ser identificados através de condutas metodológicas que busquem flagrar potencialidades para uma requalificação dos espaços públicos enquanto espaços de sociabilidades múltiplas e que identifiquem estratégias para um planejamento urbano que, ao invés de reforçar experiências homogeneizadas (e ao mesmo tempo fragmentárias), possa reforçar a produção da cidade enquanto lugar antropológico permeado de sentido e memória.

Canal privilegiado de comunicação e interação, é através do espaço da cidade que potencialmente a consolidação e as trocas culturais se estabelecem. A maneira como a cidade é percebida, ou levada a ser percebida é transpassada por discursos ideológicos que parecem naturalizar práticas culturais hegemônicas e simplificadoras.

Hoje, vive-se uma realidade que enfraquece o uso da cidade enquanto experiência vivida, acarretando apropriações frágeis e efêmeras. Numa sociedade de consumo centrada em imagens e aparências, a vida urbana tende a ser uma experiência regida pelos mesmos propósitos, a cidade tratada como espetáculo.

Busca-se, através deste texto, enfocar o espaço urbano enquanto *locus* de apropriação coletiva. De que modos os usuários da cidade transformam o espaço em *lugar* de pertencimento e elos identitários?

O cotidiano da cidade sobrevive aos processos de espetacularização? Qual o destino de nosso *lugar-comum* (em oposição ao *lugar-nenhum*)? Como conter/suavizar os processos contemporâneos de individuação que levam ao solapamento dos vínculos sociais e transformam o espaço em um *não-lugar*?<sup>5</sup>

Em suma, é necessário refletir sobre as condições de nossa urbanidade e nossa sociabilidade. Refletir sobre as potencialidades e dificuldades para a qualificação e vitalização dos espaços e sobre a gestão cultural do espaço da cidade (entendida pelo valor de uso dos lugares, e não pelo valor de troca onde agora a própria cidade é tomada como produto a ser consumido de maneira efêmera).

A vida pública enseja a convivência com aquele que não conheço, mas que não excluo. Em contraponto, a vida privada –como o próprio termo aponta etnologicamente- pressupõe privar, ou estar privado (e nem um nem outro pode ser uma meta satisfatória). A cidade, em seu sentido clássico, sempre apresentou uma tríplice e importante composição de espaços: o público, o econômico e o cultural; o primeiro remetendo à ágora, o segundo ao mercado e o terceiro aos adros religiosos. Três espaços coletivos que indicam não mais existir plenamente. Os motivos? Pode-se arriscar alguns: a violência urbana desvitalizando praças e calçadas; shoppings e vendas à distância a transformar radicalmente nossas vitrines de exposição de produtos. E quanto ao terceiro, serão os novos modos culturais capazes de substituir as representações coletivas de outrora?

Enfim, devemos olhar a cidade como um enigma a ser decifrado, (re)conhecer seus valores “invisíveis”, focar paisagens urbanas como paisagens poéticas, ou seja, resgatar as poesia do urbano independente do moderno ou do antigo, e sim pelo cotidiano que nele se dá. Flagrar a cidade invisível da memória (labiríntica, ligada ao

acaso, aos surtos de recomposição do passado) que se encontra superposta à cidade da razão. Uma cidade cujas singularidades encontram-se tanto no domínio da ordem (espacial) quanto da “desordem” das lembranças, nos detalhes que escapam das transformações urbanas. Recuperar nos reflexos especulares aquilo que “ilumina” os lugares comuns, os espaços cotidianos. O estar junto desinteressado e as condições físicas propícias a isso norteiam a noção de apropriação dos espaços, sobretudo os públicos e coletivos. As estratégias e objetivos a se buscar devem apontar para a identificação dos principais marcos afetivos e analisar as formas de uso e apropriação de espaços coletivos potenciais às práticas culturais e à dinâmica social da cidade; flagrar o *lugar*. Potencializar a *memória*.

Desde já um alerta: o que aqui se pretende ao falar de manutenção e resgate da memória nada tem a ver com certa tendência apontada por Andreas Huyssen (2000): “restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus”. Não é a memória enquanto produto rentável da indústria cultural que deve ser buscada, e sim as relações mais interpessoais que o passado possibilitou e a desconstrução do não-sujeito pós-moderno – e seu *não-lugar* - através do resgate da identidade.

#### **GPDU “do bem”:**

Participei da banca de mestrado em Arquitetura e Urbanismo de João Batista Porto Junior em 2009 na UFF, cujo trabalho “Refazendo o Caminho: dimensões do projeto urbano de Niemeyer para Niterói, RJ” nos faz refletir sobre os descaminhos da sociedade contemporânea. A dissertação é oportuna e necessária, e realça algumas dimensões dos GPDU: Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano.

Ao se flagrar certos GPDU, algumas questões iniciais podem ser lança-

das: que são Grandes Projetos, não restam dúvidas; se são de Desenvolvimento, aí podemos nos questionar. Certos termos precisam ser sempre questionados. Desenvolvimento de que? A partir de que modelo? Com qual finalidade? Planejamento estratégico para quem? Com quem e por quem?

Porto Junior (2009) recorre às discussões da sociedade do espetáculo de Guy Debord (2004), estabelecendo correlações entre certas materializações da sociedade contemporânea. É neste campo que quero avançar, pois de certa forma tanto a Cultura quanto o Urbanismo são travestidos em seus sentidos essenciais e transformados em *merchandising* em uma sociedade que parece centrar-se somente no consumo.

A meu ver, os GPDUs normalmente são frutos dessa postura consumista. Mas serão todos eles produtores de espaços efêmeros e simplesmente espetaculares? Existe GPDU “do bem”?

A lógica de grandes cenários urbanos toma conta do planejamento atual. E valem enquanto cenário, valem por sua carga simbólica, sua imagem... Faltam em muitos dos projetos considerarem os atores que darão vida à cena; e estou falando de protagonistas e não de meros figurantes. Senão, vira só cenário. Torna-se não-lugar, local de passagem, sem enraizamento, sem vivência.

Pensar na produção dessa tipologia de espaços urbanos é como pensar na espécie de produção de arte e cultura que ainda insiste em ser apenas voltada ao “consumo” imediato. Do mesmo modo que necessitamos de ações em cultura que almejem que os indivíduos sejam fruidores, dêem efetivo uso, se apropriem, se comovam... Ser, ao invés de só parecer. Enxergar, ao invés de só olhar. Vivenciar, ao invés de só estar. Fugir do meramente eventual e efêmero.

Ao que tudo indica, os GPDUs têm a mesma lógica de uma indústria cultural

voltada apenas ao consumo de massa. Ambos querem só o “espetáculo”. Ambos só querem o evento que consolide a imagem, a marca. Ambos se pautam por apropriações meramente mercadológicas. Não quero ser pessimista. Quero defender uma lógica contrária.

Quero que Arte e Manifestações Culturais sejam o que são: possibilidades múltiplas de exercício de nossa possibilidade de comoção, de encantamento. Quero que os Lugares Urbanos sejam espaços de sociabilidade, de interação, de prática e vivência. E não é mera questão panfletária. É como nos posicionamos no mundo. Trata-se aqui da defesa de que não façamos de nossas vidas meras representações (individuais), meras vitrines de exposição (na qual o sujeito se torna um produto, objeto), meras imagens (virtuais ou reais)... miragens...

Pelos trabalhos acadêmicos (o citado, e outros), o Caminho Niemeyer (Niterói) é um GPDU. Um grande empreendimento urbano, frutos de fortes parcerias público-privado, um exemplo do empresariamento urbano, uma marca de grife na lógica do *city-marketing*, um não-lugar na concepção de Augé, um espetáculo consumível na concepção de Debord, um local segregado na minha concepção; em suma: uma catástrofe. Preferiria um lugar-comum, um simples lugar. Integrado ao restante da cidade. Se almejar qualidade (?) estética é produzir esse tipo de morfologia, prefiro a simplicidade das formas urbanas vernáculas...

A lógica contemporânea que norteia as intervenções urbanas aponta para o aproveitamento das áreas centrais promovendo sua restauração em oposição à ampliação dos limites periféricos das cidades.

Diversidade gera diversidade. Intervenção com manutenção do tecido social existente e ampliação de setores e camadas sociais diferenciadas. Mesclar edificações novas com edificações antigas ou his-

tóricas. Promover intervenções de pequeno porte e incluir a melhoria dos espaços coletivos. As quatro ideias apresentadas apontam para melhores possibilidades e resultados ao se intervir nos centros. Ou mesmo em toda e qualquer área de uma cidade.

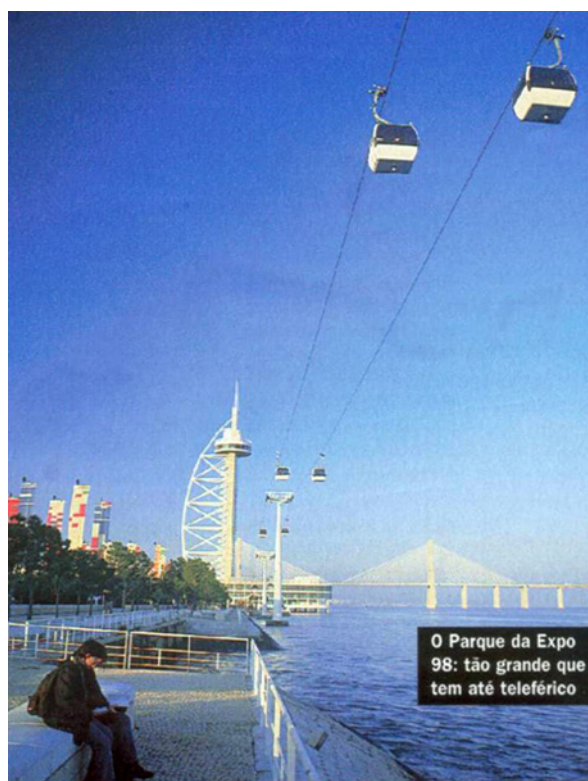
**Lisboa, um caso a analisar:  
Dois lugares... dois tempos... mas a  
sempre relação com o Tejo.**

Suscito um projeto, o Parque das Nações (Lisboa). Um GPDU “do bem”, assim me parece sua possibilidade e potencialidade, pois se aposta na diversidade funcional e social como garantias da requalificação. O projeto de intervenções na área portuária foi potencializado financeiramente pela Exposição Internacional de 1988, e o agora denominado Parque das Nações traz um conceito de que reabilitar pressupõe processos de ampla ressonância que ativem os mais diversificados setores/agentes sociais. Apostou-se em qualificar a área tanto para os interesses turísticos e do grande capital, quanto para a população da cidade em toda a sua diversidade. Bem, ao menos enquanto fundamento!

Como forma de demonstrar sua capacidade de implantação de grandes intervenções urbanas, Portugal foi sede da Exposição Universal de 1998. Para tanto, planejou a recuperação/utilização de antiga área portuária às margens do Tejo. Buscou grandes arquitetos, sim. Mas não se valeu apenas destes. Planejou espaços com forte imagem e carga signífica, mas os dedicou aos “estrangeiros” e aos “locais”. E quis que o lugar guardasse sua força e sua atratividade para além do grande evento, atraindo turistas e população local. Planejou segundo a lógica da vivência e não do “espetáculo”. Buscou-se tecer elos entre passado e presente, pois Lisboa continua sendo a tradicional cidade dos azulejos, do bacalhau e do fado. Mas é, também, a contemporânea cidade da música tecno e dos centros comerciais.



Trecho da Praça do Comércio na Baixa Pombalina<sup>6</sup>



Parque das Nações<sup>7</sup>

A trajetória de Lisboa foi sempre marcada pela sua relação direta com o rio Tejo. Porém, no século XIX o desenvolvimento industrial e comercial determinou o crescimento da cidade para o interior, distanciando-se do Tejo. No entanto, próximo ao fim do século XX a cidade torna a voltar-se para as águas. Nos anos 90 foram lançadas as bases tanto para a reabilitação dos bairros históricos, quanto para a recuperação e requalificação de toda a zona ribeirinha, agora local de lazer e convívio.

Como aparece num dos sites<sup>8</sup> que divulgam a cidade:

Lisboa não se vê, sente-se: olhando os navios que chegam e partem do rio; calcorreando vales e colinas através das ruas estreitas e dos empedrados artísticos; observando as gentes que passam; no cheiro da sardinha assada que percorre os bairros populares durante as festas da cidade e, no fado que canta, à noite, a saudade.

Alguns textos sobre o Parque das Nações expõem parte de seus princípios:

Com efeito, a requalificação urbana, enquanto processo de intervenção social e territorial, pressupõe um conjunto de ações integradas numa determinada lógica de desenvolvimento urbano, agindo, assim, ao nível da qualidade e das condições de vida dos diversos grupos sociais –em especial, os que se encontram mais marginalizados da vida social e urbana- numa postura de democraticidade social e de generalizada apropriação individual e coletiva dos espaços em causa. Deste modo, a requalificação urbana constitui-se como um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado

equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de renovação dos agentes envolvidos nesses processos. (FERREIRA; INDOVINA, 1999)

Vê-se pelo mundo afora a sempre mesma questão: a degradação e esgotamento das áreas portuárias, tornadas obsoletas com a perda da função original. Investidas de grandes áreas construídas e de grandes vazios, as frentes de água – nestes casos- tornam-se locais de pobreza e de pouca vitalidade. Esta estagnação fez, no caso de Lisboa, com que o crescimento da cidade desse as costas para o Tejo.

Buscando solucionar esse fenômeno, a gestão do território lisboeta encontrou na produção do espaço para a feira internacional a oportunidade definitiva. A zona oriental da cidade que abrigara importante função portuária tornara-se perigosa e de baixa qualidade ambiental. Indústrias petrolíferas e químicas desativadas, instalações fabris em ruínas, estoque habitacional empobrecido e acessibilidade deficiente era o quadro que caracteriza a área que recebeu o então denominado Parque das Nações. Buscou-se realinhar as antigas relações diretas entre a área do porto e as áreas de seu entorno, fazendo com que Lisboa se voltasse orgulhosamente para o Tejo novamente.

Os impactos, tanto da intervenção urbana quanto da cultural e turística, repercutiram em mídias brasileiras:

A exposição de Lisboa, além de seu tema oficial (Os Oceanos, um Patrimônio para a Futuro), tem outro objetivo. Um dos primos pobres da União Européia, Portugal pretende aproveitar a Expo'98 para divulgar a modernização e os avanços recentes do país.

[...] Há outra novidade em relação à expo'98. Ao contrário da maioria das

feiras mundiais, totalmente desmontadas após sua realização, a infra-estrutura da exposição de Lisboa será aproveitada após setembro. O próprio local do evento –60 hectares às margens do Tejo– foi totalmente reurbanizado durante a construção dos seis pavilhões e das demais instalações da feira. Antes tratava-se de uma região degradada e abandonada cuja poluição contaminava até o Tejo. Agora, com o rio recuperado, será integrada a um novo pólo residencial chamado Expo Urbe, com 7 mil apartamentos, escritórios e lojas<sup>9</sup>.

Ou ainda:

A belíssima estrutura de bancos, praças e jardins montada para a expo 98 também será conservada. Os turistas podem continuar subindo na torre Vasco da Gama para apreciar a paisagem, andando de teleférico de um lado a outro do parque [...]. Também não vão faltar vitrines e comprinhas. A construção do Centro Comercial Vasco da Gama, com inauguração marcada para a próxima primavera europeia, será outro marco na vida do Parque das Nações. O shopping terá hipermercado, restaurantes, cinema e lojas. [...] A praça de espetáculos que recebeu alguns dos concorridos shows de MPB durante a feira, a Praça Sony, vai abrigar os mais importantes encontros musicais da capital portuguesa nos próximos tempos<sup>10</sup>.

E mesmo esta outra matéria:

A explosão de prédios modernos borbulha ainda com mais intensidade no Parque das Nações, concebido para a Expo-98, que tinha como tema Os oceanos, um patrimônio para o futuro. [...] Ao longo dos 12 quilômetros do Corredor Cultural, às margens do Tejo, atracam barcos que funcionam como bares. O espaço, arejado, é efervescente com cafés, livrarias e lojas<sup>11</sup>.

Entendo que pensar na Cultura e em seu papel no desenvolvimento de um país, região, comunidade, ou das pessoas em geral transformou-se radicalmente nas últimas décadas colocando desafios inéditos e imensos a todos aqueles que, no setor público ou no setor privado, procuram novos caminhos, soluções e funções, tanto para os tradicionais, como para os novos territórios da cultura. Se o empreendimento português atingir essa meta e se conformar como um “lugar”, então temos aí um GPDU de sucesso; “do bem”.

Mostra-se oportuno dar voz aos usuários. Em um *blog* encontramos algumas apreensões apontadas em 2010, uma década após aquele grande empreendimento. Vejamos<sup>12</sup>. “Belas fotografias de um espaço que considero desumanizado”, é uma das postagens em 05/01/2010. “Não gosto muito daquilo, é ‘certinho’ demais”, aponta outro dois dias depois. O projeto do Parque das Nações incluiu várias unidades residenciais, o que favorece a uma construção identitária, mas não é suficiente.

[...] tudo aquilo é extremamente frio e calculado, faltando aquele calor do nosso bairro, talvez porque ainda não existam gerações que ali tenham nascido para poderem dizer (Eu sou do Parque das Nações) como outros dizem com orgulho (eu sou da Mouraria ou outro), no entanto não deixarei de reconhecer que existe qualidade de vida de nível superior em relação ao resto do país. (05/01/2010)

Não gosto, nunca gostei, não me diz nada, sem significado. São mais umas séries de edifícios de apartamentos sem história, sem alma, betão e mais betão [sic]. Ficou melhor do que estava. (07/01/2010)

Em outro lugar de fala encontramos uma visão oposta: “O Parque das Nações é hoje um espaço vivo, dinâmico e multifun-



cional. É a marca da Lisboa contemporânea, um local onde os lisboetas se divertem, apreciam espetáculos, passeiam, praticam desporto, fazem compras, trabalham e vivem, com qualidade e em harmonia.”<sup>13</sup> É uma fala “oficial”, para atrair turistas, bem focada neste *marketing*. Esta fala última pode ser confrontada com outra, de 2012, que parece apontar relações de pertencimento vivenciadas pelos moradores locais que comemoram a aprovação da criação, em 01/06/12, da Freguesia do Parque das Nações, conclamando com isto uma garantia de melhor integração da área com seus residentes e usuários. Meses antes, em 15/03/12, já vinham sendo postadas reclamações que traziam indícios de que o local fora apropriado pelos moradores.

[...] se parte do Parque das Nações ficar fora da futura freguesia, todos ficamos a perder. O Parque das Nações foi concebido e edificado como uma nova centralidade da cidade de Lisboa [...] E caso se concretize a divisão [...] teremos ruas que pertencerão às cinco autarquias. [...] Haverá crianças que deixarão de poder frequentar escolas públicas do nosso bairro [...]<sup>14</sup>

Quero enfatizar a questão da apropriação urbana e a noção de lugar antropológico por entendê-las como dimensões essenciais à sociabilidade. A possibilidade dos encontros fortuitos, e mesmo a necessidade das relações interpessoais imprevisíveis estruturam a vida social e reforçam a construção da identidade e da cidadania. Michel de Certeau e Milton Santos foram alguns dos teóricos que já nos ensinavam sobre esta necessidade. Retomo aqui a questão sob o olhar de Paola Jacques e as corpografias urbanas:

A partir de uma constatação da atual espetacularização das cidades contemporâneas – que resulta em cenografias urbanas – tratarei do que considero ser uma forma de resistência a

esse processo: a própria experiência urbana e, em particular, a experiência corporal da cidade. Esse tipo de experiência, do corpo ordinário enquanto resistência, pode ser estimulada por uma prática que chamo de errâncias que, por sua vez, resultaria em corpografias urbanas. (JACQUES, 2007, p. 93)<sup>15</sup>

Retomo agora a questão da modernidade e o risco de uniformização e homogeneização que ela permite, mesmo travestida de novidade. Como apontou Octavio Paz (1984, p. 39): “Em todas as sociedades as gerações tecem um tela feita não só de repetições, como de variações; e em todas elas realiza-se, de um modo ou de outro, aberta ou veladamente, a ‘querela dos antigos e dos modernos’. Há tantas ‘modernidades’ como épocas históricas.” Seguindo tal raciocínio, faço eco com Slavoj Žižek (1992, p. 59) buscando “detectar, por trás da universalidade aparente, a particularidade de um interesse que destaca a falsidade da universalidade em questão: o universal, na verdade, está preso ao particular, é determinado por uma constatação histórica concreta”.

O interessante em questões como estas é flagrar no próprio discurso a fantasia ideológica, os falseamentos ideológicos inconscientes. Não vou por este caminho aqui, neste momento. Apenas reforço sua potencialidade metodológica, e sigo um pouco mais com os autores. Paz (1984, p. 98) nos propõe que o “texto que é o mundo não é um texto único: cada página é a tradução e a metamorfose de outra e assim sucessivamente. O mundo é a metáfora de uma metáfora. [...] No centro da analogia há um buraco: a pluralidade de textos subentende que não há um texto original”. Žižek (1996, p. 299) vai além:

A estrutura é sempre tríplice; há sempre três elementos em ação: o texto

manifesto do sonho, o conteúdo latente do sonho, ou seu pensamento latente, e o desejo inconsciente articulado num sonho. Esse objeto, [...] consistindo inteiramente nos mecanismos do significante, [...] seu único lugar está na forma do “sonho” [...].<sup>16</sup>

O que tem de ideologia impregnada nestes vários discursos sobre o Parque das Nações? Os dados positivos apontados pelos moradores são construções de fato apreendidas ou são representações ideologicamente produzidas? O discurso de cunho turístico traz conexões explícitas de suas intenções pragmáticas e mercadológicas. Enfim, será mesmo possível que intervenções de grande porte como o Parque das Nações se tornem um GPDU do bem? Fica aqui uma questão a acompanhar...

#### Bibliografia:

- ANDRADE, Mário de. ; ALVARENGA, Oneyda. Cartas. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.
- AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- FERRARA, Lucrecia d'Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, Ana; CRUZ, R. C. (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 15-24.
- FERREIRA, Vitor Matias ; INDOVINA, Francesco. (org.). A cidade da Expo'98. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.
- HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. In: Revista Observatório Itaú Cultural / OIC. São Paulo, n.5, abr./jun. 2008. pp 47-57.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Salvador, ano 5, número especial, 2007, organizado por Ana clara Torres Ribeiro. pp 93-103.
- LACAN, Jacques. Escritos. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LACAN, Jacques. O Seminário - Livro 3: As Psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- PAZ, Octavio. Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PORTO JUNIOR, João Batista. Refazendo o Caminho: dimensões do projeto urbano de Niemeyer para Niterói, RJ. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- RODRIGUES, Luiz Augusto F. Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único. Niterói: EdUFF, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Milton et al. (orgs.). Fim de século e globalização. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.
- ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa de Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ZIZEK, Slavoj. Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1992.
- ZIZEK, Slavoj. O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1991.

---

<sup>1</sup> Arquiteto/Urbanista e doutor em História Social. Professor Associado do Departamento de Arte da UFF, vinculado à graduação em Produção Cultural e à pós-graduação em Cultura e territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Podemos creditar à publicação do Relatório Nossa Diversidade Criadora, organizado por Javier Pérez de Cuellar em 1995, o marco principal das preocupações da UNESCO com a questão. A partir de então a questão cultural vai assumindo cada vez mais centralidade nas discussões internacionais, culminado em dois documentos importantes: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e Convenção sobre a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

<sup>3</sup> Estou, propositalmente, evitando utilizar termos como território e lugar, num claro entendimento e valorização da noção de lugar em sua acepção enquanto lugar antropológico, como será discutido mais a frente.

<sup>4</sup> Sánchez apresenta a sucinta definição de city-marketing: “mecanismo institucional de promoção e venda da cidade como lugar de recepção/irradiação”. SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Metropolização e modernidade. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.). Fim de século e globalização. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 293-302. p. 298.

<sup>5</sup> Enquanto oposições binárias, poderíamos distinguir os termos como a seguir. Lugar é pausa e contato. É real e singular. Gera experiência. É espaço usado e vivido. *Não-lugar* é movimento e indiferença. É artificial e universal. Gera virtualidade. É espaço consumido e observado. A produção do lugar se efetiva a partir dos níveis de sentido que lhe atribuímos.

<sup>6</sup> Fonte: Outflight Magazine Ponte Aérea. São Paulo, Ano 17, n. 151, s.d. Edição especial: Lisboa. p. 21 (parte da fotografia)

<sup>7</sup> Fonte: Revista Viagem e turismo. São Paulo, Ano 6, n. 3, março/2000. p. 57.

<sup>8</sup> <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=4>, acessado em 24 de outubro de 2012.

<sup>9</sup> Caloca Fernandes In: <http://epoca.globo.com>, 23/maio/1998.

<sup>10</sup> Célia Curto In: O Estado de S. Paulo, 27/out/1998.

<sup>11</sup> Jornal do Brasil, 09/fev/2003.

<sup>12</sup> As falas a seguir foram extraídas de <http://extrafisico.blogspot.com.br/2010/01/hoje-lisboa-parque-das-nacoes.html>, acessado em 26 de outubro de 2012.

<sup>13</sup> [www.visitlisboa.com](http://www.visitlisboa.com), acessado em 26 de outubro de 2012.

<sup>14</sup> <http://freguesiadoorient.blogspot.com.br>, acessado em 26 de outubro de 2012.

<sup>15</sup> Grifo da autora. Sobre o assunto, ver também JACQUES, 2008.

<sup>16</sup> Grifo do autor. Aqui vale nos reportarmos a Jacques Lacan (1978, p. 246): “a estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante, que permite a elisão pela qual o significante instala a carência do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de remessa da significação para investi-la com o desejo visando essa carência que ele suporta. [...] a estrutura metafórica, indicando que é na substituição do significante ao significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou de criação, em outras palavras, de advento da significação em questão.” (os negritos são meus)

Contato:  
- [luizaugustorodrigues@id.uff.br](mailto:luizaugustorodrigues@id.uff.br)

**A Televisão e a Música Popular Brasileira: Histórias que se entrelaçam**

**La Televisión y la Música Popular Brasileña: Historias que se estrelazan**

**Television and Brazilian Popular Music: Stories that are intertwined**

**Marildo José Nercolini<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

MPB

Televisão

Brasil dos anos 60

**Resumo:**

A consolidação da televisão no Brasil e a construção e consolidação da Música Popular Brasileira – MPB estão mais conectadas do que normalmente se supõe. O que o rádio representou para os cantores nas décadas de 40 e 50, a televisão passou a fazê-lo para a geração de cantores dos anos 60, especialmente através dos festivais da canção e dos programas musicais que buscavam abarcar as diferentes tendências então existentes. Se a televisão valeu-se dos criadores da MPB para conquistar público e firmar-se no mercado; por seu lado, esses criadores-músicos, através da televisão, tornaram-se conhecidos e tiveram suas canções e ideias divulgadas para públicos massivos.

**Resumen:**

La consolidación de la televisión en Brasil y la construcción y consolidación de la Música Popular Brasileña – MPB están más conectadas de lo que generalmente se supone. El rol que la radio representó para cantantes en las décadas de 40 y 50, la televisión lo ha hecho a la generación de los años 60, sobre todo a través de los festivales de la canción y programas musicales que pretendían abarcar las diferentes tendencias que existían entonces. Si la televisión se aprovechó de los creadores de la MPB para conquistar público y establecerse en el mercado; por su vez, esos creadores-músicos, a través de la televisión, se hicieron conocidos, y sus canciones e ideas fueron difundidas a audiencias masivas.

**Palabras clave:**

MPB

Televisión

Brasil de los años 60

**Keywords:**

MPB

Television

Brazil in the 1960's

**Abstract:**

The consolidation of television in Brazil and the construction and consolidation of the Brazilian Popular Music – *MPB* are more connected than is commonly supposed. Television began to represent for the generation of singers of the 60s what radio had represented for singers in the 40s and 50s, especially through the song festivals and musical programs which sought to embrace the different tendencies that existed at the time. If television has taken advantage of the creators of *MPB* to gain audience and establish itself in the market; in turn, these creators-musicians, through television, became well-known and had their songs and ideas disseminated to the mass public.

## **A Televisão e a Música Popular Brasileira: Histórias que se entrelaçam**

### **E por falar em televisão**

No Brasil, a década de 60 tem entre suas marcas o início do processo de massificação da televisão. Sem entrar em muitos detalhes históricos, a televisão foi implantada no Brasil nos anos 50, trazida pelo tano visionário quanto controverso Assis Chateaubriand, que, em 18 de setembro de 1950, juntamente com os Diários e Emissoras Associados, inaugurou a TV Difusora, mais tarde TV Tupi, canal 3, em São Paulo e, em seguida, no Rio de Janeiro.

A chegada desse novo meio de comunicação em terras tupiniquins, causou, por um lado, fascínio e estupor, com suas novas e avançadas, para a época, tecnologias e possibilidades; por outro, desconforto e temor, pois a sua chegada poderia acarretar o enfraquecimento e, para alguns, o fim de outros meios então existentes, como o rádio e o cinema, especificamente falando. Na verdade o que de fato aconteceu nesse e em outros casos (como o mais recente – a chegada da internet nos anos 90) são as transformações substantivas nos meios e tecnologias comunicacionais anteriores, que precisam se adaptar aos novos contextos, pois o jogo de forças sócio-cultural se modifica.

Em termos de abrangência e importância, o rádio era até aquele momento o maior, mais importante e mais bem sucedido meio de comunicação de massa existente no Brasil, concentrando os interesses e os investimentos estatais e do mercado. Com a chegada da televisão, aos poucos isso foi se alterando. Em termos políticos, por exemplo, cabe lembrar o estratégico uso que o Governo Getúlio Vargas fez do rádio para implantar sua plataforma e, destacadamente, uma concepção de na-

ção, aos moldes do que o pensador inglês Benedict Anderson vai chamar de “comunidade imaginada”, buscando superar e camuflar as diferenças e divergências, e forjar um consenso de “todos como um” – somos uma única nação, com a mesma língua, interesses e desejos. Com a tomada do poder pelos militares, com o golpe de estado de 01 de abril de 1964, para se consolidar no poder e consolidar seu projeto, os golpistas buscam não somente no rádio, mas, sobretudo, na televisão o seu meio de acesso privilegiado às massas. Mas para isso era necessário investir na popularização do novo meio, sobretudo ampliando sua abrangência para todo território nacional. Em termos técnicos, a criação da estatal EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), em setembro de 1965, e a implantação de torres de retransmissão, ligadas a um satélite de comunicações, possibilitaram a criação das redes nacionais de televisão e os grandes conglomerados de comunicações, tornando possível o desejo dos governantes militares de implantar seu projeto de “integração nacional”, claro que em mãos de um grupo selecionado de empresários, e mediante revisão e modificações na política de concessões. No final da década de 60, já teremos 12 milhões de brasileiros interligados pela televisão, número esse que foi somente aumentando e muito nas décadas seguintes.

O ufanismo (“Esse é um país que vai pra frente”) e a criação de um projeto de nação levado a cabo pelo governo ditatorial que se implantava, buscando, a seu jeito também, como o fez Getúlio, a criação de um imaginário que fomentasse o pensamento único, a dita “integração nacional” e a negação de qualquer outra alternativa, adonando-se da ideia de nação (“Brasil, ame-o ou deixe-o”) tornam-se a pedra de toque, e a televisão passa, então, a ser o canal privilegiado, em termos de comunicação massiva, para a implantação desse projeto que se torna hegemônico no perío-

do. Entre mortos e feridos, nem todos sobreviveram, vários sucumbiram, claro que sem negar a evidente modernização da comunicação massiva no Brasil.

Outro exemplo, e que mais nos interessa aqui, pode ser buscado na indústria fonográfica brasileira que desde o princípio teve o rádio como principal aliado, meio privilegiado para lançamento e circulação da produção musical das gravadoras. As grandes rádios – cabe lembrar algumas, como Rádio Nacional e Rádio Mayrink Veiga – que tinham entre seus contratados as grandes estrelas da música do período, com programas de auditório, acompanhados por grandes orquestras, faziam o lançamento de suas canções e discos, impulsionando a venda e os lucros das gravadoras.

A chegada da televisão veio modificar essa realidade, que teve seu auge nos anos 30 e 40 – a chamada “Era do Rádio”. Mas as mudanças não foram repentinas. A televisão necessitou de quase uma década para, de fato, mostrar sua força e abalar a hegemonia do rádio. Entre outras razões, porque era uma tecnologia recente e que, no princípio, despendia de grande investimento financeiro tanto por parte de quem a queria implantar (iniciativa privada ou estatal), como por parte de quem queria ter acesso ao aparelho de TV, no início bastante caro e raro. Por outro lado, resolvidos esses problemas iniciais, quando a infraestrutura foi sendo montada e o acesso ao aparelho de televisão foi se estendendo, também era necessário criar estratégias para atrair a audiência, trazer o público para frente da tela menor, investindo-se em uma programação para cujo formato não havia ainda parâmetros e cujos profissionais precisavam ser forjados. Não é de se estranhar, por exemplo, que três das principais estratégias usadas na montagem da programação estivessem diretamente vinculadas a fórmulas de sucesso provenientes do rádio: progra-

mas musicais, futebol e novelas. Desses, vamos nos ater a análise da parte musical e sua articulação com a televisão.

Os programas musicais foram uma constante na grade de programação televisiva nos anos 60, período de consolidação desse meio de comunicação por aqui. Tal estratégia, já antes usada pelas grandes rádios, passou a ser usada pelos responsáveis pela programação na televisão, mas adaptando-se ao novo formato e ao novo contexto histórico. Contratavam-se os cantores para fazerem parte do elenco fixo das emissoras, alguns como condutores/apresentadores, outros como convidados eventuais para se apresentarem nos programas especificamente musicais ou de variedades (programas de auditório, por exemplo). No entanto, precisando atrair público, mas também querendo marcar o seu diferencial, o investimento foi feito não somente em nomes já consagrados pelo rádio, mas, sobretudo, em cima de caras novas e novas propostas musicais que surgiam nos anos 60. Portanto, se, por um lado, precisaram recorrer aos já experientes profissionais do rádio, por outro, investiram em nomes novos, ainda sem os vícios e trejeitos daquele meio de comunicação. A imagem passava a dar as cartas, e ela precisava ser chamativa, jovem e atraente. Daí decorre a aproximação com uma nova geração de cantores e compositores que estavam despontando no cenário musical brasileiro, que estavam dando os passos iniciais do que veio a ser chamada Música Popular Brasileira, ou mais simplesmente MPB.

Portanto, na busca pela legitimação social e tentando ocupar um espaço até então dominado pelo rádio, os empresários ligados à televisão estabelecem uma aproximação muito intensa com a música. Até então era o rádio que, com seus programas de auditório, suas orquestras, constituía-se em um espaço fundamental na criação de grandes ídolos da nossa canção popular,

“cantores e cantoras de rádio”, que tinham os seus fiéis seguidores e os traziam para os seus programas. Os proprietários dos canais de televisão apostaram no poder da música popular com vistas a conquistar seu espaço junto ao público.

### **E essa tal de MPB?**

Quando falo em Música Popular Brasileira não me refiro a toda música popular feita no Brasil, mas mais especificamente a um certo tipo de música popular que surge a partir dos anos 60. Uma música urbana, ligada ao ambiente universitário e à efervescência político-cultural que dominava as artes no Brasil na década de 60. Uma música que resgatam o apuro estético – a chamada modernização da música brasileira - trazido pela Bossa Nova, mas passam a se preocupar também com o conteúdo, que precisava necessariamente ser revolucionário, no sentido de estar a serviço da conscientização das pessoas. Isto é, em síntese, uma música que buscava articular a expressão de uma consciência nacional, politicamente orientada para a emancipação cultural e ideológica é que, naquele momento, era hegemônico no pensamento artístico nacional.

Fundia e resgatava elementos mais tradicionais, como o samba, a música nordestina, por exemplo, com os pressupostos estético-musicais trazidos pela Bossa Nova, produzindo uma “fusão/confusão” dos critérios da cultura considerada de elite e da cultura popular, e também se utilizando dos mecanismos da cultura massiva. E para completar essas mesclas, com o tempo a MPB passa a ser incorporada como signo de alta cultura.

Tal denominação, e conseqüente abreviação, começou a ganhar força a partir de 1965. Para aprofundar essa questão é interessante recorrer ao estudo feito por Carlos Sandroni (2004) que

historiciza as transformações que o termo popular associado à música teve no Brasil. Até os anos 40, o adjetivo “popular” esteve associado primordialmente a um tipo de música de origem mais rural, como o atestam os estudos de Mário de Andrade sobre música brasileira. A partir do final dos anos 40 o termo “popular” também passou a abranger um tipo de música urbana, feito por compositores vindos de uma parcela menos letrada da população (compositores dos morros cariocas, por exemplo), que começaram a ter suas músicas tocadas nas emissoras de rádio. Nos anos 50, a música de origem rural passou a ser denominada folclórica, e o termo “música popular” começou a ser associada à música urbana, com caráter mais comercial e midiático (usando o disco e as rádios como meios principais de divulgação). Mas sempre mantendo, de acordo com Sandroni, “um lastro de conformidade com as tendências mais profundas do povo”.

Nos anos 60, “música popular brasileira”, as três palavras unidas passam a designar músicas urbanas veiculadas pelos discos, rádios e, logo em seguida, pela televisão. Não abarcava, porém, toda música urbana. Seus criadores estabeleciam uma delimitação, excluindo o rock, com seus sons eletrônicos e sua origem inglesa e norte-americana, a música romântica e a considerada brega. Como bem analisou José Miguel Wisnik, nesse período, a denominação Música Popular Brasileira vinha associada

(...) a um purismo defensivo contra a cultura internacional (a música pop e o rock, a vanguarda e a Jovem Guarda) e contra o gosto e a presença das massas (o romantismo dito hoje brega, a música sertaneja, e outra vez a Jovem Guarda) (WISNIK, 1996, p. 1).

A expressão “popular” então é apropriada pelas classes médias universitárias



rias, envoltas pela ideologia de esquerda e pelo pensamento nacional-popular, com o objetivo de pensar a identidade brasileira, buscar suas especificidades e preservá-la da então chamada “influência nefasta” do “Imperialismo lanque”.

No final da década de 60, a Música Popular Brasileira já havia sido transformada numa sigla – MPB, o que para Wisnik “mais do que uma simples abreviação prática, não por acaso aparentada com alguma sigla de partido ou frente, supõe um pacto difuso entre aqueles que a usam” (Ibid.); virou uma senha distintiva da cultura cancional universitária então efervescente. Bastava referir-se à MPB que todos sabiam do que se tratava, mesmo que não conseguissem explicar totalmente.

Marcos Napolitano chama a atenção para outro aspecto importante: a MPB, mais do que um gênero musical, transformou-se em uma verdadeira instituição, fonte de legitimação e de hierarquização. Seus seguidores buscavam por independência, por criar seu próprio espaço – instituir-se, conectando-se com a realidade mais ampla, propondo a seus seguidores engajamento social e político. Mas por outro lado, e que muitas vezes é esquecido, estabelecendo uma conexão também muito forte com a indústria cultural que ganhava cada vez mais força no país, sobretudo quando se fala mercado musical brasileiro que se consolidava e com a chegada da televisão. Na década de 60, o Brasil passava por um processo de reorganização da indústria cultural, com novas estratégias de promoção, novos produtos e, sobretudo, novos conglomerados empresariais, fortes, sobretudo, no campo da música e da televisão.

Enfim, sob o signo do impasse e da contradição a MPB foi se construindo. Por um lado, como nos lembra Napolitano (2004), buscando a autonomia,

isto é, estabelecer suas próprias regras, que mesmo não escritas, existiam; e todo o processo de institucionalização sócio-cultural; e por outro, sem conseguir fugir da heteronomia, articulando-se dentro da dinâmica comercial, inserindo-se no mercado musical, com suas leis e normas. Esses dois processos nem sempre eram convergentes, mas eram concomitantes. Por um lado, desejo de engajar-se politicamente, mas, por outro, de também atuar no mercado musical; canções com sentido ideológico-político, mas também como bens culturais, mercadoria a ser vendida. Nunca é demais lembrar que a MPB teve papel fundamental na reorganização do mercado fonográfico brasileiro, além de seus cantores, compositores serem companheiros de caminhada, e mais que isso, sujeitos com papel fundamental reconhecido nas lutas políticas contra a ditadura aqui implantada a partir de 64. Muitas vezes a primeira parte da afirmação é esquecida. A MPB se institui, portanto, negociando com duas culturas, a nacional-popular e a cultura do consumo.

Aprofundemos a relação entre a MPB e a televisão no Brasil.

Para muitos estudiosos desse tema foram os festivais da canção, na década de 60, organizados pelos maiores canais de televisão então existentes um dos grandes responsáveis pela criação e consolidação do que se convencionou chamar Música Popular Brasileira. Ou, em outros termos, como bem afirma Napolitano (2004, p.54-55) “O processo cultural que ampliou, definitivamente, o público da MPB engajada e nacionalista foi a aliança deste gênero com a televisão”, mas também, do outro lado, “foram os programas musicais, sobretudo os festivais da canção, a partir de 1965, que trouxeram novos públicos para o veículo, harmonizando as exigências de qualidade e popularidade”. Portanto, os dois lados saíram ganhando com essa aproximação estratégica.

## Programas musicais na televisão

Antes de falarmos dos festivais, quero destacar alguns programas musicais que tiveram grande importância nessa aproximação, alguns deles surgiram a partir do sucesso e da repercussão que certos cantores tiveram nos festivais. Como é o caso de “O Fino da Bossa”, apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues.

Disposta a arrebatá-lo o primeiro lugar da audiência em mãos, naquele momento da TV Excelsior, a Record além de promover festivais da canção, produz uma série de programas musicais, tentando abarcar as principais tendências musicais daquele momento, no Brasil. Lançou, ainda em 1965, “O Fino da Bossa”, comandado por Elis Regina, contratada logo depois de ganhar, com “Arrastão”, o I Festival da Música Popular Brasileira, no mesmo ano, e obter enorme sucesso e grande repercussão de público e crítica. Junto com ela, Jair Rodrigues, cantor também com gestual e leveza que se adaptou rapidamente às exigências do novo meio de comunicação. Foi o maior sucesso de audiência da Record. Do programa participavam os novos talentos, grande parte deles lançados nos festivais, como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Zimbo Trio e Edu Lobo, além de nomes já consagrados como Nara Leão, Vinicius de Moraes e Baden Powell. Logo em seguida, o mesmo canal lança “Bossaude”, apresentado por Elizete Cardoso e Ciro Monteiro, voltado para um público de uma geração de cantores mais antigos para atrair também seu público. E para completar a tríade, faltava abarcar uma ala da juventude mais conectada ao rock, estilo musical que se firmava internacionalmente como “a trilha sonora da juventude”. Surge então “Jovem Guarda”, comandado por Roberto Carlos, Wanderléia e Erasmo Carlos, a turma da “Jovem Guarda”, criando espaço para o rock na televisão brasileira.

Com o enorme sucesso de público desses programas, outros foram criados, como “Show em Si ... Monal”, apresentado por Wilson Simonal; “Corte Rayol Show”, com Renato Corte Real e Agnaldo Rayol e até mesmo Chico Buarque e Nara Leão comandaram por pouquíssimo tempo, na Rede Globo, o programa “Pra ver a banda passar”; e programas de variedades, com platéias, onde também a música brasileira era a estrela principal, cite-se “A Hora do Bolinha”, “A Buzina do Chacrinha” e “Essa noite se improvisa”. No início da carreira, tanto Caetano quanto Chico Buarque participaram seguidas vezes do programa na TV Record, “Essa noite se improvisa”, apresentado por Blota Jr., em que os participantes, a partir de uma palavra sorteada, tinham que lembrar uma canção que a contivesse e cantá-la. Caetano, com seu vasto conhecimento musical aliado a sua boa memória, transformou-se, junto com o jovem Chico Buarque, em vencedor assíduo dessas disputas. No baiano, chamava a atenção do público seu cabelo comprido e desregrado, sua forma de vestir nada tradicional; conta-se que enquanto seus adversários ganhavam flores e bombons das fãs, ele recebia dezenas de pentes. Chico, por sua vez, muitas vezes usava da espartezia e a facilidade que tinha para criar canções para vencer a disputa. Quando não se lembrava de alguma música que contivesse determinada palavra sorteada, inventava na hora e, marotamente, conseguia enganar os jurados.

“O Fino da Bossa”, mais tarde chamado simplesmente de “O Fino”, foi o divisor de águas nesse tipo de programação. Entrou no ar em dia 19 de maio de 1965. Era gravado às segundas-feiras e colocado no ar às 21 horas das quartas-feiras, transformando-se logo no programa de maior audiência na TV brasileira e auxiliando a converter Elis Regina na maior estrela da música popular brasileira daquele momento, alavancando sua carreira. Para se ter uma idéia, o disco que ela e

Jair Rodrigues lançaram, ainda em 1965, *Dois na Bossa* foi o primeiro disco brasileiro a vender um milhão de cópias.

As tardes de domingo na televisão do período eram dominadas pela transmissão ao vivo de partidas de futebol. A Record, por exemplo, transmitia os jogos do Campeonato Paulista. Mas em meados de 66, a Record entra em atrito com a Confederação Paulista de Futebol e tem seu direito de transmissão cassado, precisando urgentemente pensar em uma alternativa para não perder audiência para os outros canais. Resolve substituir o futebol, uma das maiores paixões do brasileiro, por outra de suas grandes paixões: a música. Contrata-se Roberto Carlos, jovem cantor, que a essa altura já havia emplacado alguns sucessos, como “Parei da contramão”, “Calhambeque” e “É proibido fumar”, juntamente com Erasmo Carlos e Wanderléia, colocando no ar o programa “Jovem Guarda”, expressão que viria também a denominar esse movimento musical, liderados por esses mesmos artistas. O programa estreou em 22 de agosto de 1966 e, aos poucos, transformou-se em líder de audiência em seu horário.

Munidos de guitarras elétricas, músicas com letras ingênuas e/ou debochadas, criação de um vocabulário característico e assentados numa publicidade forte e competente, esses jovens cantores alcançaram grande sucesso de público, mas foram duramente atacados pela crítica de esquerda. Na verdade o que a Jovem Guarda fez foi transformar a linguagem revolucionária do rock em algo mais palatável para a indústria cultural. Esse fenômeno foi perceptível em outras partes do mundo, como afirma Morin, pois essa indústria cultural, ao mesmo tempo que integrou a genialidade musical do movimento, descaracterizou seu teor de contestação social:

Ora, a característica de todo o sistema da cultura de massa, da indústria

cultural [...] consiste em circunscrever a tendência dionisiaca sem contudo a destruir – [...] -, em sufocar a rebeldia latente ou em mergulhá-la numa latência ainda mais profunda -, ou em todo o caso em eliminar dela todas as manifestações explosivas, integrando, porém, e explorando os contributos musicais rebeldes (MORIN, 1984, p. 181-2).

O programa “Jovem Guarda” passou a dar muito mais audiência que “O Fino”. A guerra estava declarada. A geração MPB, com sua proposta de música engajada e defendendo padrões de uma música popular pretensamente mais brasileira e de qualidade, versus os rockeiros da Jovem Guarda, taxados de alienados e alienantes, imbuídos de uma linguagem mais solta e debochada, investindo na linguagem estético-musical do rock, tentando espelhar-se na revolução promovida pelos *Beatles*. Elis e alguns de seus companheiros se armaram como se fossem para uma guerra, defender o que consideravam a verdadeira música brasileira. Chegaram a montar a “Frente Ampla da Música Popular Brasileira contra o lê-iê-iê” (outra maneira de denominar a geração Jovem Guarda), e a organizar debates e mesmo uma passeata pelas ruas de São Paulo, com faixas e cartazes; uma boa jogada de marketing para tentar alavancar novamente a audiência de “O Fino”. Quem ganhava com isso era a própria TV Record, canal onde os dois programas eram exibidos, pois acirrava os ânimos e o desejo de superação dos próprios músicos e seus seguidores, com repercussão em jornais e revistas e também junto ao público.

Nos bastidores do Teatro Record, onde era gravado “O Fino”, aparece transcrita a seguinte ordem do dia, transcrita por Homem de Melo (2003, p.119), que dá conta desse enfrentamento:

“Atenção, pessoal, O Fino não pode cair! De sua sobrevivência depende a

sobrevivência da própria música moderna brasileira. Esqueçam quaisquer rugas pessoais, ponham de lado todas as vaidades e unam-se todos contra o inimigo comum: o iê-iê-iê”.

No entanto, aos poucos, esses programas foram se desgastando e não mais alcançavam audiências extraordinárias. O último programa de “O Fino” foi ao ar em 19 de julho de 1967. Por sua vez, “Jovem Guarda” também no final de 1967 viu seus números de audiência diminuírem, sendo ultrapassado pelo então novo fenômeno de audiência, o Programa Sílvio Santos, na TV Tupi. Roberto Carlos abandona o barco no início de 68 e inicia uma nova fase em sua carreira, voltando-se mais para o gênero romântico. Em seguida o programa é também tirado do ar.

Tanto “O Fino da Bossa” quanto “Jovem Guarda” marcaram época na televisão brasileira, tantos em termos de audiência quanto em termos de repercussão de público e crítica, amados ou odiados, seus protagonistas abocanharam grande sucesso e foram fundamentais para a criação de um público ainda não existente para os canais de televisão que os contratavam.

Entre outubro e dezembro de 68, também a trupe tropicalista ganha o seu próprio programa na televisão. “Divino maravilhoso” estréia na TV Tupi, programa semanal, gravado e mostrado às segundas-feiras, à noite. Verdadeiros *happenings* aconteciam em frente à câmara de televisão. Os programas seguiam a linha debochada e anárquica dos tropicalistas, de questionar e explodir as verdades pré-concebidas seja na cultura, nos costumes ou na música. Como exemplo, em um desses programas o cenário montado era uma grande jaula, dentro da qual Caetano, Gil e os convidados representavam um grande banquete de mendigos. As grades eram quebradas ao final por

Caetano, cantando, de Roberto Carlos, “Um leão está solto nas ruas”. Ou então o programa próximo ao Natal em que Caetano ataca a hipocrisia reinante em muitos “lares burgueses”, com o propalado espírito natalino, afinal *alegres ou tristes, são todos felizes durante o Natal*. O polêmico baiano canta a marchinha natalina “Boas festas”, de Assis Valente, com um revólver apontado para a sua cabeça. *Kitsch? Chocante? Aterrador? Ou simplesmente a forma tropicalista de ocupar o espaço público para questionar as mazelas reinantes entre quatro paredes?* O programa teve curtíssima duração, pois em dezembro de 68, o governo militar baixa o Ato Institucional n.5, aumentando a repressão e a censura. O programa é tirado do ar, suas fitas são destruídas para não servirem de prova contra seus criadores e apresentadores; mas mesmo assim, Caetano e Gil são presos, e, logo em seguida, exilados em Londres.

Esses são alguns exemplos bem sucedidos da parceria entre música e televisão no Brasil, que teve nos festivais da canção outra ponta de lança fundamental.

## E que venham os festivais

Os festivais, no mundo da música, foi uma estratégia largamente usada nos anos 60, para expor novas tendências de criação e também para dar visibilidade massiva a propostas de criadores novos ou em vias de consagração. Às vezes com caráter competitivo e outras vezes não.

Como exemplo, em termos internacionais, lembremos que na segunda metade dos anos 60 os muitos festivais de rock foram um espaço importante na difusão dos ideais contraculturais e da busca por transformar esse gênero musical em linguagem universal da juventude. Alguns deles respondiam à organização da grande indústria discográfica, como

Monterey Pop, em 67 (onde são lançados Jimi Hendrix e Janis Joplin) e os dois da Ilha de Wight, em 1969 e 1970; outros, foram resultados de elementos mais ou menos subversivos, dissidentes dos primeiros. O festival de Woodstock (1969) pertenceu à segunda categoria. Nele se reuniu quase meio milhão de pessoas, no interior dos EUA. Porém, em Altamont, na Califórnia, no final de 69, com a presença dos *Rolling Stones*, renunciou-se o fim desses grandes festivais de rock: quatro pessoas mortas, entre elas um negro, assassinado pelos *Hell's Angels*, grupo direitista norte-americano. O sonho de uma geração começava a acabar, “pois a confraternização ocasionada pelo rock, o espírito de ‘paz e amor’ dos *hippies*, se viram invadidos pela violência, pela morte e pela discriminação. A Era de Aquários, dominada por Eros, perdia preciosos espaços. *Thanatos* novamente se impunha” (NERCOLINI, 1997, p.340).

Quanto a festivais com caráter competitivo, dois deles, Viña del Mar, no Chile, e San Remo, na Itália, tiveram especial importância no Brasil, pois foram a partir desses modelos que as redes de televisão brasileira organizaram os seus. Como nos lembra Zuza Homem de Mello, que fez a mais completa e bem acabada pesquisa sobre a “Era dos festivais”, no Brasil, o primeiro a ser organizado aqui foi em 1960, pela TV Record, que resolveu encampar a idéia trazida por Tito Freury, que havia acompanhado, no ano anterior, o Festival de San Remo. A busca por atrair audiência investindo em um programa de competição musical entre cantores e compositores, apresentando canções inéditas, com eliminatórias e júri especialmente escolhido para classificar as melhores performances, parecia adequada para o contexto brasileiro, com forte tradição musical e que via, naquele momento, surgir toda uma nova geração de músicos, tanto de intérpretes quanto de compositores. Para a indústria fonográfica os ganhos também

eram muitos, sobretudo porque possibilitava testar músicas e cantores, possibilitando o investimento mais seguros, em nomes que já teriam passado pelo crivo da crítica e do público. Para os novos criadores, era também um espaço privilegiado de tornarem seus nomes e suas propostas conhecidos em escala massiva. Portanto, fórmula adequada e que respondia ao desejo tanto da indústria fonográfica, quanto da televisão e dos músicos. A repercussão do primeiro foi pouca, a transmissão televisiva foi abortada na última hora e os intérpretes de todas as canções foram três cantores contratados pela emissora. A chamada “Era dos Festivais”, tem como marco definitivo o I Festival organizado pela Excelsior, em 1965. A partir daí, além da Record e da Excelsior, os demais canais, TV Rio, Tupi e Rede Globo, passaram a investir pesado também no formato, pois a repercussão de crítica e público foi grande. Quando acabava um, outro já estava começando<sup>2</sup>.

Alguns desses festivais retrataram, como nenhum outro analista acadêmico poderia fazê-lo, as diversas visões de Brasil, de arte, de ser e estar no mundo que conviviam ou, muitas vezes, combatiam-se. Alguns foram emblemáticos. Vamos a eles.

O I Festival Nacional de Música Popular Brasileira, realizado entre março e abril de 65, foi organizado pela Excelsior, com eliminatórias em Guarujá, São Paulo, Petrópolis e final no Rio de Janeiro. A grande vencedora foi “Arrastão”, de Edu Lobo e Vinícius, magistralmente interpretada por Elis Regina, usando e abusando do gestual e da imagem. Para Zuza de Mello (2003, p.74), nascia ali um “novo gênero de programa televisivo, no qual a platéia se manifestava e torcia”, e segue, trazendo a metáfora do futebol, só que “em vez de jogadores e times, cantores e compositores. Em vez de estádios, auditórios. Nascia uma nova torcida no Brasil, a torcida pelas canções”.

O estilo próprio e explosivo de interpretar de Elis, aliando voz e gesto no palco, adaptava-se perfeitamente ao espetáculo televisivo. Sucesso garantido. Logo em seguida, como vimos, foi contratada pela Record para comandar, junto com Jair Rodrigues, “O Fino da Bossa”, programa apresentado todas as quartas-feiras, com enorme sucesso de público.

Já no II Festival da MPB, também organizado pela TV Record, em setembro e outubro de 1966, em São Paulo, a disputa entre “A banda”, de Chico Buarque, e “Disparada”, de Geraldo Vandré, cantada por Jair Rodrigues, mobilizou grande parte do Brasil. Também se dá a transformação de Chico em ídolo massivo. Aliás, cabe destacar a importância para a MPB da vitória de Elis e Chico nesses respectivos festivais. A repercussão nacional que ambos tiveram foi fundamental para ampliar o público da MPB, até então restrito mais aos ambientes universitários. Eles, nesse momento, foram galgados a ídolos massivos, atingindo parcelas da população que até então pouco ou nada conheciam dessa nova proposta que surgia na cena musical nacional.

Por sua vez, foi no III Festival da Música Popular Brasileira, organizado pela Record, em 1967, que se deu, de forma massiva, o lançamento do Movimento Tropicalista, com Caetano e Gilberto Gil apresentando, respectivamente, as antológicas “Alegria, alegria” e “Domingo no parque”, acompanhados, respectivamente, dos *Beat Boys*, grupo de rock argentino, e dos *Mutantes*, incipiente grupo de rock brasileiro. O Tropicalismo começava a tomar forma. A inclusão da guitarra elétrica num festival de música popular brasileira foi causa de fortes discussões. Os tropicalistas, desde o princípio, causaram polêmica: defensores e acusadores se apresentaram rapidamente. Caetano e Gilberto Gil, “antropofagicamente, incorporaram os avanços da pesquisa musical

feita no exterior à nossa música, em nível de som e de letra, sem, no entanto, negar a sua própria origem – brasileiros” (NERCOLINI, 2005, p.79). Caetano e Gil criaram uma letra cinematográfica – “letra-câmarana-na-mão” –, certamente influenciado pelo cinema de Godard e Glauber (sua tantas vezes declarada grande paixão).

Em outra composição de Caetano, lançada na época, “Superbacana”, havia referência direta a relação entre a MPB e a televisão. Na parte final da canção, aparece citado *Um instante maestro*, que serve como senha para introduzir esse tema, visto que tal expressão referia-se a um programa da TV Tupi, apresentado por Flávio Cavalcanti, em que, entre outras coisas, se analisavam os lançamentos musicais. O apresentador assumia o papel de defensor da boa música nacional, e os discos, considerados por Cavalcanti influenciados por estrangeirismos, eram sumariamente quebrados no palco. Pois bem, Caetano, logo após essa citação, coloca uma série de estrangeirismo (*super-homem, superflit, supervinc, superhist, supershell*) junto com produtos nacionais - quentão (festas juninas), por exemplo -, como a querer afirmar que a pretensa “pureza” da MPB, defendida pelo apresentador e por tantos outros estava sendo “maculada” pela influência estrangeira e continuava viva, *superviva*.

Antenados com as transformações que se vislumbravam em outras artes, especialmente o cinema (a proposta revolucionário de Glauber Rocha), o teatro (o Oficina com a sua forma quase anárquica de encenação e a redescoberta de Oswald de Andrade) e as artes plásticas (Hélio Oiticica e a obra interativa, *Tropicália* e *parangolés*), os tropicalistas deram uma guinada nos caminhos da MPB. Propunham rotas alternativas, bebendo em fontes renegadas por colegas músicos que estavam mais voltados à defesa de uma música popular pretensamente mais

“pura” e ligada às “raízes”, sem deixar de lado a Bossa Nova, de João Gilberto e Tom Jobim, buscando retomar daquela o que Caetano chamava de a linha evolutiva dentro da MPB, para dar-lhe organicidade e ampliar os critérios de seleção e julgamento na criação.

Por outro lado, tivemos nesse mesmo festival, a apresentação de “Ponteio”, de Edu Lobo - a grande vencedora, expressão dos padrões consagrados pela MPB de então: ligada à linha nacional popular, com destaque para o mote característico dessa tendência: “o dia que virá” e o papel fundamental do cantador de chamar esse novo dia, em que livres das amarras, poder-se-ia celebrar novamente a liberdade.

Por fim, Chico Buarque com “Roda-viva”, mostrando o seu desencanto com o *show business*, questionando o poder do cantor e da música. Em “Roda-viva”, Chico descarrega todo o seu descontentamento diante de um sistema que acaba por coisificar as pessoas, uma *roda-viva* que arrasta consigo o destino das pessoas, as roseiras, o violão, a saudade... O autor desenha o seu auto-retrato em um período em que se sentia conduzido pelo esquema do sucesso.

Fundamental perceber que a relação desses cantores e compositores com os mecanismos da televisão se foi marcada pela negociação, nunca também faltaram os embates e as polêmicas. Se, nesse mesmo festival, Caetano, em “Alegria, alegria”, dizia que “sem lenço e sem documento”, poderia “cantar na televisão”, entrando no esquema, para, como vai afirmar mais tarde, explodir tais esquemas de dentro, demonstrando mais uma vez a atitude tropicalista de manter aberto o diálogo e interferir diretamente nos meios de comunicação de massa; Chico, em “Roda Viva”, mostra-se desconforme com esse mundo glamuroso e sufocante gerado

pelos meios massivos, sobretudo o televisivo. Perpassa toda a composição uma sensação de agonia, desesperança, *como quem partiu ou morreu*. O autor, qual uma criança, após tanto rodar, não se sente com os pés no chão, perdeu o domínio sobre si mesmo. Apesar de querer *ter voz ativa* e em seu *destino mandar*, de tentar ir *contra a corrente*, não consegue resistir. Sente-se engolido por um sistema mais poderoso que ele. Ilustrativo dessa sensação de aprisionamento é seu depoimento dado em pleno apogeu de seu sucesso, em 1966, ao Museu da Imagem e do Som, ao ser perguntado sobre como se sentia diante da máquina do sucesso:

Me sinto mal pra burro. (. . .) Pois é, isso atrapalha um bocado, porque eu pedi para acabar o show dia 15, para descansar um pouco, mas não eu não vou poder descansar, não. (. . .) Estou vendo que até o fim de ano eu vou ter que... sumir... Não. Eu estou vendo que até o fim de ano, vou ter que entrar na máquina e não tem jeito de sair.

Ou então, já fora desse sufoco, Chico (*apud* BOCANERA, 1971) afirma: “O período de badalação em minha carreira, a época dos festivais e do apertar botão na televisão aconteceu sem que eu tivesse programado e, muito menos, pudesse controlar”.

Essa composição (e também a montagem da peça com o mesmo nome, feita por José Celso Martinez) representou um momento importante na carreira e na vida de Chico Buarque. Ele buscava romper com a imagem de bom moço, bem comportado, que se deixava levar por produtores e pelo mundo da indústria do sucesso. Ruy Castro, em artigo publicado em 68, analisando esse episódio, dá o tom do debate com a televisão, afirmando que essa “pretende transformar seres humanos em objetos de lazer de espectadores insaciáveis”, manipulando por controle

remoto “os gostos, as atitudes e o comportamento da massa, coisificando”. Mas não custa lembrar que tal composição foi inscrita e apresentada em um festival da canção, organizado e transmitido pela televisão, afinal era um canal privilegiado, que possibilitaria que seu protesto alcançasse grandes públicos. Se por um lado gerava dividendos para a máquina televisiva, mesmo quando contra ela se falava, também gerava espaço de divulgação dos próprios cantores e compositores. Uma via, portanto, controversa e de mão dupla.

Outro importante momento foi o III Festival Internacional da Canção, realizado em 1968, organizado pela TV Globo. Teve entre os concorrentes: Caetano Veloso com “É proibido proibir” e sua contracultura anarco-tropicalista; Vandrê com “Caminhando”, canção síntese do movimento nacional-popular, feita em dois acordes e com uma mensagem explicitamente política, objetivando conscientizar as massas; e Chico Buarque, unido a Tom Jobim, com “Sabiá”, resgatando da Bossa Nova a harmonia e singeleza do som, aliado a uma letra refinada, prefigurando o que viria a ser a especialidade desse poeta: a linguagem velada ou a linguagem da fresta.

Foi nesse festival que o embate entre “engajados” e “desbundados-tropicalistas”, já presente em 67, tomou forma de maneira mais pungente. Na eliminatória paulista, feita no Tuca (Teatro da Universidade Católica), Caetano Veloso apresentou a sua canção “É proibido proibir”, de maneira performática e anarco-tropicalista. Momento emblemático do 68 brasileiro. Vale à pena analisá-lo.

Expressão de um tempo sombrio, carregado de censuras, “É proibido proibir”, cuja letra surge a partir de uma das frases pintadas nos muros de Paris, está inserida dentro do espírito 68, do maio francês. A letra se propõe a atacar todas

as proibições, sejam morais, físicas ou ideológicas. Contra a interdição ao prazer, ao sexo, Caetano diz “não ao não”. A repressão existe *sim* e é preciso dizer *não* a ela. Permanecer fisicamente livre até o momento em que seguisse as regras estabelecidas pelo governo militar ou então poder criar livremente até não atingir os dogmas da direção partidária, seria de fato liberdade? Derrubar as convenções, as tradições, a mesmice! Coloque-se por terra tudo: vidraças, louças, livros, prateleiras, estátuas, intelectuais. Nada é para sempre, tudo pode ser desfeito, quebrado, desmontado, questionar até mesmo o inquestionável.

Mais do que a letra da canção em si, a apresentação de “É proibido proibir” transformou-se num marco dentro da MPB e da “Era dos festivais”, pois tornou pública a discussão sobre o cerceamento criativo nas artes feito não somente pela censura castradora da direita, mas também pelas chamadas patrulhas ideológicas de esquerda.

A letra da música e o som que misturava guitarra, baixo, bateria, vozes estridentes, completaram a performance. Em meio a um público predominantemente de jovens universitários de esquerda, Caetano se vê enfrentando vaias ensurdecedoras. O público politizado e “*open mind*” vê diante de si um baiano, vestido com roupas de plástico e coloridas, com cabelos grandes e desalinhados, que não se apresentava de maneira tradicional, mas movimentava os quadris, acompanhado de um conjunto de rock que seguia o mesmo ritmo de seu anfitrião, e, para completar, um *hippie* norte-americano que entrava palco a dentro, gesticulando e berrando palavras incompreensíveis. A platéia de esquerda, como todo bom Narciso, *acha feio o que não é espelho*. Vaias podiam vir, e vieram, e muitas, servindo de combustível para o que ainda faltava: transformar aquelas imagens em palavras, no famo-



so discurso de Caetano Veloso diante do público que o vaiava. *É proibido proibir*, é proibido censurar:

Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder. Vocês têm coragem de aplaudir esse ano uma música, um tipo de música que vocês não teriam coragem de aplaudir o ano passado. São (sic) a mesma juventude que vão sempre, sempre, sempre matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem. Vocês não estão entendendo nada, nada, nada. Absolutamente nada. (...) Mas que juventude é essa? Que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém. Vocês são iguais sabe a quem? (...) Aqueles que foram no Roda-viva e espancaram os atores. Vocês não diferem em nada deles. Vocês não diferem em nada. (...) O problema é o seguinte, vocês estão querendo policiar a música brasileira. (...) Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas. E vocês... Se vocês forem em política como forem em estética, estamos feitos (...).<sup>3</sup>

A quem se destinava esse discurso? Quem eram os seus interlocutores? Aqueles estudantes que o vaiavam? Também eles, mas não somente. Direccionava-se a uma boa parcela da intelectualidade de esquerda, ainda marcada por padrões de comportamento rígidos, que, na visão tropicalista, estava querendo *policar* a produção cultural brasileira, descartando as propostas que não se encaixassem em seus pressupostos. Direccionava-se a um governo militar cerceador de liberdades, para quem *É proibido proibir* soava como insulto. Direccionava-se aos seus companheiros, os cantores e compositores ligados à música popular brasileira, a fim de sacudi-los de suas posições e buscando ampliar o escopo da MPB, alargando seus horizontes para outras propostas e sonoridades. Caetano reafirma essa postura transgressora

do Tropicalismo em entrevista à revista *O Cruzeiro*, em outubro de 68:

Às favas a opinião pública, os preconceitos, a mania de tudo certinho, quadradinho, bonitinho. É proibido proibir mesmo! Seja o que for (ou haja o que houver). Caetano Veloso, Gilberto Gil e Os Mutantes estão dispostos a agüentar com todas as conseqüências pelo direito de ser o que são. Guitarras elétricas em ritmo de loucura. Luz psicodélica. Gritos. Muitos gritos. Urros até. Uma verdadeira alucinação.

Mas a polêmica nesse III Festival Internacional da Canção continuou, na fase decisiva, no Rio de Janeiro. Chico ou Vandrê? “Caminhando”, de Geraldo Vandré, respondia perfeitamente aos anseios das esquerdas de então. A simplicidade musical, aliada a uma letra explicitamente política e arregimentadora - *Vem, vamos embora, que esperar não é saber* - ganhou o público do festival, formado em sua maioria por universitários de tendências à esquerda, e foi sendo transformada com o passar em hino da resistência à ditadura. A vitória de “Sabiá” desencadeia uma onda de protesto, vaias e acusações que atingem diretamente a Chico Buarque, aquele que com o tempo foi se transformando num dos principais nomes, dentro da mundo da música, na luta contra a ditadura. Os tempos não eram nada fáceis, as grandes polêmicas e enfrentamentos estavam na ordem do dia. A intelectualidade, como afirma Heloísa Buarque de Hollanda (1996), passa então a se questionar o sentido e as formas do engajamento político, e a “polêmica Vandré X Chico talvez seja o exemplo mais contundente disso. A acusação de ‘alienação’ para Chico abriu bastante nossas cabeças que já estavam propensas em acreditar que o pessoal é o político.”

O pretense lirismo alienado de “Sabiá”, na verdade, era somente aparente, pois, assim como em “Carolina”, “A ban-

da” e tantas outras das composições buarquianas, o uso do particular, como no caso da moça que se recusava ir para a rua, ou das transformações passageiras causadas pelos músicos e seus instrumentos durante sua passagem pelas ruas de uma cidade, servem de pano de fundo para uma crítica radical às proibições de ocupação do espaço público. Os críticos viram em “Sabiá” o tom nostálgico, a leveza, o lirismo; mas não conseguiram perceber, nas entrelinhas, a fina ironia presente nessa paródia da “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, a descrever um país, antes pujante e belo, que agora estava desfigurado, anômalo e dissonante.

### E por fim...

A “Era dos festivais” tem seu auge em 1968. A partir daí começa o declínio e o desgaste da fórmula. No início da década de 70 os principais canais desistem de promover grandes festivais. Na década de 80 a Rede Globo tenta retomar a fórmula, conseguindo relativo sucesso, mas também com curta duração. Novos tempos exigiam novas estratégias e outros investimentos.

Na década de 60, em um quadro sócio-político marcado pela censura, ditadura e perseguições, brechas precisaram ser abertas. A Música Popular no Brasil, com seus cantores e compositores, foram pontas de lança a forjar espaços interditos. Diante de uma situação kafkaniana, a palavra se junta à melodia pelas mãos de cantores e compositores, metamorfoseando-se para continuar ocupando o espaço público. Ocupar o espaço trazido pela televisão, através dos programas musicais e dos festivais, foi fundamental para fazer ecoar sua arte e seu protesto, através dos versos, da música, do *happening*, do remelexo do corpo, da performance, proferindo o grito que não era somente seu, mas de todos os que sofriam a cassação

da palavra. Durante esse período, muitas vezes, essa foi uma das poucas maneiras que se pode contestar nesse país.

Enfim, se, por um lado, a televisão se valeu da nova geração de criadores musicais para firmar e aumentar seu público, por outro, esses próprios criadores, através da televisão, tornaram-se conhecidos nacionalmente e tiveram suas canções e idéias divulgadas para um público muito maior do que aquele que poderia ser atingido por seus espetáculos. Se nem todos podiam comprar o ingresso para assistir o espetáculo Opinião, se nem todos podiam adquirir os discos e participar dos shows de Caetano Veloso ou Chico Buarque, milhares podiam vê-los pela televisão, nos seus programas e durante os festivais, e simpatizar com essa ou aquela proposta, conhecer através da música, dos gestos, da forma de vestir e falar, as idéias e a visão de mundo dos artistas. E os festivais da canção e os programas musicais feitos à época foram instrumentos privilegiados para fazerem isso.

### Bibliografia:

ALVES DE LIMA, Marisa. Abaixo os preconceitos. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, v.40, n.43, p.104-105, 26 out. 1968.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.

BOCANERA, Sílio. Chico: a reconstrução. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 nov. 1971. Caderno B.

BUARQUE DE HOLLANDA, Chico, 1966. Depoimento dado ao Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1966.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. Depoimento dado ao autor em 18 de novembro de 1996.

CASTRO, Ruy. Chico: o samba que nasce do açougue. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 abr. 1968.

FONSECA, Heber. Caetano, esse cara. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

MELLO, Zuza Homem de. A era dos festivais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MORIN, Edgar. Sociologia. Portugal: Europa-América, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2004.

NERCOLINI, Marildo J. Artista-intelectual: a voz possível em uma sociedade que foi calada. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

\_\_\_\_\_. A construção cultural pelas metáforas: A MPB e o Rock Nacional Argentino repensam as fronteiras globalizadas. RJ: UFRJ/ LETRAS, 2005. (Tese defendida no Programa de Ciência da Literatura.)

SANDRONI, Carlos. "Adeus à MPB". In: CAVALCANTE, B., STARLIN, H.M. e EISENBERG, J. (org.). Decantando a República. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Vol. 1. p. 23-35.

WISNIK, José Miguel. "O minuto e o milênio ou por favor, professor, uma década de cada vez". In: BAHIANA, Ana Maria et alii. Anos 70 – Música Popular. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

\_\_\_\_\_. "Rótulo não serve para classificação musical." Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 8 jan. 1996, p.1.

<sup>1</sup> Professor da graduação em Estudos de Mídia e do programa de pós-graduação em Cultura e territorialidades da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Para análise mais detalhada, sugere-se o excelente livro de Zuza Homem de Mello (2003), "A era dos festivais", mais completa e abrangente pesquisa sobre os festivais da canção, no Brasil.

<sup>3</sup> Ver transcrição completa em FONSECA, 1994, p.91

Contato:  
- mjnercolini@gmail.com

**A persistente inscrição da fala da periferia  
no Movimento Literário Brasileiro**

**La persistente inscripción de la habla de la periferia  
en el Movimiento Literario Brasileño**

**The persistent enrollment of the speech of the periphery  
in the Brazilian Literary Movement**

**Rôssi Alves-Gonçalves<sup>1</sup>**

**Palavras chave:**

Legitimação

Periferia

Autoria

Discursos

**Resumo:**

Este estudo propõe-se a refletir sobre o percurso da Literatura de periferia, da sua origem, em São Paulo – nos presídios, comunidades e em outras áreas de exclusão –, até o lançamento da coletânea carioca FLUPP Pensa. Nessa direção, serão apontadas algumas questões caras aos autores iniciais, os caminhos da legitimação, a construção da autoria e o viés adotado pela fala carioca, distinta da produção paulista, já considerada aqui um índice de aceitação e reconhecimento pela crítica e público leitor desse lugar de enunciação. Na medida em que se fizerem necessários, alguns autores, como os da antologia *Letras de Liberdade*, da FLUPP e o escritor Ferréz serão citados para corroborar algumas percepções.

**Resumen:**

Este trabajo se propone reflexionar sobre el camino de la Literatura de periferia, desde su origen, en São Paulo – en los presidios, las comunidades y en otras áreas de exclusión –, hasta el lanzamiento de la compilación carioca FLUPP Pensa. En este sentido, serán presentadas algunas cuestiones caras a los autores iniciales, los caminos de la legitimación, la construcción de la autoría y el sesgo adoptado por la habla carioca, distinta de la producción paulista, ya aquí considerada un índice de aceptación y reconocimiento por la crítica y el público lector de este lugar de enunciación. En la medida en que se necesiten, algunos autores, como los de la antología *Letras de Liberdade*, de la FLUPP, y el escritor Ferréz, serán citados para corroborar algunas percepciones.

**Palabras clave:**

Legitimación

Periferia

Autoría

Discursos

**Keywords:**

Legitimation

Periphery

Authorship

Speeches

**Abstract:**

This article proposes a reflection on the path of the Literature of the periphery, from its origins in São Paulo – in prisons, communities and other areas of exclusion – to the release of the carioca compilation FLUPP Pensa. In this matter, some issues that initial authors hold dear will be pointed out, the paths of legitimation, the construction of authorship, and the bias of the *carioca* speech, which is different from the *paulista* production, already considered here as an index of acceptance and recognition by critics and readers of this place of enunciation. In so far as necessary, some authors, such as the ones of the anthology *Letras de Liberdade*, of FLUPP, and the writer Ferréz, will be quoted to corroborate some perceptions.

## Apersistente inscrição da fala da periferia no Movimento Literário Brasileiro

Nos anos 90, teve início uma modalidade de escrita que, embora não constituísse uma novidade, era algo diferente. Acostumado a produções literárias que faziam incursões pelos subúrbios e favelas, de autoria de renomados jornalistas, pesquisadores e similares, o mercado literário viu surgirem textos cujos autores eram presidiários, moradores de favelas, excluídos sociais.

Até, então, as excelentes produções que giravam em torno da vida miserável, partiam de um ponto de vista externo. Apesar de Foucault ter anunciado, muitas décadas antes, o fim da necessidade da intermediação do intelectual, ainda se vivia, no Brasil, um momento em que, para ouvir o excluído, era preciso um mediador reconhecido.

Dos canais autorizados, o nome mais notável, ainda, é o de Rubem Fonseca. Esse autor, durante muito tempo, foi o maior tradutor da vida na marginalidade: periferia, violência, exclusão sempre estiveram presentes em seus textos. E por muito tempo o conhecimento que se tinha, via ficção, da vida fora da ordem sociocultural foi passado por ele e seus seguidores.

Pereba, você não tem dentes, é vesgo, preto e pobre, você acha que as madames vão dar pra você? Ô Pereba, o máximo que você pode fazer é tocar uma punheta. Fecha os olhos e manda brasa.

Eu queria ser rico, sair da merda em que estava metido! Tanta gente rica e eu fodido. (FONSECA, 1989, 14)

Assim, Zuenir Ventura, Drauzio

Varella, Paulo Lins, Patrícia Melo, entre outros, foram alguns dos poucos responsáveis por explorar o cotidiano e as personagens típicas do submundo. Romances, entrevistas, pesquisas e experiências foram divididas com os leitores e “prepararam” o campo literário para a chegada de obras que “deixam” o excluído falar. “Deixam”, porque mesmo admitindo-se as qualidades do discurso, ainda se faz necessário, algumas vezes, um nome respeitado a autorizar a leitura.

Quando Drauzio Varella lançou *Estação Carandiru*, em 1999, esse tipo de produção literária que apresenta personagens excluídos, auspiciados por nomes ilustres do meio cultural, não foi recebido como uma novidade. Anos antes, em 1994, Zuenir Ventura, em *Cidade Partida*, dera início a um tipo de literatura que apresentava vozes múltiplas - de bandidos, moradores de áreas carentes, representantes de ONGs, funkeiros... Tudo costurado a uma fala investigativa e, ao mesmo tempo, extasiada.

Drauzio Varella apresentou os presos do Carandiru; Zuenir Ventura apresentou Vigário Geral e seus personagens e transformou a favela em ponto cultuado por um longo tempo. Em 2002, o jornalista Bruno Zeni tornou conhecido o preso André du Rap, um detento do Carandiru. Bruno Zeni foi coordenador editorial de *Sobrevivente André du Rap, do massacre do Carandiru* (Labortexto editorial). O livro reúne entrevista, cartas, depoimentos e feitos de um dos mais famosos presos daquela penitenciária.

Antes disso, assim, rolaram várias confusões onde eu morava. O dono da casa descobriu que eu tava foragido da justiça. Meu irmão veio para São Paulo, deixou a casa na minha responsabilidade, e não voltou mais, com medo de ficar perto de mim. Passou umas duas semanas e a mu-

lher dele na época, Eliane, veio também, com os dois filhos, subiu pra São Paulo, e me deixou sozinho lá. Eu não podia vir pra São Paulo que eu era procurado. Já tava no jornal, no rádio, anunciando: procurado, suspeito. Eu fiquei lá, trabalhando de servente de pedreiro numa obra. (ZENI, 2002, p.33)

Essas obras realçaram, apesar do espaço de tempo entre um lançamento e outro, que há muito existia um inegável interesse em iluminar as outrora chamadas “classes perigosas” - como vivem, o que pensam, o que querem, por que assustam. E com a literatura, surgiram vários programas de tevê, filmes e organizações que ajudaram a desnudar tais classes e, de algum modo, a desconstruir um olhar enclausurante sobre elas. Sim, a periferia se tornava um lugar de consumo.

O maior comunicado que esses livros trouxeram foi o de que a função do legitimador - o apadrinhamento - era necessária. Mesmo com tantos lançamentos de excluídos sociais, aqueles que chegavam mediados por um nome ilustre ainda eram os mais comentados, vendidos e transformados em documentários, filmes, seriados. Para que um livro se tornasse um grande sucesso era imprescindível a assinatura famosa do jornalista, do médico, do jurista e de outros representantes de importantes categorias profissionais. As narrativas sobre crimes, destruição, dor, escassez ficavam significativamente menos abomináveis, quando amparadas por uma ilustre figura - incluída - da sociedade cultural.

Uma obra desta natureza serviria para que se percebesse a importância do que dizia Concepción del Arenal que não há criminosos irrecuperáveis, mas irrecuperados, quando afirmava sempre que “a sociedade e o Estado não cuidam de dar condições para

sua recuperação. De rigor, são, Estado e sociedade, mais culpados que os próprios condenados”.

Termino esta breve análise, com a mesma frase que os encarcerados dizem para os que saem de suas celas: “Firmeza, irmão”. (SILVA, 2000, p.99) <sup>2</sup>

A questão “quem está falando”, no campo das letras, na década de 2000, era, então, de suma importância. O que nos remete ao célebre texto do antropólogo Roberto Da Matta: *Você sabe com quem está falando?* (1990, p. 146). Nesse texto, Da Matta faz um apurado estudo sobre as situações em que o “Você sabe com quem está falando?” é usado. Observa que é uma utilização considerada antipática até mesmo por aqueles que fazem uso constante dela. Todos condenam a prática, mas, na primeira oportunidade, utilizam-na, sem pudor:

(...) ‘Você sabe com quem está falando?’ implica sempre uma separação radical e autoritária de duas posições sociais real ou teoricamente diferenciadas. Talvez por isso, essa maneira de dirigir-se a um outro, tão popular entre os brasileiros, seja sistematicamente excluída dos roteiros — sérios ou superficiais- que visam definir os traços essenciais de nosso caráter enquanto povo e nação. O “você sabe com quem está falando?”, então, sobre não ser motivo de orgulho para ninguém — dada a carga considerada antipática e pernóstica da expressão - fica escondido de nossa imagem (e auto imagem) como um modo indesejável de ser brasileiro, pois que revelador do nosso formalismo e da nossa maneira velada (e até hipócrita) de demonstração dos mais violentos preconceitos.

Da mesma forma, é comum o leitor agir. O autor da frase “Você sabe

com quem está falando?” emite-a na qualidade de ser superior que não pode submeter-se às mesmas leis dos outros indivíduos. Entretanto, os autores aqui estudados, quando de sua estreia, não possuíam um “nome” a apresentar. O que torna bastante complicada a iniciação no mercado literário, num sistema em que o “Você sabe quem assina?” é fundamental para a compra do livro.

A partir desses facilitadores, desses mestres de cerimônia<sup>3</sup>, tornou-se menos embaraçosa a recepção dos textos. Mesmo quando os legitimadores não assinam as obras, estas já se encontram avalizadas por se inscreverem dentro da mesma rubrica daqueles livros apadrinhados. Quando os textos de autores desconhecidos - sub-urbanos - nos chegam, já construímos, de imediato, um “lugar” para aquele autor, uma história, caracterizamos a narrativa. A marca sub-urbano/detento<sup>4</sup> nos informa, com algum acerto, o enredo. Ela exerce uma função classificativa: o texto sob esta rubrica abordará a miséria, vida carcerária, violência, prontidão de sentidos, solidariedade. O leitor, não obstante não reconhecer o nome do autor, sabe o que poderá encontrar naquela obra. A observação de Foucault, a respeito do nome do autor - “um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (1992, p.44) - explica a relação que se estabelece entre as novas produções.

Ferréz, Jocenir, Luiz Alberto Mendes, Allan Da Rosa, Sérgio Vaz<sup>5</sup>, entre tantos outros, são nomes que desligados da marca detento/sub-urbano não estabeleciam um sentido. São, no entanto, conhecidos, agora, de uma parte do público leitor, porque estão todos ligados a um mesmo tipo de produção textual. Esses nomes justificam o enredo, o ponto de vista, a temática, criam um gênero - literatura de periferia.

Era dia, José Antônio tomou o primeiro gole de café, teve vontade de cuspir, estava sem açúcar (...) José esperou 15 minutos, entrou no ônibus, pagou a condução. A viagem foi rápida, foi toda de pé (...) Chegou à força sindical, ficou na fila, número 293. Um senhor na sua frente reclamava, não havia trazido coberto. Foi quando notou que varias pessoas a sua frente. Estavam dormindo, o sol era tímido, o tênis não lhe fazia mais vergonha, estava de igual para igual com todos ali, calça jeans desgastadas, camisas brancas com golas levemente amareladas vindas de anos de caminhada à procura de emprego, duas horas depois e não tinha dado um passo sequer, começou a sentir fome. (FERRÉZ, 2003, p. 145).

São proprietários de um discurso que, até há alguns anos, era pronunciado por um canônico grupo de escritores. Tornaram-se responsáveis por uma fala sub-urbana que, pelo menos, por hora, não pode ser desvinculada da grande produção literária brasileira.

No entanto, a atribuição da função autor é feita considerando-se os muitos outros escritos que podem ser incluídos na mesma marca da sub-urbanidade e não apenas com relação a um texto, de um único autor. A atribuição é feita com relação à função autor realizada através da categoria detento, sub-urbano. Não se fala em função autor, da mesma forma que Foucault nos apresenta. A função autor, aqui, é marcada pelo estigma marginal. O mesmo se pode estender às obras de Ferréz. Quem fala é um sub-urbano. É esse lugar, o da sub-urbanidade, que estabelece um sentido, um sentimento que vai atravessar o livro e indicar o “como” ele deve ser recebido.

É o conhecimento que temos de um texto e de outro texto produzido na sub-urbanidade que constrói o “conhecimen-



to” a respeito dessa função autor. Tal qual Foucault observa para o nome do autor, a identificação detento/sub-urbano equivale a uma descrição (1992, p. 44):

(...) um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso(...) ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa(...) indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto.

E pode-se afirmar que os representantes da escrita marginal, seja através de nomes legalizadores, de editoras “habilitadas” que consubstanciavam as produções, e da dicção singular das obras, ressemantizaram um panorama literário que sempre guardou um difícil lugar na Literatura brasileira.

### **Legitimação e fala da periferia carioca**

As questões acima apontadas relatam, sucintamente, o caminho das letras da periferia na última década. Passados mais de dez anos do seu início, a palavra da periferia traz algumas novidades: ocupa um lugar relevante na história da Literatura Brasileira; o Rio de Janeiro se apresentou, através da produção da FLUPP; os escritores (aqueles iniciadores) tornaram-se conhecidos de um público mais abrangente; têm um lugar certo em quase todos os eventos literários, entre outros ganhos. Tudo isso, embora pareça não possuir ainda uma “independência” mercadológica que a sustente. Um senão complicado de entender.

Não obstante esteja num momento em que a escrita da periferia não traga

novidades constantes, as produções são muitas. Seja através de editoras renomadas ou alternativas, os lançamentos permanecem num ritmo interessante.<sup>6</sup> O que poderia sugerir, a princípio, um movimento “de revolta” contra o cânone - branco, elitista, acadêmico, centrista - mostra-se com fôlego para manter a ocupação de um lugar na conservadora área da Literatura.

Tomando a definição de Literatura como “um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase” (CANDIDO, 2006, p.25), os discursos da periferia podem ter causado pouca turbulência no cânone literário brasileiro, mas criaram estratégias duradouras e eficientes para deixar falar a periferia. É ainda Candido (citando Benda) que nos auxilia, quando comenta a função do Movimento Romântico Brasileiro - “uma história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”. Pelas estratégias adotadas, pelo “arrombamento da porta”, o Movimento da Literatura Periférica criou um lugar memorável na Literatura Brasileira, possui um regular número de leitores, reúne um conjunto de produtores com afinidades ideológicas e desejo de (re)presentar, literariamente, o cotidiano de suas comunidades.

Há constantes mesas de debates, congressos, críticas em livros abarcando essa produção, o que, a despeito de respaldarem a escrita ou não, revela que é este um movimento cuja problematização tem-se feito necessária.<sup>7</sup> Entretanto, o que caracteriza-se como a grande novidade, nesta década, é a iniciação carioca nesta área.

FLUPP Pensa é uma coletânea de 43 textos, organizada por Julio Ludemir, Écio Salles e Heloísa Buarque de Hollanda, resultado de um projeto envolvendo 13 comunidades cariocas - nem todas pacificadas - e a Academia de Polícia Militar, em que moradores e policiais

inscreveram-se e participaram de 14 oficinas ministradas por nomes, como Italo Moriconi, Luiz Ruffato, Caco Barcelos, Ferréz, Eliane Brum, entre outros. A cada encontro, os fluppenseiros produziam um texto para ser avaliado, até chegar à seleção final.

Com relação à autonomia editorial, o livro carioca mostra que a categoria dos legitimadores está, ainda, fortalecida. Haja vista, os nomes célebres da crítica e do fazer literários que ofereceram oficinas. E os nomes envolvidos na organização da obra não abrem muitas possibilidades de contestação à legitimidade da mesma. Ou seja, avançou-se pouco nesse sentido.

Mas com relação à temática, há o que se refletir. A fala apresentada pelos escritores da FLUPP Pensa, em quase sua totalidade, aponta para outra construção da periferia. As constantes e elaboradas descrições dos dramas cotidianos que as obras paulistas mostram aparecem remodeladas na obra carioca. Fala-se do mesmo lugar e com uma pauta comum de problemáticas. Porém, os textos cariocas buscam, através do sonho, da mágica, do otimismo, um fim feliz – “Relaxa que daqui a pouco melhora”<sup>8</sup>.

Uma das melhores narrativas da coletânea é “Avenida Brasil”, de Cirlene Marinho, em que a comprida, engarrafada e perigosa avenida serve de espaço para um passeio pelo Rio e pelos personagens cariocas. O narrador age como um flâneur, traduzindo as belezas, alegrias, obras – variadas sensações experimentadas pelos moradores:

– Puta merda! Só de imaginar a maravilha que vai isso aqui, caralho! Esta Avenida está ficando foda! Aqui a segunda Cidade do Samba do Rio e, lá na frente, no prédio da antiga Rheen Química, o Funkódromo. Demorô! Já

tô até vendo a mulherada balançando o popozão ao som do batidão! Aaah, moleeeque! (MARINHO, 2012, p 67)

Apontam com muita insistência para as mazelas da cidade e dores de uma vida sem oportunidade, sorte, cidadania. Entretanto, a fala de lamento ou de revolta, tão comum a esta literatura, é, em muitos textos, relativizada, atenuada e até mesmo (re)ficcionada com a proposta de uma cidade que, se não é o lugar da felicidade, será.

O tempo aqui da laje parece não passar e não noto que já são quase cinco horas e o sol ainda está muito forte. A minha sorte é que uma parte de minha laje é coberta pela copa de uma amendoeira. Mesmo com todo sol, calor e a queimação no corpo, os viciados do cerol não arredam o pé tentando por vezes se esconder em uma nesga qualquer de sombra. (SILVA, 2012, p.35)

Isso não implica na exclusão das denúncias: estão bem marcadas em alguns textos que trazem a questão das UPPs, das balas que traçam os céus cariocas, das mortes por tráfico, do desemprego, entre outros:

Olhei para frente e vi uma criança nua, barriguda, aparentando apenas dois anos, chorando, correndo e olhando para trás, com medo da viatura que estava se aproximando em velocidade(...) Um misto de adrenalina e insatisfação encheu meus olhos de lágrimas, mas era um choro que se chora para dentro, sabe?! (HIGINHO, 2012, p. 213)

Mas o sentimento que atravessa a leitura da coletânea é o otimismo.

De súbito, com um movimento rápido e firme, Messias dobrou o braço de

Armando para trás, imobilizando-o. Com um pedaço de corda de nylon, amarrou-o à grade do portão (...) Em seguida, partiu. Desceu todo pimpão, assoviando pela Rua São Clemente. Dobrou à esquerda, pela Sorocaba, e desapareceu; rico e feliz, em busca de cem anos de perdão. (ROCHA, 2012, p.158)

Esse é um aspecto capital do momento especial que vive esta literatura: o grito não é mais retumbante. Depois de assentado, o movimento que fala da/periferia pode escolher outros tons e se permite até a falar de amor. E essa visada não se limita à fala carioca. Ferréz, o paulistano, expoente maior desta literatura, em seu último livro, “Deus foi almoçar” (2012), sai do cenário da periferia com suas dores para o espaço psicológico de um homem em contato com seus anseios e a busca de sentido na vida.

Ao que parece, Ferréz é uma exceção, pois a produção paulista, pelo que sugerem seus textos, ainda mantém-se fiel à arte de denúncia, ao discurso virulento. No entanto, a prosa carioca, bem mais à vontade, sem ter que cumprir o ritual do abre-caminho tão bem exercido pelos paulistas, sentiu-se liberta para enaltecer a vida, a beleza da cidade, o jeitinho malandro do carioca e apostar no “happy end”. Ainda que utilizando-se da magia, a periferia carioca, no século XXI, quer ser feliz e cantar as belezas da cidade.

#### Bibliografia:

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Trad. Marco Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp. 1998.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manual prático do ódio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *Literatura marginal – talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: 2005.

FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1977.

HALL, Stuart. *Da diáspora – Identidades e mediações culturais*. (Org) Liv Sovik. Belo Horizonte; Brasília: UFMG ; Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LUDEMIR, Julio ; SALLES, Ecio (org.). *FLUPP Pensa – 43 novos autores*. Rio de Janeiro: Réptil; Aeroplano, 2012.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHOLLHAMER, Karl Eric. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SILVA, Carlos Eduardo. *Letras de liberdade*. São Paulo: Madras Editora, 2000.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAZ, Sergio. *Cooperifa – antropologia periférica*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZENI, Bruno (Coordenador Editorial). *Sobrevivente André du Rap (do massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

---

<sup>1</sup> A autora é professora do Departamento de Artes e Estudos Culturais do Pólo Universitário da UFF em Rio das Ostras e do programa de pós-graduação em Cultura e territorialidades do IACS-UFF.

<sup>2</sup> Posfácio assinado por Ives Gandra da Silva Martins, sobre o texto “O futuro a Deus pertence”, de Humberto Rodrigues.

<sup>3</sup> Em *Letras de Liberdade*, encontram-se, assinando o posfácio, autoridades, como, Ruy Castro, Ives Gandra Martins, Lobão, Marcio Pugliese, Antônio Torres, entre outros.

<sup>4</sup> Por sub-urbanidade deve-se entender aquilo que está abaixo do urbano, do visível, do que é cidadão. É o que não é urbano.

<sup>5</sup> Sergio Vaz, atualmente, é uma exceção, tendo em vista ser reconhecido nacionalmente, independentemente, da sua produção literária, mas, sobretudo, pelo seu trabalho na Cooperifa.

<sup>6</sup> Ferréz, da Labor Editorial, passou por editoras renomadas, como Objetiva, Agir e Planeta; há, a editora alternativa, Edições Toró, que lança, com alguma frequência, nomes que agitam a cena paulista – Allan da Rosa, Priscila Preta, Binho.

<sup>7</sup> Eventos, como: FLIP, FLUPP, Abralic, a ida de Ferréz para as editoras Objetiva e Planeta são alguns índices da representatividade desse discurso da periferia.

<sup>8</sup> Fala de um personagem do texto *Avenida Brasil*, de Cirlene Marinho (Passos, 2012).

Contato:  
- rossialves@ibest.com.br